

# FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

SUELEN DE QUEIROZ REBOUÇAS

EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESCOLAS RURAIS RIBEIRINHAS DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, RONDÔNIA

#### SUELEN DE QUEIROZ REBOUÇAS

## EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESCOLAS RURAIS RIBEIRINHAS DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, RONDÔNIA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Educação – Mestrado Acadêmico em Educação, da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Campus de Porto Velho, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação, sob a Orientação do Professor Dr. Clarides Henrich de Barba.

Linha 2: Políticas e Gestão Educacional Auxílio Financeira: Bolsa CAPES

## Dados Internacionais de Catalogação na publicação Fundação Universidade Federal de Rondônia Gerada automaticamente mediante informações fornecidas pelo(a) autor(a)

R292 Rebouças, Suelen de Queiroz.

e Educação ambiental em escolas rurais ribeirinhas do município de Porto Velho Rondônia / Suelen de Queiroz Rebouças. -- Porto Velho, RO, 2021.

112 f.: il.

Orientador(a): Prof. Dr. Clarides Henrich de Barba

Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) - Fundação Universidade Federal de Rondônia

1.Educação Ambiental. 2. Prática educativa. 3. Escolas Rurais Ribeirinhas. I. Barba, Clarides Henrich de. II. Título.

CDU 37:504.062(811.1)

Bibliotecário(a) Renata Cortinhas Bulhões



**UNIR – UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA** NÚCLEO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO





MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO - MEDUC

## EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESCOLAS RURAIS RIBEIRINHAS DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO RONDÔNIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação – Mestrado Acadêmico em Educação, vinculado ao Núcleo de Ciências Humanas-NCH, da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), na linha de pesquisa: formação docente como requisito para obtenção do grau de Mestra em Educação.

#### Banca Examinadora:

Data da aprovação: 30/10/2021

Prof. Dr. Clarides Henrich de Barba – PPGE/UNIR-Orientador Presidente

Claudes Henrich de Barbain

Prof. Dr. Renato Abreu Lima – PPGECH-UFAM Membro Externo

Prof. Dr. Célio José Borges – PPGE-UNIR Membro Titular Interno (Membro Interno – PPGE/UNIR)

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ângela Maria Gonçalves de Oliveira-PPGE-UNIR Membro Suplente Interno (Membro suplente – PPGE/UNIR)



#### MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA MESTRADO EM EDUCAÇÃO

#### ATA DE DISSERTAÇÃO

Aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um, às quatorze horas e trinta minutos, teve início sessão restrita de Exame de Defesa de Dissertação, na sala virtual da Plataforma Google *Meet*, onde se reuniram os membros da Banca Examinadora composta pelos Professores Doutores: Clarides Henrich de Barba (Presidente), Renato de Lima Abreu (Membro Externo) Célio José Borges (Membro Interno), Adriana Francisca de Medeiros (Membro Externo Suplente) e Ângela Maria Gonçalves de Oliveira (Membro Interno Suplente) a fim de arguirem Suelen de Queiroz Rebouças acerca da Dissertação intitulada: "EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESCOLAS RURAIS RIBEIRINHAS DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, RONDÔNIA" sob orientação do Prof. Dr. Clarides Henrich de Barba. Aberta a sessão pelo Presidente, coube a mestranda, na forma regimental, expor a sua dissertação dentro do tempo regulamentar, sendo em seguida questionada pelos membros da banca examinadora e tendo dado as explicações necessárias, Suelen de Queiroz Rebouças foi APROVADA no Exame de Defesa de Dissertação.

Recomendações da Banca: Atender as recomendações sugeridas pela Banca Examinadora. Porto Velho/RO, 30 de outubro de 2021.

Prof. Dr. Clarides Henrich de Barba(Orientador/Presidente-PPGE/UNIR)

Prof. Dr. Renato Abreu Lima (Membro Externo-PPGECH/UFAM) Prof. Dr.

Célio José Borges (Membro Interno-PPGE/UNIR)



Documento assinado eletronicamente por CLARIDES HENRICH DE BARBA,

**Docente**, em 02/11/2021, às 08:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6°, § 1°, do Decreto n° 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **CELIO JOSE BORGES**, **Docente**, em 02/11/2021, às 11:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6°, § 1°, do <u>Decreto n° 8.539, de 8 de outubro de 2015</u>.



Documento assinado eletronicamente por **Renato Abreu Lima**, **Usuário Externo**, em 03/11/2021, às14:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6°, § 1°, do <u>Decreto nº 8.539, de8 de outubro de 2015</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <a href="http://sei.unir.br/sei/controlador\_externo.php?">http://sei.unir.br/sei/controlador\_externo.php?</a>
<a href="mailto:acao=documento\_conferir&id\_orgao\_acesso\_externo=0">acesso\_externo=0</a>, informando o código verificador **0796837** eo código CRC **DE9C53B9**.

**Referência:** Processo nº 23118.011927/2021-96 SEI nº 0796837

"Há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas.

Escolas que são gaiolas existem para que os pássaros desaprendam a arte do voo. Pássaros engaiolados são pássaros sob controle. Engaiolados, o seu dono pode levá-los para onde quiser. Pássaros engaiolados sempre têm um dono. Deixaram de ser pássaros. Porque a essência dos pássaros é o voo.

Escolas que são asas não amam pássaros engaiolados. O que elas amam são pássaros em voo. Existem para dar aos pássaros coragem para voar. Ensinar o voo, isso elas não podem fazer, porque o voo já nasce dentro dos pássaros. O voo não pode ser ensinado. Só pode ser encorajado"

Rubem Alves

#### **AGRADECIMENTOS**

E aqui se encerra uma etapa, dessa jornada afinal, com a dissertação do Mestrado Acadêmico um sonho realizado numa trajetória sem igual e a UNIR é o palco dessa história real

Não cheguei aqui sozinha, tenho muitos a agradecer pessoas guerreiras, amigas, que o mestrado proporcionou conhecer Anjos que a vida acadêmica me deu

Ao meu orientador Clarides Henrich Barba que sempre em mim acreditou, meu carinho e respeito minha eterna gratidão por não desistir de minha orientação

A minha filha Ana Eloiza Rebouças minha amada querida que me fez forte, de cabeça erguida! A você e por você, minha gratidão!

Rosângela e Luciara, presentes para toda a vida! nossas conversas, mesmo que à distância me ajudaram chegar até aqui Quanto choro, nesta jornada! Amigas, eu não desisti!

E Berenice Simão que me tomou pela mão você caminhou comigo, muito mais do que palavras, me ajudou ao meu sonho concretizar!
Ah! Minha amiga, como não te amar?

E a minha amiga Zélia que sempre me acompanhou são mais de dezesseis anos que comigo compartilhou foram momentos de tristezas, alegrias e superações eu contigo e você comigo, somos muito mais que irmãs!

Aos meus sete irmãos queridos, minha origem, meu bem maior essa conquista não é só minha, é de cada um de vocês! lembro-me de nossa infância, sem luxo, mas muito feliz! foi com vocês que aprendi a nunca, jamais desistir!

E foi por não desistir que cheguei até aqui encontrei muitas pedras no caminho e tantas, tantas vezes caí pelo chão! mas, a cada passo que eu dava me fortalecia mais

Aprendi que a ciência é árdua, mas nos faz crescer e aos sujeitos da pesquisa, quero também agradecer por todo o aprendizado que nessa jornada se formou e que minha experiência, através dessa dissertação possa enfim contribuir para a pesquisa de outros que encararem essa missão!

#### **RESUMO**

Esta dissertação tem como problema investigar como é desenvolvida a Educação Ambiental em escolas rurais nos anos inicias do Ensino Fundamental I em Porto Velho - RO. A partir dessa questão, definiu-se como objetivo geral: Descrever Educação Ambiental nos anos iniciais do Ensino Fundamental em escolas rurais no Município de Porto Velho - RO. Para responder este objetivo definiu-se como objetivo geral o de compreender e descrever como a Educação Ambiental vem sendo desenvolvida em escolas do campo no município de Porto Velho Rondônia. A metodologia utilizada foi a pesquisa descritiva com abordagem qualitativa. A pesquisa foi realizada em cinco Escolas municipais rurais ribeirinhas de ensino fundamental: EMEF Francisco José Chiquilito Coimbra Erse, EMEF Escola Municipal de Ensino Fundamental Flor do Cupuacu, Escola Municipal Ensino Fundamental Riacho Azul, EMEF Ermelindo Brasil e EMEF Francisco Augusto próximas a cidade de Porto Velho, RO. Os procedimentos metodológicos adotados foram os projetos pedagógicos das escolas descritas e com entrevistas com 18 professores das referidas Escolas. Os resultados apontam que nas escolas pesquisadas inseridas no contexto rural e ribeirinho, a Educação ambiental é desenvolvida com muitas dificuldades em relação a todos os aspectos na realidade escolar. Neste caso, é importante ressaltar que a Educação Ambiental é trabalhada de forma incipiente no currículo escolar, trabalhado como tema transversal. Os educadores têm interesse em aprender a trabalhar a Educação Ambiental com seus estudantes das Escolas, contudo ainda necessitam de formação continuada, pois todos eles se mostraram interessados sobre este tema que na contemporaneidade é algo debatido em escala planetária. De forma geral pontuaram a queimada na região norte que poderia ser um tema importante a ser debatido com os estudantes e abordando a realidade da região norte, pontuando em qual época do ano tem maior incidência de calor e porque não tem coleta de lixo seletiva, esses foram descritos pelos sujeitos das pesquisas.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Prática educativa. Escolas Rurais Ribeirinhas

#### **ABSTRACT**

The problem of this dissertation is to investigate how Environmental Education is developed in rural schools in the early years of Elementary School I in Porto Velho -RO?. To answer this objective, the general objective was defined as understanding and describing how Environmental Education has been developed in rural schools in the city of Porto Velho Rondônia. The methodology used was descriptive research with a qualitative approach. The research was carried out in five municipal elementary schools: EMEF Francisco José Chiquilito Coimbra Erse, EMEF Flor Do Cupuaçu Municipal Elementary School, Riacho Azul Municipal Elementary School, EMEF Ermelindo Brasil and EMEF Francisco Augusto near the city of Porto Velho, RO with the purpose of analyzing the actions of Environmental Education. The methodological procedures adopted were the analysis of the projects of the described schools and interviews with 18 teachers of those schools. The results show that in the researched schools inserted in the rural and riverside context, environmental education is developed with many difficulties in relation to all aspects of the school reality. In this case, it is important to emphasize that Environmental Education is not part of the school curriculum, and is sometimes dealt with as a cross-cutting theme. The educators are interested in learning how to work Environmental Education with their students at the Schools, however they still need continued training, as they all showed interest in this topic, which nowadays is something debated on a planetary scale. In general, they scored the burning in the north region, which could be an important topic to be discussed with students and addressing the reality of the north region, pointing out at which time of year there is a higher incidence of heat and why there is no selective waste collection, these were some points that were generally scored by the research subjects.

**Keywords**: Environmental Education. Educational practice. Riverside Rural Schools

#### LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE Associação Brasileira de Educação

LDB Lei de Diretrizes e Bases

PPP Projeto Político Pedagógico

PNE Plano Nacional de Educação

RO Rondônia

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

#### **LISTAS DE FOTOS E FIGURAS**

Foto 1 – Transporte escolar fluvial dos estudantes no rio madeira	37
Figura 1 – Localização das Escolas investigadas	17
Figura 2 – Localização da Escola Municipal Antônio Augusto Vasconcelos	62
Figura 3 – Mapa de Localização da Escola Municipal Ensino Fundamental Ermeli	ndo
Monteiro Brasil	63
Figura 4 – Mapa de Localização da Escola Municipal de Ensino Fundamental	
Francisco José Chiquito Coimbra Erse	65
Figura 5 – Mapa de Localização da Escola Municipal Flor do Cupuaçu	66
Figura 6 – Mapa de Localização da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensir	าด
Fundamental Riacho Azul	68

#### LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Documentos norteadores da Educação Ambiental41
Quadro 2 – Tendências da Educação Ambiental52
Quadro 3 – A Educação Ambiental na formação de Graduação e Especialização70
Quadro 4 – Conhecimento da inserção da Educação Ambiental no PPP da Escola 72
Quadro 5 – Conhecimento das diretrizes de Educação Ambiental da Secretaria
Municipal de Educação de Porto Velho e do Governo do Estado de Rondônia75
Quadro 6 – Entendimento dos Professores a respeito da Educação Ambiental77
Quadro 7 – Contribuição pedagógica do professor aos estudantes a ter um olhar mais
crítico em relação a Educação Ambiental80
Quadro 8 – Desenvolvimento de algum projeto de Educação ambiental na Escola .83
Quadro 9 – Importância do meio ambiente para ser trabalhado na sala de aula 86 $$
Quadro 10 – Trabalho Educativo da Educação Ambiental com seus alunos em sala de
aula
Quadro 11 – Dificuldades e possibilidades para abordar a questão da Educação
Ambiental90

#### SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 DELINEAMENTO DA PESQUISA	16
<ul><li>2.2 Lócus da pesquisa e caracterização dos participantes da pesquisa</li><li>2.3 Procedimentos da coleta e da análise de dados</li></ul>	
3 O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL E O SEU REFLEXO NA EDUCAÇÃO RURAL E RIBEIRINHA	21
3.1 Histórico da Educação no Brasil e seus reflexos na Educação Rural	em
4 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL: CONTEXTO HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO 4.1Contexto histórico da Educação Ambiental no mundo e no Brasil	40
5 EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESCOLAS RURAIS E RIBEIRINHAS NO MUNICIPIO DE PORTO VELHO	. 61
5.1 Escolas pesquisadas e os registros sobre Educação Ambiental no PPP	61
5.1.2 Escola Municipal Ensino Fundamental Ermelindo Monteiro Brasil	
5.1.4 A Escola Municipal de Ensino Fundamental Flor do Cupuaçu	66 68
<ul><li>5.2 A educação ambiental nos relatos e percepção dos Professores Educadores</li><li>5.2.1 O processo formativo dos Professores e o conhecimento em Educação</li></ul>	69
Ambiental	69 da 72
5.2.3 Conhecimento das diretrizes para Educação Ambiental apresentadas no RC e pela SEMED	75
<ul><li>5.2.4 Entendimento dos Educadores a respeito da Educação Ambiental</li><li>5.2.5 Contribuição dos professores para com a Educação Ambiental</li></ul>	79
<ul><li>5.2.6 Projetos de Educação Ambiental nas Escolas Rurais Ribeirinhas</li><li>5.2.7 A importância da Educação Ambiental na sala de aula</li><li>5.2.8 O trabalho Educativo Ambiental dentro da sala de aula</li></ul>	85
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS	95
APÊNDICES	101
ANEXO	107

#### 1 INTRODUÇÃO

Partimos da compreensão de que as políticas públicas voltadas a Educação Ambiental surgem em virtude dos problemas ocasionados pela exploração desenfreada do homem com a natureza, mas que, em vários momentos serve como veículo reprodutor dos paradigmas dominantes. Essas contradições existentes no viés das políticas governamentais evidenciam à necessidade de um posicionamento crítico que questione os paradigmas do discurso neoliberal diante da crise ambiental (SORRENTINO et al., 2005).

Esta e outras questões são evidenciadas por uma crise ambiental que segundo Leff (2001, p. 217, grifos nossos) ela está relacionada com a crise do conhecimento:

A crise ambiental não é crise ecológica, mas crise da razão. Os problemas ambientais são, fundamentalmente, problemas do conhecimento. Daí podem ser derivadas fortes implicações para toda e qualquer política ambiental – que deve passar por uma política do conhecimento – e também para a educação. Apreender a complexidade ambiental não constitui um problema de aprendizagem do meio, e sim de compreensão do conhecimento sobre o meio.

Deste modo, ao pensar em uma crise ambiental, também se pode analisar que também estamos em uma crise de valores éticos, do conhecimento e das políticas que permeiam a educação, e repercutem na realidade escolar.

Esta pesquisa apresenta um delineamento a respeito da Educação Ambiental voltada a identificação da realidade escolar em escolas rurais e ribeirinhas do município de Porto Velho, RO, possibilitando à compreensão do desenvolvimento da temática no contexto educacional.

A Educação Ambiental no contexto escolar tornou-se uma tarefa urgente e necessária, considerando que o cenário mundial, e, principalmente o Amazônico. Assim, a Educação Ambiental na discussão da Temática Ambiental contemporânea é uma realidade frente da terra que se encontra ameaçada diante dos impactos ecológicos, sociais e econômicos que são decorrentes da realidade amazônica em que vivemos.

A Educação Ambiental necessita ganhar visibilidade dentro das escolas, visando formar cidadãos que possam argumentar e questionar o que acontece no

mundo. Neste aspecto, o educador pode receber uma formação de qualidade para quando estiver no contexto de sala de aula.

A Educação Ambiental, representa uma dimensão do processo educacional caracterizada pelas várias realidades que se fazem presentes no contexto social, ecológico, político e cultural incluindo também a totalidade do mundo que nos cerca. Neste caso, a Educação Ambiental também tem um papel importante a cumprir na solução dos graves problemas ambientais que vivemos em que o debate envolve nas diversas realidades voltadas a condição e aprofundar a discussão ambiental em que vivemos diante da crise ambiental em que vivemos.

As atividades de Educação Ambiental devem e, tem que ser, o centro de complexidade, porque permite aos alunos oportunidades de construir conteúdos formais e aumentar a percepção sobre os problemas ambientais, bem como buscar maneiras que ajude a proteger o ambiente e dessa maneira o indivíduo possa se despertar para a pesquisa em vários segmentos da sociedade (DIAS, 2004, p.128). as práticas de Educação Ambiental estão ligadas a conscientização para o meio ambiente e uma visão crítica sobre o mundo e o coletivo, portanto contrária a individualidade do capitalismo.

A Educação Ambiental na escola é um desafio porque é necessário implantar capacitação para os educadores que permita compreender como uma ferramenta para atuar de forma complexa e não temática, que possibilite ter uma visão de mundo mais ampla sobre os acontecimentos do mundo. Assim, o contexto social das comunidades ribeirinhas se revela pelas migrações vindas dos Bandeirantes <sup>1</sup>, pela construção da Estrada de Ferro Madeira- Mamoré (ciclo da borracha) onde destacamse os nordestinos como "Soldados da Borracha" e o ciclo da colonização de terras (extrativista) pelos Projetos de assentamento. Estes três ciclos representam o desenvolvimento de várias culturas, revelando um processo multicultural, influenciando a Educação ribeirinha.

A população ribeirinha de Rondônia tem experimentado muitas mudanças provocadas pelo processo de ocupação dos projetos de colonização do INCRA,

\_

<sup>1</sup> A criação do Território Federal do Guaporé em 1940 deu origem mais tarde ao Território Federal de Rondônia e em 1982 a criação do Estado de Rondônia. Há de se relatar, contudo que no final dos anos 1940, a região sofre um período de letargia com o declínio acentuado das exportações de borracha. A origem do município de Porto Velho ocorreu pela construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré em 1907. Em 1908 é criado o município e a Comarca de Santo Antonio do Madeira, pertencente ao estado do Mato Grosso (SOUZA, 2011).

exploração garimpeira e grandes projetos econômicos. As primeiras impressões da Amazônia ribeirinha são de que a população ainda estão à margem da sociedade brasileira, carente de recursos e a revelia de projetos agrícolas, contribuem para que aumente-se o desafio educacional de crianças, jovens e adultos que estão a busca do processo de conhecer as letras, ou seja de construir a alfabetização, respeitando a cultura e uma estética local (CORREA, RAJE, 2011).

A complexidade do viver ribeirinho e rural se apresenta no contexto da navegação, do plantio da macaxeira, da pesca e da preservação do meio-ambiente, como um contexto sócio-cultural presentes na realidade dos rios, matas e no solo amazônico. As atividades desenvolvidas estão diretamente voltadas para atividades de auto-subsistência: roça, pesca, extrativismo vegetal.

Desta forma, justifica-se a realização desta pesquisa por contribuir com a produção de conhecimento científico e acadêmico referente a temática ambiental inserida no contexto amazônico. É importante caracterizar que em 2014 o estado de Rondônia também foi afetado por problemas ambientais. No referido ano os ribeirinhos da cidade de Porto Velho e alguns distritos, foram afetados com umas das maiores cheias do Rio Madeira, a situação foi tão agravante que o governo do estado decretou situação de emergência.

O interesse pelo tema surgiu quando observamos que ao longo da realidade escolar evidenciam-se do rio existem várias escolas e com isso o questionamento até que ponto a cultura amazônica se encontra na relação entre teoria da escola e a pratica do aprender na sala de aula. Assim o contexto amazônico é olhado sem a desvinculação do universo em que o professor e o aluno vivem, entendendo que esta ocorre num processo dialético da aprendizagem como trajetória histórica caracterizada pelo contexto sócio – educacional. Diante disso, buscou-se responder a seguinte questão problematizadora:

- Como é desenvolvida a Educação Ambiental em escolas rurais nos anos inicias do Ensino Fundamental I em Porto Velho - RO?

A partir dessa questão, definiu-se como objetivo geral:

- Descrever Educação Ambiental nos anos iniciais do Ensino Fundamental em escolas rurais no Município de Porto Velho RO.
  - E, os objetivos específicos ficaram definidos assim:
- Identificar como a Educação Ambiental é trabalhada pelas professoras (e) dos anos inicias do Ensino Fundamental das escolas rurais:

- Descrever como a Educação Ambiental é desenvolvida nas escolas rurais;
- Verificar como a Educação Ambiental está inserida no Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas pesquisadas.

Para melhor compreensão e descrição dessa Educação Ambiental, observouse também os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) das escolas pesquisadas e
Referencial Curricular de Rondônia (RCRO, 2021) a fim de verificar se nestes
documentos há indicações e preocupações com o tema e seu desenvolvimento dentro
do ambiente escolar. Uma vez identificada a realidade da Educação Ambiental nas
escolas pesquisadas será possível uma análise para possíveis apontamentos de
melhorias dessas ações, dada a importância e relevância contemporânea do tema
perante a agenda ambiental mundial, entre outros documentos que consideram
necessárias a Educação Ambiental dentro das escolas, tais como os Parâmetros
Curriculares Nacionais e Referencial Curricular de Rondônia.

Além de descrever como é a Educação Ambiental desenvolvida em escolas dos anos iniciais rural e ribeirinha de Porto Velho -RO, o trabalho registrou também o olhar de Educação Ambiental desenvolvidas pelos Educadores dos anos iniciais através de seus relatos. Verificou-se também como a Educação Ambiental está descrito no Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas pesquisadas na tentativa de responder a seguinte pergunta de pesquisa: em que medida a Educação Ambiental está inserida no PPP das escolas pesquisadas e qual olhar dos professores dos anos iniciais dessas escolas?

A primeira seção trata a respeito da Introdução em que se apresenta a formulação de problema, dos objetivos abordando a temática da Educação Ambiental

A segunda seção trata a respeito da Metodologia que seguiu o caminho da pesquisa qualitativa. A pesquisa foi realizada em cinco Escolas municipais de ensino fundamental: EMEF Francisco José Chiquilito Coimbra Erse, EMEF Escola Municipal de Ensino Fundamental Flor Do Cupuaçu, Escola Municipal Ensino Fundamental Riacho Azul, EMEF Ermelindo Brasil e EMEF Francisco Augusto com a finalidade de fazer uma análise das ações de Educação Ambiental desenvolvidas pelos educadores da rede municipal de ensino nas séries iniciais.

Diante da coleta de dados realizadas através de entrevistas, foi possível descrever uma Educação Ambiental advinda da percepção e relatos dos Educadores (E) dessas escolas, sejam eles professores, diretores ou coordenadores pedagógicos.

A terceira seção aborda uma síntese sobre as leis que embasam a Educação rural, partindo do período histórico da educação, situando as escolas pesquisadas no contexto da legislação brasileira do ensino rural bem como entrelaçando a história de criação de algumas escolas ribeirinhas de Porto Velho e suas recriações com o ambiente em função dos impactos socioambientais a partir da construção das hidrelétricas, dentro de uma leitura crítica da descrição histórica contidas seus Projetos Políticos Pedagógicos.

A quarta seção apresenta uma caracterização da Educação Ambiental no contexto escolar, bem como o contexto histórico em que ele se envolve, bem como as diferentes concepções das tendências em educação ambiental.

A quinta seção apresenta os dados a respeito do histórico de cada escola analisada e uma breve análise sobre o que cada PPP descreve sobre Educação Ambiental para sua escola. Na Segunda parte apresenta-se a análise dos resultados e está descrita em forma de resumos e/ou trechos das exposições dos professores que foram coletadas durante as entrevistas. A partir dos temas abordados organizouse um quadro para cada categoria temática e as respostas condensadas em cada quadro estão agrupadas por abordagens semelhantes.

E, as considerações finais são expostas na sexta seção e em seguida as Referências, Apêndices e Anexos.

#### 2 DELINEAMENTO DA PESQUISA

#### 2.1 Enfoque Metodológico

Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa e descritiva diante das questões relacionadas à educação ambiental.

Segundo Ludke e André (2020, p.12), "a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento".

Bogdan e Biklen (1994) entende que na investigação qualitativa descritiva os dados estão em forma de palavras, de imagens e que incluem transcrições de entrevistas, ou notas de campo, fotografias, ou ainda documentos diante do campo que é levantado na pesquisa.

Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2004, p. 162) afirmam que

Ao contrário do que ocorre com as pesquisas tradicionais, a escolha do campo onde serão colhidos os dados, bem como dos participantes é proposital, isto é, o pesquisador os escolhe em função das questões de interesse do estudo e também das condições de acesso e permanência no campo e disponibilidade dos sujeitos. No que se refere aos participantes, nem sempre é possível indicar no projeto quantos e quais seriam os sujeitos envolvidos, embora sempre seja possível indicar alguns, bem como a forma pela qual se pretende selecionar os demais.

Os investigadores qualitativos em educação estão continuamente a questionar os participantes de investigação com objetivo de perceber como eles interpretam suas experiências no universo social investigado no qual estão inseridos. Cria-se assim um processo de diálogo onde os dados vão sendo oferecidos pelos sujeitos investigados e onde o pesquisador tenta organizá-los de forma mais coerente possível e com rigor científico.

Fez-se uma busca nas plataformas digitais, em livros e revistas, realizando dessa forma, a revisão bibliográfica e após, a elaborou-se o roteiro de entrevista e o questionário, instrumentos necessários para a pesquisa descritiva.

#### 2.2 Lócus da pesquisa e caracterização dos participantes da pesquisa

A pesquisa caracteriza-se como descritiva em cinco (05) escolas da Rede Escolar Municipal de Ensino Fundamental caracterizadas como escolas rurais. As escolas investigadas são escolas rurais com acesso pelas BR 364 e BR 319, seguidas de acessos por meio de estradas de chão, e também pela estrada da Penal que segue em direção ao Baixo Rio Madeira. Isso mostra um apanhado de dados de escolas rurais que trazem uma diversidade de histórias e vivências educacionais, uma vez que, algumas são de reassentamento que sofreram mudanças forçadas e provocadas pela construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Santo Antônio, outras que não foram deslocadas.

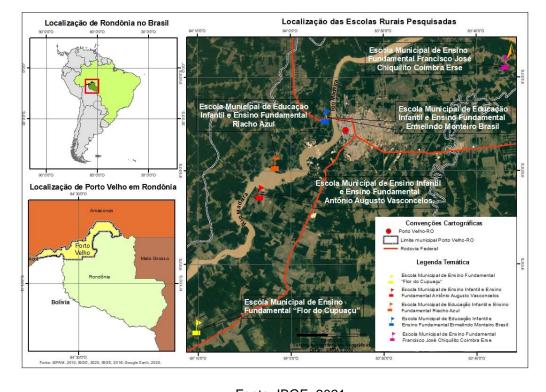


Figura 1- Localização das Escolas rurais investigadas

Fonte: IBGE, 2021

De um total de cinquenta e sete (57) escolas rurais, segundo a Secretária de Educação de Porto Velho (SEMED), a pesquisa foi realizada em cinco escolas municipais de ensino fundamental: Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Francisco José Chiquilito Coimbra Erse, Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Flor Do Cupuaçu, Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Riacho

Azul, Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Ermelindo Monteiro Brasil e Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Antônio Augusto Vasconcelos.

Os participantes da pesquisa são professores que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental I de escolas rurais ribeirinhas do município de Porto Velho-RO, especificamente em três escolas municipais rurais que estão próximas à área urbana da cidade de Porto Velho.

O procedimento ético desta pesquisa teve como base a Resolução 466/2012 - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) e foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNIR, recebendo o número CAE 39658520.0.0000.5300, número do parecer: 4.426.639

O envio do (TCLE), no formato em *word* foi enviado por e-mail aos 18 (dezoito) professores e aos 5 cinco diretores das respectivas Escolas. De acordo com o artigo 2º inciso XXII da Resolução 510/2016, pode ser considerado como comprovante de aceite: "[...] documento em qualquer meio, formato ou mídia, como papel, áudio, filmagem, mídia eletrônica e digital, que registra a concessão de consentimento ou assentimento livre e esclarecido [...]" (BRASIL, 2016, p. 4).

A escolha dos participantes da pesquisa ocorreu de forma voluntária em que os professores que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental concordaram em participar da pesquisa

Buscou-se atingir o universo de participantes dentro da formação dos professores mais próximos da área urbana que sofrem influências, porque em áreas mais afastadas da zona urbana a formação não é a mesma, para os demais professores.

#### 2.3 Procedimentos da coleta e da análise dos dados

Para realização da coleta de dados foi utilizado a entrevista semiestruturada. A respeito desses instrumentos de coleta de dados, Minayo (2009) compreende que são uns dos mais utilizados em pesquisas das Ciências Humanas e Sociais.

A entrevista é utilizada por muitos pesquisadores dessas áreas por ser considerada uma das mais eficientes para a coleta de dados na investigação social. Ela foi caracterizada como uma técnica da qual o pesquisador se utiliza para formular questionamentos ao seu entrevistado com o objetivo de coletar informações que

interessam à sua pesquisa. A equipe gestora escolar viabilizou a realização das entrevistas com as assinaturas de cada diretor e dos professores.

Em decorrência da pandemia (COVID-19), a Direção autorizou as assinaturas dos termos da entrevista dos professores.

As entrevistas foram realizadas pela plataforma digital *Google Meet* no período de agosto a setembro de 2021. Foram realizadas entrevistas com 18 professores atuantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental em cinco Escolas rurais de Porto Velho de forma online, presencial no lócus da pesquisa e através do *Google Meet.* Procedeu-se a descrição das entrevistas orais de forma individual e em seguida foram agrupadas pela ordem das perguntas seguida de comentários e análises.

As perguntas foram definidas de modo que as respostas pudessem compor as categorias de análise, tais como: capacitação do professor, tempo de formação, formação e titulação, participação em capacitação e participação em Educação Ambiental. Os pressupostos são de que: participação em capacitação, a formação adequada com conteúdo, maior titulação do professor e conhecimento e interesse na Educação Ambiental são importantes para uma melhor e mais adequada execução e da implementação da Educação Ambiental na Escola.

As entrevistas permitiram obter informações mais detalhadas e completas dos participantes, o que contribui para realização das análises sobre a temática da pesquisa.

Em relação a análise documental do Projeto Político Pedagógico (PPP) os mesmos foram disponibilizados para a pesquisadora, pela equipe gestora de cada escola. O objetivo foi identificar as informações factuais nos documentos a partir das questões e hipótese de interesse, a pesquisadora buscou responder às questões norteadoras da pesquisa.

Para o tratamento dos dados, utilizou-se da Análise de conteúdo que é um procedimento técnico de pesquisa definido por Bardin (2009, p. 33) como "[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações". Pode ser também "uma análise dos significados [...]" (BARDIN, 2009, p. 37), ou seja, através da análise de conteúdo pode-se buscar respostas contidas nas mensagens escritas para fins diversos e, neste caso, buscou-se identificar as práticas de Educação Ambiental dos professores após, a transcrição das falas expostas na entrevista e textos do questionário.

A análise de conteúdo passa por três fases: "a pré-análise, a descrição ou exploração do material e o tratamento dos dados com inferências e interpretação" (BARDIN, 2009, p. 121).

Na primeira fase, houve a organização do material, sistematização de ideias, formulação de objetivos, hipóteses e em um plano da pesquisa.

A segunda fase foi a exploração do material, quer dizer é a "[...] aplicação sistemática das decisões tomadas [...]" (BARDIN, 2009, p. 127), com a utilização de ferramentas manuais ou efetuadas por computadores. No caso desta pesquisa o trabalho manual explorou cuidadosamente as respostas, agrupando-as numa ordem em que todas as respostas dos professores ficassem juntas e visíveis em cada pergunta sendo que as transcrições originais estão organizadas no inventário de pesquisa.

A terceira e última fase ocorreu por meio do tratamento dos resultados obtidos e interpretação com a finalidade de transformar os dados de "[...] maneira a serem significativos (falantes) e válidos [...]" (BARDIN, p. 127). Nesta fase se compõem os quadros agrupados por respostas semelhantes (categorias) em cada questão a fim de identificar as formas parecidas e divergentes como cada Educador compreende e desenvolve a Educação Ambiental. Em seguida procedeu-se finalmente, às interpretações e análises por blocos dentro de cada pergunta respondida nos questionários.

## 3. O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL E O SEU REFLEXO NA EDUCAÇÃO RURAL

Nesta seção se pretende fazer uma síntese sobre as leis que embasam a Educação rural, partindo do período histórico da educação, situando as escolas pesquisadas no contexto da legislação brasileira do ensino rural bem como entrelaçando a história de criação de algumas escolas ribeirinhas de Porto Velho e suas recriações com o ambiente em função dos impactos socioambientais a partir da construção das hidrelétricas, dentro de uma leitura crítica da descrição histórica contidas seus Projetos Políticos Pedagógicos.

#### 3.1 Histórico da Educação no Brasil e seus Reflexos na Educação Rural

As políticas educacionais do Brasil têm reflexos do período da colonização e chegada dos Portugueses em terras brasileiras, que tinham como foco conquistar terras e escravizar e aculturar os indígenas, para que através da "alteração" cultural o processo de submissão fosse mais fácil de implementar (SHIROMA, 2002).

A relação entre Estado e Educação no Brasil inicia-se com a colonização, conforme pontua Saviani (2019, p. 33), categorizando as ideias pedagógicas no Brasil em quatro períodos e suas respectivas fases:

- 1º Período (1549-1759): Monopólio da vertente religiosa da pedagogia tradicional, subdividido nas seguintes fases:
- 1. Uma pedagogia brasílica ou o período heroico (1549-1599);
- 2. A institucionalização da pedagogia jesuítica ou o Ratio Studiorum (1599-1759).
- 2º Período (1759-1932): Coexistência entre as vertentes religiosa e leiga da pedagogia tradicional, subdividido nas seguintes fases:
- 1. A pedagogia pombalina ou as ideias pedagógicas do despotismo esclarecido (1759-1827);
- 2. Desenvolvimento da pedagogia leiga: ecletismo, liberalismo e positivismo (1827-1932);
- 3º Período (1932-1969): Predominância da pedagogia nova, subdividido nas seguintes fases:
- 1. Equilíbrio entre a pedagogia tradicional e a pedagogia nova (1932-1947);
- 2. Predomínio da influência da pedagogia nova (1947-1961);
- 3. Crise da pedagogia nova e articulação da pedagogia tecnicista (1961-1969).
- 4º Período (1969-2001): Configuração da concepção pedagógica produtivista, subdividido nas seguintes fases:

- 1. Predomínio da pedagogia tecnicista, manifestações da concepção analítica de filosofia da educação e concomitante desenvolvimento da visão crítico-reprodutivista (1969-1980);
- 2. Ensaios contra-hegemônicos: pedagogias da "educação popular", pedagogias da prática, pedagogia crítico-social dos conteúdos e pedagogia histórico-crítica (1980-1991);
- 3.O neoprodutivismo e suas variantes: neoescolanovismo, neoconstrutivismo e neotecnicismo (1991-2001) (SAVIANI, 2019, p. 58-59).

A educação formal no Brasil é marcada pelo dualismo, um fenômeno construído historicamente, de acordo com a institucionalização das ideias pedagógicas de cada período histórico. No período da educação dos jesuítas, o propósito era estruturar a elite brasileira, através dos princípios culturais da metrópole portuguesa disponibilizando a ciência e reflexão crítica, sendo relegada aos outros não membros da elite nenhuma formação.

A construção da colônia não exigia qualificação, porque o trabalho era servir e a economia era estabelecida na agricultura elementar no trabalho escravo (ROMANELLI, 1996, p. 34, 50). Entretanto, o desenvolvimento da sociedade e, sobretudo da ciência, não ocorreram nos momentos de escravidão, porque o escravo apenas desenvolve o que é obrigado a fazê-lo, sem criticidade ou mesmo sem proposição de alteração, como é o caso de instrumentos de agricultura, o escravo quebra, o homem livre aperfeiçoa.

A catequese dos indígenas foi uma das primeiras atividades da Igreja e na sequência chegaram as companhias eclesiástica para iniciar o ensino da fé "Novo mundo", por exemplo as carmelitas, capuchinhos e por fim os jesuítas (SAVIANI, 2019, p 39). A companhia de Jesus desembarcou pela primeira vez na colônia em 1549, mudando o contexto da história do ensino no Brasil. As práticas dos sacerdotes baseavam na transmissão através dos valores religiosos, em relação ao método era *ratio studiorum* que prevaleceu no país até a expulsão dos jesuítas (SAVIANI, 2019).

Saviani (2019) entende que após a expulsão dos jesuítas, Marques de Pombal, inicia uma outra abordagem à educação pautada no iluminismo e liberal, visando que as gerações futuras pudessem receber esta educação diferenciada. As principais mudanças tinham como referência trazer a educação para a tutela/controle do Estado, secularizar a educação e padronizar o currículo, eliminado o ensino religioso e a referência da Educação Centrada na Igreja que naquele momento estava fora do controle do poder. Entretanto, nem tudo foram dados positivas, como exemplo faltaram professores e recursos financeiros.

O ensino, do nível das primeiras letras ao secundário, passou a ser ministrado sob forma de aulas avulsas, fragmentando o processo pedagógico. Faltaram professores, manuais e livros sugeridos pelos novos métodos. Os recursos orçamentários foram insuficientes para custear a educação pública, havendo atrasos nos salários dos mestres. A Coroa, em determinadas ocasiões, chegou mesmo a delegar aos pais a responsabilidade pelo pagamento dos mestres. Isso mostra como a educação, tornada pública pela lei, esteve em grande parte privatizada (VILLALTA, 1997, p. 351).

Marquês de Pombal diminuiu o poder da Igreja, incluindo os Jesuítas que estavam espalhados pelo Território, desde o Rio Amazonas até os rios Uruguai e Paraguai ao sul, que também se opunham as autoridades imperiais. O modelo educacional sonhado por Pombal ajudou as políticas públicas educacionais com mais comprometimento até a era de Getúlio Vargas.

A Grande Depressão de 1929 (crise que perdurou até próximo da segunda guerra) foi a maior crise econômica daquele período, a bolsa de valores caiu drasticamente pelos problemas de créditos nos EUA. O bom de crédito de 1920 foi uma política oficial, entretanto, precisou ser freado em 1929 e por consequência os investidores ficaram desconfiados e retiram ativos dos bancos e influenciando diretamente a bolsa e que carregou muitas empresas a falência (ROMANELLI, 1996)

A crise impactou quase todos os países do mundo e a Educação é um dos principais setores que percebe os impactos, porque investimentos são suprimidos ou diminuem nos alinhamentos da Economia.

Entretanto, no Brasil, a burguesia e a elite já eram consolidadas (que fora beneficiada com a chegada da Coroa Portuguesa) já compreendia o papel que a Educação ou a falta dela era uma ferramenta de dominação da classe trabalhadora. Segundo Ponce (2001, p. 162), "[...] a educação tem sempre estado a serviço das classes dominantes, até o momento em que outra classe revolucionária consegue desalojá-las do poder e impor à sociedade a sua própria educação".

A Revolução de 30, levada a cabo por Getúlio Vargas, foi um movimento armado que viam a políticas com olhos distintos, um era a favor da reforma agraria e o outro da industrialização. Getúlio Vargas ganha o direito de governar provisoriamente até 1937, como populista que era e algum viés progressista dá a educação brasileira mais importância e relevância. Saviani (2011, p. 6) pontua que:

[...] Efetivamente foi somente após a Revolução de 1930 que começamos a enfrentar os problemas próprios de uma sociedade burguesa moderna, entre eles, o da instrução pública popular. Assim

é que, ainda em 1930, logo após a vitória da Revolução, é criado o Ministério da Educação e Saúde. A educação começava a ser reconhecida, inclusive no plano institucional, como uma questão nacional.

Após a "Revolução de 1930" fora criado o Ministério da Educação cujo ministro foi Francisco Campos. Neste período a Educação pública foi valorizada e a Educação passou a permear todas as classes e não apenas a Elite, passando a ser debatida em âmbito nacional. As ações de Francisco Campos mudaram a história da educação brasileira e ficou conhecida como a Reforma Francisco Campos. Alguns decretos que ajudaram a formalizar a educação no que tange seus direitos (SAVIANI, 2011).

As reformas tiveram um forte componente político, além de adequar-se ao contexto brasileiro socioeconômico. Neste caso, o período produziu um sopro de desenvolvimento e crescimento econômico, como um dos reflexos da migração das áreas rurais para cidade. uma das atitudes governamentais foi oferecer educação para o campo, em grandes palavras era uma resposta a baixa qualidade de vida.

Em 1931, surge o Manifesto dos Pioneiros da Educação ou os Reformadores, um grupo de pensadores da época e o mais proeminente foi Anísio Teixeira; como consequência deste manifesto surge a Associação Brasileira de Educação (ABE). Alguns objetivos deste documento eram, ensino gratuito ensino e laico, a implementação do Plano Nacional de Educação (PNE) que mirava as políticas educacionais como propositoras da qualidade da formação (SAVIANI, 2011).

Saviani (2008) destaca que a educação nesse período evidenciou os diferentes objetivos da burguesa e do proletariado, como exemplo a educação igual para homens e mulheres, porque as mulheres não tinham direitos iguais tanto na vida educacional, quanto política; a escola pública permitiu acesso aos pobres, em contraposição àquela educação burguesa que preconizava a educação apenas para os ricos.

Anísio Teixeira defendia no "Movimento dos Pioneiros da Educação" uma educação igualitária para todos e não exclusiva para a classe dominante. Este "movimento dos Pioneiros" foi um marco histórico da educação no Brasil, porque não havia debate desde o período da colônia.

No período do Estado Novo, Getúlio Vargas, promulga a Carta Magna de 1937. já havia naquele momento uma compreensão social da educação, tal como o "Movimento dos Pioneiros da Educação", evidenciando a importância da educação

para toda a sociedade. entretanto, a luta entre os interesses trouxe de volta o ensino religioso como uma demanda da classe dominante, mesmo que já houvesse discussão sobre o papel alienador da Educação religiosa quanto as outras matrizes religiosas (SAVIANI, 2011).

Os assuntos relacionados a educação voltaram a ganhar destaques em 1942, com o Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema que valida várias leis orgânicas da educação, que se pauta na visão de que havia necessidade de mão de obra para uma industrialização crescente.

Mesmo com as reformas educacionais no período do Estado Novo, a alteração no quadro educacional não impediu a manifestação da exploração e não deixaram de confirmar a dualidade estrutural da educação, porque quem frequentava o ensino superior ainda era a elite, os filhos da classe trabalhadora tinham apenas o ensino primário e profissionalizante. Ou seja, uma educação para atender as necessidades da classe burguesa e dessa maneira o poder econômico continuava nas mãos da elite.

O Banco Mundial foi criado em 1944, no final da 2ª Guerra Mundial, para conceder crédito e um mecanismo de intervenção dos países centrais nas diretrizes políticas dos países em desenvolvimento. Uma destas era a Educação dos países "pobres", ou seja, o Banco dava empréstimos, mas impunha ações condições para a sua implementação com o moto de que a adoção daqueles procedimentos levaria ao desenvolvimento.

Juscelino Kubitschek atuou entre 1956-1961 e fez grandes alterações na realidade brasileira e o lema era 50 anos em 5 com o viés desenvolvimentista. O maior investimento para a educação no governo de JK, que não poderia ser diferente, foi na educação técnica para ser a base das ações político econômicas do seu planejamento. Ou seja, neste período não houve metas arrojadas para a Educação.

Durante anos a Educação foi foco de grandes discussões e poucos avanços, culminando que só em 1961 foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 4.024, legislação proposta pelo Ministro da Educação Clemente Mariani e sancionada pelo Presidente João Goulart (1961-1964). O embate entre conservadores e progressistas foi a dificuldade para a aprovação da LDB no Brasil. Os textos da LDB atendiam aos interesses dos conservadores como o direto da família, o direito de igualdade de ter escolas públicas e particulares (SAVIANI, 2011).

O discurso da Elite evidenciava que um país somente poderia se desenvolver com uma sociedade plenamente escolarizada e que pudesse pensar, mas era para atender aos interesses da ideologia capitalista, todo esse interesse era apenas para que os brasileiros pudessem seguir sua economia imposta pelos países de primeiro mundo.

A década de 1960 foi marcada pela intervenção militar no Brasil, com os discursos desenvolvimentistas e de segurança nacional. A ditadura militar faz vários acordos internacionais com políticas neoliberais, com políticas educacionais de tendência tecnicista nos currículos. Um destes convênios foi assinado entre o MEC e USAID (*United States Agency for International Development*) que objetiva mudanças no setor educacional, com disponibilização de assistência técnica e financeira, com maior foco no ensino superior.

Saviani (2019) concorda com Romanelli (1996), quando afirma que essas decisões tiveram sua importância no campo educacional como referência ao tecnicismo educacional, e amplamente aplicadas por técnicos norte-americanos ao sistema educacional brasileiro, nos períodos entre 1964 até o início da década seguinte.

Em 1971, durante o governo militar de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) foi lançada a nova LDB 5.692/71 alterando os rumos da Educação, "[...] a responsabilidade pelo planejamento educacional foi inteiramente transferida dos educadores para os tecnocratas e militares" (SAVIANI, 2008, p. 10). Assim, no contexto da Educação no período militar a pedagogia era tradicional e tecnicista, com os professores eram em sua maioria executores dos conteúdos.<sup>2</sup>

As leis educacionais neste período continuavam na direção da educação profissional, ratificando o objetivo do governo central de qualificar a mão de obra para uma formação social e para o tecnicismo, sobremaneira, uma Educação excludente para a manutenção da opressão da classe Trabalhadora e mantendo esta classe fora dos domínios do poder (SAVIANI, 2008; LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012).

A década de 1970, foi um período de muitos acordos e em 1980 foi a vez do Banco Mundial que foi o maior financiador na área educacional, todavia, esses empréstimos efetuados aos países em desenvolvimento eram autorizados mediante

<sup>2</sup> O Governo Bolsonaro, a partir de 2019, produziu modificações em moldes parecidos do período militar, com militares no MEC e em outros Ministérios que interferem na Educação.

tratados entre as partes interessadas." As políticas educacionais visavam uma educação para formar mão de obra barata e atender aos interesses da classe dominante, os interesses dos investidores internacionais.

Na década de 1980, o regime democrático volta com o fim da ditadura militar e em 1988 uma nova Constituinte foi promulgada e foram emplacadas várias conquistas nas esferas sociais, ambientais e econômicas, que reverberaram em conquistas nas Lei para a educação.

Por sua vez, em 1990 novo marco foi introduzido, principalmente nas questões voltadas ao Meio Ambiente e influenciando as políticas educacionais brasileiras. Depois do Brasil, participar na Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia. Essa Conferência foi financiada por organismos multilaterais, como a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), o UNICEF (Fundo das nações Unidas para a Infância), o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e o Banco Mundial. Um dos objetivos debatidos após a Conferência de Jomtien foi equidade do ensino, proporcionando a todos ter direito as mesmas oportunidades.

Segundo Ponce (2001, p. 162) "[...] a educação tem sempre estado a serviço das classes dominantes, até o momento em que outra classe revolucionária consegue desalojá-las do poder e impor à sociedade a sua própria educação". A Escola não é disponível para todos, da mesma forma os acessos são precários para a moradia, a saúde, o emprego, os bens de consumo, qualidade de vida, lazer, cultura; é importante destacar que a elite e a burguesia fazem esforços para manter os acessos precários, porque melhor acesso produz melhor qualidade de vida e melhor igualdade é um indício de democratização, que é desfavorável para a elite e a burguesia.

Pode-se destacar que o papel do Banco Mundial não é para a superação das desigualdades, mas sim obedecer aos interesses capitalista dos países centrais, tendo como referência às ações políticas neoliberais e Estado mínimo; ou seja, o Banco Mundial impõem políticas Educacionais que proporcione aos países submissão das classes trabalhadoras as Elites dominantes, ou seja, uma educação não libertadora e baseada na exclusão e para que a Classe trabalhadora seja apenas trabalhadora e não agente social de mudança.

Associada a essas políticas, foi criado o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), a respeito deste assunto Brasileiro Velanga e Colares (2010) compreendem que os resultados adquiridos deste sistema tinham como objetivo

auxiliar na formulação e monitoramento das políticas da érea da educação. Ainda pontuam que esse modelo faz parte de um sistema neoliberal e tornam -se uma regulamentação do Estado sobre os estabelecimentos de ensino estadual, municipal não respeitam as especificidades regionais. Estes sistemas de avaliação fizeram PARTE de um modelo de governo privatista, como é o caso de Fernando Henrique Cardoso- FCH, que intensificou a privatização dos serviços públicos.

Por meio da educação a classe dominante controla que tipo de ensino os filhos dos trabalhadores terão e as agências internacionais, Banco Mundial, USAID, FMI definem as diretrizes educacionais, ou seja, a elite jamais vai criar políticas educacionais para favorecer a classe do proletariado:

Portanto, percebe-se que as classes dominantes entenderam há muito tempo o papel fundamental da educação para a transformação social, desta forma a mesma foi pensada e vem sendo desenvolvida de modo a reproduzir um padrão baseado na divisão de classes, visando a manutenção da elite burguesa, desconsiderando a natureza da aprendizagem, a liberdade de escolha, a importância do amor nas relações humanas para o desenvolvimento individual e coletivo (SILVA, 2021, p,37).

A Educação é um caminho utilizado pela elite brasileira, desde a chegada dos Portugueses com os Jesuítas, para a sua reprodução porque sabia e sabem que a Educação é relevante como transformadora da sociedade. Neste caso, no contexto capitalista, a educação é um produto e, na lógica econômica, como mercadoria ou serviço. Diante da dualidade de uma educação pública e privada, educação burguesa e proletária Manacorda (2010, p.129 -130) afirma

É fato sabido que a escola, qualquer que seja o aspecto e conteúdo que assuma, permanece o lugar da formação das jovens gerações pertencentes à classe dominante, e que as classes subalternas a ignoram. As crianças e jovens pertencentes a essas classes não têm um lugar estabelecido para a sua formação [...]. Na realidade, formamse não no interior de um lugar específico aos jovens, ou escolas, mas sim na aprendizagem prática, no contato direto e constante com os adultos, numa participação imediata em sua vida e atividade. Trata-se de uma verdadeira e autêntica formação no trabalho [...].

Ao longo dos anos, os direitos garantidos pela Constituição Federal vêm sendo transformados em mercadorias para aqueles que poderiam pagar. Esse processo não só golpeia a legislação, mas engendra um processo de convencimento da inoperância do que é público, e induz a grande parcela dos trabalhadores a recorre a empresas

que prestam serviços de saúde, educação e previdência, e que Classe barbarizada, desmobilizada e, em grande parte, desconhecedora dos direitos garantidos na própria legislação burguesa (VASCONCELOS, 2015).

A realidade nos leva a viver em conflito com essas responsabilidades, pois o processo de alienação pelo trabalho nos impõe a implementar políticas mínimas que apenas qualificam e profissionalizam os estudantes, deixando situações que envolvem a realidade produtiva, conforme afirma Buffa (2010, p. 29):

Assim, a educação dos trabalhadores pobres tem por função discipliná-los para a produção. O que propõe para a maioria da população é pouco; é o mínimo. Aquele mínimo necessário para fazer o trabalhador um cidadão passivo que, apesar de tudo tem alguns poucos direitos.

A educação é disponibilizada às classes dominadas, bem como as demais políticas sociais, de tal modo que não gere grandes impactos à ordem social vigente no contexto de desenvolvimento do capitalismo.

Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) entendem que o processo formativo envolve a necessidade de desenvolver cidadãos críticos que compreendam o mundo, com formação tecnológica. Assim, a formação crítica do ser humano é necessária para considerar ser o cidadão participante da vida social e política do país. Embora o espaço escolar seja propício para essa formação, ainda se apresenta insuficiente para atender às demais demandas econômicas e sociais dos usuários dessa política social.

Os esforços despendidos para o alcance dos objetivos fundamentais de nossa Carta Magna são motivações para a implementação de políticas públicas, que são frutos de lutas sociais e de processos de resistência na busca de uma sociedade justa, igualitária e desenvolvida.

### 3.2 A educação rural em Rondônia e a educação ribeirinha: impactos ambientais em Porto Velho

As primeiras iniciativas de educação rural no Brasil de modo regular datam do final do 2º Império, contudo, foi por meio do Plano Nacional de Educação de 1812, que D. João VI adicionou um mecanismo em que informava "no 1º Grau da instrução pública se ensinariam todos os conhecimentos que são essenciais aos agricultores, artistas e comerciantes" (CALAZANS, 1993, p. 301).

De acordo com Silva (2021), após passar por algumas alterações, em 1826, o

referido Plano Nacional de Educação insere no 2º Grau, "conhecimento dos terrenos, dos produtos naturais da maior utilidade nos usos da vida". Nesta mesma época (século XIX), é possível verificar no Decreto de nº 7247 (1870) a propositura para o ensino de 1º Grau, noções de lavoura e horticultura.

No Estado de Rondônia, conhecido como Território Federal do Guaporé, cujo ano de criação ocorreu em 13 de setembro de 1943 através do Decreto nº 5.812, tinha uma educação reconhecida por um sistema político de exceção, guiada por novos padrões e parâmetros legais e políticos que duelaram para caras alterações em seus rumos.

Segundo Gomes (2007, p. 19) "[...] o Estado Novo havia optado por se colocar ao lado do autoritarismo, devido ao intenso controle político, social e cultural e ao cerceamento das liberdades civis e políticas; repressão e violência foram expressas em atos de tortura". Neste cenário, cidadãs e cidadãos de áreas rurais e trabalhadoras e trabalhadores não eram somente tolhidos das questões políticas, como em grande medida, das possibilidades de formação existentes a época, por meio da educação escolar.

Para esta camada social as escolas apresentavam enquanto configuração pedagógica e didática: somente uma classe e um professor para toda a turma e, como se isso não bastasse, este não tinha formação condizente com o desafio de facilitar o aprendizado, visto que possuíam somente o ensino fundamental incompleto, tendo esse professor em média um ano de escolaridade (SILVA, 2021, p. 36).

Em contraposição, no entendimento de Sá (1979), em virtude das condições e do desenvolvimento econômico das regiões mais avançadas (com destaque para a região Sudeste do país), a educação desenvolveu-se mais rapidamente. Este fenômeno foi perceptível principalmente em meados do século XX (fim dos anos 1950) com o surgimento dos centros vocacionais, experimentais. Este ínterim é circunscrito por um governo populista que se manteve distante da oferta coletiva da educação do ensino primário, quer seja no que concerne ao número de estudantes matriculados como na qualidade do ensino. Destaca-se, de igual sorte, as disparidades entre os estratos sociais, entre localidades urbanas e rural, entre centro e periferia.

Oliveira (2004, p. 79) destaca que "após a criação do Território Federal do Guaporé, a região pouco se desenvolveu. Durante mais de 32 anos (1945-1977) existiam apenas duas cidades, Porto Velho e Guajará Mirim". Por sua vez, Gomes (2007, p. 44) relata que foi através do Decreto Territorial n. 2, de 25 de fevereiro de

1944, que houve a implantação da estrutura administrativa do Território Federal do Guaporé, e foi prevista também a implementação do Departamento de Educação:

O Departamento de Educação tinha por finalidade manter e elevar o nível de ensino nos núcleos já fixados, desenvolvendo a rede escolar à medida que outros fossem sendo criados; e coordenar os esforços da educação com os fomentos da produção. Sua estrutura consistia dos seguintes serviços e setores: Serviço de Ensino Primário e Normal; Centro de Ensino e Escolas; Serviço de Ensino Profissional, Escolas e Aprendizados.

A partir dos anos 1970, o Território (Rondônia) passa por um período de intenso desenvolvimento, haja vista que, além do extrativismo mineral e vegetal (muito presente e prevalente na região) surge um panorama com viés agropecuário, em decorrência dos projetos colonizadores propagados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e pela reprodução da atividade econômica do centro sul, porque o gado já era uma atividade lucrativa e os migrante almejavam o sucesso econômica do novo eldorado. A propaganda governamental despertou o interesse de diversas pessoas de todas as regiões do país.

No Estado de Rondônia foi fomentado pelos entes governamentais provocou o deslocamento de um enorme contingente de pessoas; a população teve crescimentos expressivos: 1950-40 mil; 1960- 70mil; 1970- 111 mil; 1980- 491mil; 1996-1,22 milhão; 2009-1,5 milhão; este crescimento culminou com a emancipação de cinco municípios e surgimento de novos povoados que se desenvolveram de tal forma a ponto de outros seis distritos serem elevados a categoria de município; um ponto importante foi o processo de penetração, uma estrada era construída e novas eram criados, a partir dali ocorria outra penetração tendo como consequência a criação de outra estrada e assim sucessivamente (OLIVEIRA, 2004).

Em contrapartida, ainda que o período apresente progresso, no ano de 1982 (Rondônia) a região contava com apenas treze municípios, a saber: Porto Velho, Guajará Mirim, Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal, Pimenta Bueno, Vilhena, Colorado do Oeste, Espigão do Oeste, Presidente Médici, Ouro Preto do Oeste, Jaru e Costa Marques (SILVA, 2021). Do mesmo modo, Oliveira (2004, p. 81) afirma

Em 1979 tomou posse no governo de Rondônia o coronel Jorge Teixeira de Oliveira, durante o governo foi executado uma série de obras de infraestrutura básicas [...], Esplanada das Secretarias, o presídio Urso Branco, Hospital de Base em Porto Velho [...] colégios

As discrepâncias educacionais ficam mais evidentes na capital Porto Velho local de instalação da estrada de ferro madeira Mamoré no século XX. Destaca-se a seguir o olhar dado acerca do tema:

Durante o período que vai de aproximadamente 1910 a 1930, conviveram em uma só Porto Velho duas cidades opostas, gêmeas e díspares. De um lado a riqueza e a opulência dos frequentadores do Clube Internacional (hoje prédio do Ferroviário Atlético Clube), onde se dançou o fox, a valsa e se jogou bridge. Do outro, a cidade dos excluídos e marginalizados. Daqueles que não tiveram acesso aos benefícios do progresso e da modernidade trazidos pelos trilhos da ferrovia, ou que de lá foram banidos. Estes construíram uma espécie de antimundo das sombras, onde se dançou não o fox, mas o batuque, onde o crime e a miséria imperavam como no faroeste americano e onde a prostituição fez sonhar, matar e morrer homens ávidos de prazeres que vinham dos seringais e dos acampamentos da própria ferrovia (OLIVEIRA, 2004, p. 102).

É nesta perspectiva desigual e excludente que se formam e se conformam as relações e estruturas das instituições sociais da recém-nascida Porto Velho. "Um lugar em que se ouvia piano e falava-se inglês de um lado, e do outro, mostrava sua face mais sórdida para com os trabalhadores que ajudaram a construir a ferrovia" (SILVA, 2021, p. 37).

A atividade rural foi a impulsionadora do Estado de Rondônia, mesmo que cidades fossem sendo criadas e consolidadas pelas necessidades burocráticas da gestão do território rondoniano, e com a expansão da propriedade rural as cidades foram crescendo e inchando as periferias pela migração rural. Um dos fatores, influenciadores para a migração para a cidade ocorreu pela falta de escolas, tendo a falta de visão do poder público de que a escola rural deve ser tratada com peculiaridades de conteúdo, currículo e calendário.

A Educação Ambiental deveria ser terreno fértil para ser desenvolvido nas escolas rurais, porque o ambiente campesino ao redor das escolas são elementos motivadores que induzem reflexões e, sobretudo, material rico para ser desenvolvido nas Escolas. Por fim, e de uma forma bastante estarrecedora, não há políticas educacionais, pedagógicas e metodológicas diferenciadas.

O modelo de escola rural ribeirinha que predomina em Porto Velho, tem suas raízes pensadas pelo poder público e enfrentam as mais diversas dificuldades de acesso entre outros. Todo histórico de lutas e sobrevivências dos povos migrantes ou

não estão excluídos da vivência escolar rural e/ou ribeirinha (BARROS, MATIAS e NUNES, 2021).

Essas escolas foram criadas, organizadas e solidificadas dentro desse contexto sociopolítico colonizador, explorador, onde o ensino e a aprendizagem representaram as ideias de devastar a natureza sem nenhum cuidado ou informação de que os recursos naturais fossem esgotáveis. Contrário a esse modelo de pensamento, a população ribeirinha tem em sua cultura e modos de vida um diálogo de vivência com a natureza sem degradá-la ou destruí-la. No entanto, a organização do ensino dessas escolas praticamente não considera esses saberes, utilizando-se dos mesmos materiais didáticos que se utiliza nas regiões urbanas.

A abordagem teórica dessa reflexão torna-se necessária para que a pesquisa fique situada dentro de um contexto amazônico que a natureza do trabalho requer, visando um relato a partir do registro de outros pesquisadores que também fizeram suas pesquisas nas comunidades ribeirinhas próximas do centro urbano de Porto Velho. Essas escolas e respectivas comunidades abrigam um histórico de impactos em seus modos de vida que datam desde o início da exploração da borracha no século XIX, passando por vários outros impactos trazidos pela exploração da madeira e do ouro durante todo o século XX, culminando em seguida no maior impacto socioambiental provado pela construção das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau no início do século XXI.

Muito se fala nos impactos das hidrelétricas por ser um fato recente. No entanto, a realidade mostra que, na verdade essas comunidades vivem e viveram sempre sobre grandes impactos provocados pela imposição da exploração dos recursos naturais: ciclo da borracha, ciclo do ouro, ciclo da madeira e agora da exploração dos recursos hídricos. Ou seja, a própria história das comunidades está atrelada à devastação ambiental, e, isso implica reflexionar diretamente às ações curriculares da Educação Ambiental.

Observa-se, portanto, que as escolas ribeirinhas em Porto Velho nasceram e viveram sob uma realidade de fortes pressões de exploração dos recursos ambientais. Isso posto, reflexiona-se, no entanto, qual é a discussão de dos históricos dessas comunidades e suas realidades históricas de vidas podem entrelaçar-se nas temáticas de educação ambiental em suas escolas?

Tomando como exemplo uma das Escolas pesquisadas, como é o caso da Escola Flor do Cupuaçu localizada o assentamento Santa Rita que registra uma

história "recente" se levarmos em consideração a data de criação da escola em 2011. No entanto ao considerar os motivos históricos da fundação dessa escola, depara-se justamente com a maior devastação ambiental e cultural já vivida por essa comunidade: o deslocamento de suas comunidades em função da construção da Hidrelétrica de Santo Antônio. A este respeito Silva (2021, p. 62) assim descreve sobre essa comunidade:

O reassentamento Santa Rita está situado na margem direita do reservatório, distante 54 km de Porto Velho. Sua ocupação advém de moradores do Projeto de Assentamento de Reforma Agrária denominado Joana D'arc, ou seja, são pessoas sendo novamente deslocadas.

De acordo com a SAE (2010, p. 36) este reassentamento foi "implantado em uma antiga fazenda, [..] o núcleo fica próximo à rodovia BR-364, o que facilita o escoamento da produção agrícola para o mercado consumidor. [...] composto por 153 lotes rurais e área coletiva, com escola, posto de saúde e centro comunitário [...]".

Os reassentamentos provocados pela construção das hidrelétricas em Porto Velho marca, portanto, mais um capítulo da devastação ambiental e, junto com ela um maior empobrecimento da comunidade que, se vê obrigada a mudar suas residências e, consequentemente começar uma nova história, inclusive, em uma nova escola. Silva (2021) destaca que os moradores se ressentem de ter deixado o antigo local, pois não se consegue reconstruir em outros espaços os mesmos laços de amizade, a mesma rotina escolar, os mesmos eventos de atividades religiosas, jogos de futebol e reuniões festivas entre os moradores.

O reassentamento Riacho Azul também sofreu o mesmo impacto socioambiental e, é uma comunidade que nomeou a nova escola com esse nome em função de um pequeno riacho que foi completamente inundado pelo lago da hidrelétrica. Os alunos são oriundos das Escolas desativadas Marinha Rocha e José Rodrigues que certamente trouxeram consigo toda uma bagagem de destruição tanto do ambiente como dos modos de vida e da cultura das antigas comunidades da Linha do Ramal Jatuarana e Vila Franciscana, margem esquerda do Rio Madeira. Silva (2021, p. 102) registra assim a nova comunidade após o deslocamento:

O reassentamento Riacho Azul fica na zona rural também localizado na margem esquerda do reservatório e do rio Madeira com 42 lotes, entretanto apenas 38 foram ocupadas com famílias deslocadas das margens do rio. Fica a cerca de 20 km de distância de Porto Velho.

Segundo a SAE (2010, p. 34) "possui lotes individuais destinados à produção agrícola e a criações animais. Se destaca pela cultura de mandioca para a produção de farinha, considerada uma das melhores da região".

Assim como no assentamento Santa Rita, a comunidade de Riacho Azul reclama de não desfrutar da mesma coesão social vivenciada na antiga comunidade. O deslocamento forçado provoca uma desagregação e as atividades sociais acabam ficando mais distantes provocando descontentamento de muitas famílias que preferem mudar-se para outros locais pois ficam desestimuladas no novo ambiente. Roquetti (2018, p. 50) reforça que:

A revisão de trabalhos recentes dedicados ao estudo do impacto de grandes obras sobre modos de vida locais indica que não há conceituação nem abordagem teórico-metodológica uníssona no estudo dessa problemática. Esses esforços de pesquisa partem de olhares distintos sobre a temática, mas guardam características em comum que orbitam em torno da noção ampla do que vem a ser "modos de vida".

Os registros de fundação dessas escolas apresenta seus históricos como ponto de partida de sua criação já no século XXI que praticamente apaga a memória da vida da antiga escola, justamente provocada por uma situação de transformação e destruição ambiental, tornando-se cada vez mais urgente a proposição de uma escola que agregue em seu currículo e vivência cotidiana uma educação crítica, uma educação ambiental também crítica de forma a manter a memória das comunidades e escolas anteriores para tornar mais perceptível a conscientização realista dos impactos sofridos (SAVIANI, 2011; TOZONI-REIS, 2004).

O tempo e as relações históricas são registros que os pesquisadores necessitam considerar, pois é através deles que se organiza o cotidiano. Para Giddens (1991, p. 22), "O advento da modernidade arranca crescentemente o espaço do tempo fomentando relações entre outros 'ausentes', localmente distantes de qualquer situação dada ou interação face a face." Neste sentido, entende-se que ao registrar a criação de uma escola com nova data pode apagar parte da história dessas comunidades que se encontram dentro de uma transformação ambiental destruidora não apenas de seus espaços de rios e florestas, mas também de sua história.

Diferente das Escolas Flor do Cupuaçu e Riacho Azul, a Escola da comunidade de Vila Nova de Teotônio manteve seu histórico no Projeto Político Pedagógico e

dedica pelo menos cinco (05) páginas para descrever sua criação e percurso percorrido até chegar na nova Escola após o deslocamento e reassentamento provocado pela hidrelétrica de Santo Antônio. Alguns trechos são descritos com ricos detalhes de quantas comunidades atendiam, bem como as péssimas condições de transportes e dificuldades enfrentadas pelos alunos e professores:

Escola Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental Antônio Augusto Vasconcelos. Endereço: Vila Nova de Teotônio - Rua: 06, Lote: 38 - Porto Velho/Rondônia. Acesso pela BR 364, Km 18, Sentido Acre. Categoria da Instituição: Rede Pública Municipal (Educação do Campo). Entidade Mantenedora: Prefeitura do Município de Porto Velho. Aspectos Legais: Lei de Criação nº364 de 12/10/1961 e Denominação nº 11.606 de 30/03/2010. (...) situada na localidade de Água Azul, era uma Escola de madeira com duas salas, onde funcionava o ensino de 1ª a 4ª séries. O prédio da Escola situado na Vila da Cachoeira do Teotônio foi inaugurado em maio de 1999. No início do ano de 2001, a Prefeitura começou a transportar os Alunos da outra margem do rio que fazem parte das Comunidades do Jatuarana, Amazonas, Macaco e Pau Seco, a voadeira transportava os Alunos da manhã e da tarde. Porém, as notícias não eram só boas, os transportes terrestre e fluvial quebravam, faltava combustível, fazendo com que os Alunos perdessem aula; havia dia que trabalhávamos somente com os Alunos do transporte terrestre. O transporte nesta época, era uma Kombi, que foi alvo de muitas críticas e denúncias devido ao fato de que no lugar que deveria sentar uma pessoa, sentavam três, um em cima do outro, o que forçava o transporte, justificando assim a quebra das peças. Em 2003, a Escola começou atender Alunos advindos da Comunidade da Cachoeira do Morrinhos, localizado a 65 km da Escola, os Alunos desta Comunidade chegam a sair de casa às 10 horas, porém, devido às péssimas condições da estrada, o ônibus quebrava muito, os Alunos passavam semanas sem vir para a Escola; esta viagem é necessária já que na Comunidade de Morrinhos só existe uma escola de 1º ao 5º Ano que funciona no turno da tarde com ensino multisseriado. Em 01 de Abril de 2011, a Prefeitura recebeu a nova Escola Antônio Augusto Vasconcelos, da Empresa Santo Antônio Energia, como forma de compensação social [...] (PPP EMEF Antônio Augusto de Vasconcelos, 2021, p. 5-6)

Entende-se, portanto, que esse é um exemplo a ser indicado às outras escolas para que mantenham os registros da história da escola em seus PPPs, bem como seria importante divulgar sempre em suas atividades as diversas transformações do espaço e percursos realizados pelos alunos para acessarem a escola, uma vez que, as transformações e impactos ambientais estão atrelados às histórias das pessoas e da escola. Nesse contexto, a ideia do processo de deslocamento registra o transporte fluvial que atravessava a cachoeira, hoje já destruída pela construção da hidrelétrica:



Foto 1 – Transporte escolar fluvial dos estudantes no rio madeira

Foto: Analton Alves, 2006. O percurso de Casa a escola.

Considerando esse contexto ambiental dentro da relação das pessoas com seu ambiente em seus cotidianos de vida em que se caracteriza a educação ambiental voltado as trajetórias da vida humana, sentimentos das atitudes e valores presentes na história do lugar e as trajetórias de vida imposta, principalmente pelo desenvolvimento econômico pode subsidiar a Educação Ambiental dessas escolas.

No projeto, não há registro no seu histórico, mas não descreve a multiplicidade de comunidades e público que atende e, muito embora seja a escola mais próxima do Rio Madeira, também não descreve o ambiente e a relação de sua comunidade escolar com os modos de vida a comunidade escolar. Isso mostra como os registros históricos descritos nos PPP das escolas são bastante desvinculados de suas percepções com o ambiente e os impactos ambientais sofridos pelas suas comunidades. (PPP EMEF Antônio Augusto de Vasconcelos, 2021, p. 5-6)

Também a Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Chiquilito Erse traz um histórico com ricos detalhes, principalmente das comunidades que atende, bem como dos tipos de transporte com que os alunos acessam a escola e uma vasta vivência de gestão democrática em seu PPP

No entanto, pouco descreve também a sua comunidade escolar e seus modos de vida, embora seja uma escola situada em área ribeirinha que atende alunos da uma região do Baixo Madeira:

A Escola Municipal de Ensino Fundamental FRANCISCO JOSÉ CHIQUILITO COIMBRA ERSE é uma instituição pública, em conformidade com a Lei nº 9.394/96 e com a Resolução nº11/CME/2018 da Secretaria Municipal de Educação, oferece atendimento de Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental nos períodos matutino e vespertino. A Escola encerrou o censo de 2018 com 127 (cento e vinte e sete) alunos. Atende a comunidade do Rio Jamari, Linha Vinte e Oito de Novembro, Pv Oito, Babaçu, Agrovila, Ramal Acreano, Brasileira, Bom Será e os do próprio Assentamento Aliança. Em relação ao Transporte Escolar é atendida por 05 (cinco) ônibus escolar e 01 (uma) voadeira. Os alunos desta unidade de ensino pertencem às famílias de pequenos agricultores, caseiros e ribeirinhos. O tempo da distância percorridas no transporte escolar para o aluno chegar a escola e em média 45 minutos a uma hora no ônibus escolar e os alunos que utilizam o transporte fluvial, o trajeto é de aproximadamente 50 minutos na voadeira (PPP EMEF Ensino Fundamental Francisco Chiquilito Erse, 2021, p. 5-6).

Em outros documentos do Projeto Ensinar a Ensinar organizado por Trindade da Silva *et al.* (2005, p. 59-60), é possível identificar algumas características que marcam uma história colonialista e impositora pelo capital que promoveu a ocupação da região deixando marcas dos antigos seringais. O trecho descreve a região de Cujubim Grande situada bem ao lado da Comunidade Aliança onde está localizada a Escola Franciso Chiquilito Erse:

Dados históricos demonstram que na década de **40** (*século XX*) novos imigrantes nordestinos os quais ficaram conhecidos como soldados da borracha e que vieram para trabalhar na exploração do látex nos seringais da Amazônia. As ocupações das localidades à margem do Rio Madeira se davam quase sempre a partir da formação desses seringais. (...) Até o final de década de 40, Cujubim Grande do Madeira era conhecido como Seringal aliança e pertencia a um seringalista chamado Dr. Martins. A partir de 1950 a área foi arrendada pela família Menezes, que deu ao Seringal o nome de Cujubim Grande. (...) A comunidade de Cujubim Grande do Madeira é formada basicamente por ex-seringueiros, pescadores, extrativistas, pequenos agricultores, e funcionários públicos. (SILVA *et al.*, 2005, p. 59-60, grifo nosso).

Considerando que o Projeto Ensinar a Ensinar percorreu e atendeu todas os professores das escolas rurais de Porto Velho, é possível conhecer a história da

Educação Rural e Ribeirinha pelos registros deixados pelo referido projeto. As orientações e discussões sobre PPP podem ser observados na obra "Construção do Projeto Político Pedagógico – um entrecruzamento de olhares e vozes em escolas municipais de Porto Velho – RO". (BRITO, FARIAS, BORGES, REIS, 2005)

Essa obra, escrita em 2005 por diversos autores: Gilvanda Dias Brito, Kátia Sebastiana C. dos Santos Farias, Célio Borges e Dulcilene Saraiva Reis, representa um pequeno fragmento do que foi a preocupação dos diversos educadores formadores que organizaram e realizaram o projeto. Ensinar a Ensinar registrou um trabalho dialogado e pautado na democracia da construção dos saberes e além de servir de base para conhecer o histórico da Educação Rural e Ribeirinha de Porto Velho, mostra uma atuação muito forte da Universidade Federal de Rondônia que, com seus projetos de extensão proporcionou formação e qualificação profissional na educação dessas comunidades e escolas.

Há também registros das experiências de vivência de aprendizagens coletivas registradas pelo Projeto Ensinar a Ensinar que descrevem atividades de Educação Ambiental dialogadas com as realidades das escolas podendo ser aproveitadas para conhecimento dos históricos de modos de vidas dessas comunidades sempre citados como extrativistas dos produtos da floresta e dos rios bem como pequenos agricultores (TRINDADE DA SILVA, OLIVEIRA e BORGES, 2005).

Através da obra Ensinar a Ensinar: História dos Professores, Nunes *et al.*, (2003) pode-se perceber a trajetória dos professores e formadores em suas aprendizagens em cada comunidade das escolas rurais e ribeirinhas. As obras registram uma vasta experiência da construção dos saberes democráticos dialogados com as realidades locais podendo ser exemplo de retomada destas discussões para as atuais e futuras gestões escolares.

### 4 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL: CONTEXTO HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO

O objetivo de fazer uma descrição histórica da Educação Ambiental no contexto mundial, nacional, mesmo sendo um assunto já debatido por vários autores Para isso, são destacadas as principais leis, conferências e documentos que contribuem para o surgimento de Políticas Públicas que influíram na Educação introduzindo a Educação Ambiental numa perspectiva integradora e não apenas como mais uma disciplina curricular

### 4.1 Contexto histórico da Educação Ambiental no mundo e no Brasil

No final da década de 1960 Rachel Carson, escreveu A Primavera Silenciosa (1969) que abordou questões importantes sobre os resultados negativos de uso de pesticidas nas plantações, tendo como referência o crescimento da indústria Verde que primava pela produtividade e o uso de insumos químicos era uma referência. A autora faz críticas na relação homem/natureza mostrando como o homem pode destruir os recursos naturais e por isso prejudicar a própria vida, onde o homem é o principal causador da destruição da natureza, o meio ambiente, para satisfazer desejos que o capital proporciona, mas esquece que a natureza faz parte da existência da humanidade.

Em 1965, pela primeira vez se usou a expressão *Environmental Education* (Educação Ambiental) na Conferência que aconteceu na Universidade Keele, na Inglaterra na Assembleia Geral das Nações Unidas. O resultado foi o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, reconhecendo que, em conformidade com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, os direitos civis do ser humano são livres para gozar liberdades civis e políticas.

Em 1968, o Clube de Roma era formado por um grupo elitizado da sociedade da época, diplomatas, economistas e políticos. É importante destacar que nas reuniões surge a questão ambiental como uma preocupação da elite.

A seguir, analisaremos alguns desses documentos, quais sejam: a) "Declaração de Estocolmo" (1972); b) "Carta de Belgrado" (1975); c) "Declaração de Tbilisi" (1977); d) "Agenda 21" (1992); e) "Declaração de Thessaloniki" (1997); f) "Agenda 2030" (2015).

**Quadro 1 –** Documentos norteadores da Educação Ambiental

Ano	Documento	
1972	<ul> <li>Declaração de Estocolmo (Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente humano)</li> </ul>	
1975	<ul> <li>Carta de Belgrado (Conferência de Belgrado: uma estrutura global para a educação ambiental)</li> </ul>	
1977	<ul> <li>Declaração Tbilisi (Conferência de Tbilisi sobre Educação Ambiental)</li> </ul>	
1992	<ul><li>Agenda 21 (Rio 92)</li><li>Fórum das ONGs (Rio 92)</li><li>Carta Brasileira de Educação Ambiental (Rio 92)</li></ul>	
1997	<ul> <li>Declaração de Thessaloniki (Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Conscientização Pública para a Sustentabilidade)</li> </ul>	
2015	- Agenda 2030	

Fonte: BRASIL, Adaptado de MMA, 2019.

Em 1972, em Tbilisi-Estocolmo/Suécia, o Ambiente ganha contornos planetários através da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente com a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

Em 1977, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em colaboração com PNUMA desempenham junto a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental conhecida como Conferência de Tbilisi. Nesse evento foram argumentados vários pontos pertinentes em relação a Educação Ambiental no sentido de que a mesma deve atingir todos os cidadãos seja nas escolas, universidades ou em espaços de educação não formal. Outro ponto bastante relevante pela referida conferência foi apontar os meios de comunicação como responsáveis também pela Educação Ambiental.

A Conferência de Tbilisi, é considerada como direcionadora da Educação Ambiental, essa conferência foi e é importante porque abriu caminhos para outras Conferências, incluindo a Rio 92 que aconteceu no Brasil. No documento produzido os destacaram a importância e a abrangência da Educação Ambiental para a sociedade: construir a consciência, o conhecimento, o comportamento e a participação da sociedade geral com assuntos que abordasse a questão da preservação e problemas ambientais.

Em 1983, a ONU criou a Comissão Mundial para o Desenvolvimento e Meio Ambiente (CMDM) que deu origem ao "Relatório de Bruntland" apresentado em 1987

(NOSSO FUTURO COMUM, 1999). Este relatório defendia um conceito de conciliação entre o desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente, bem como defendia que a pobreza era a grande responsável pela degradação ambiental. Neste relatório demonstrou que as narrativas eram equivocadas de que o pobre degrada o meio ambiental, desconsiderando a exploração dos países ricos sobre os países pobres, da mesma forma destaca que aqueles que têm recursos financeiros têm a opção de não praticar impactos ambientais, os pobres não têm essa opção (ONU, 1999).

No Brasil, a década de 1990, é considerada de grande conquista na área educacional. É possível afirmar que a questão ambiental no âmbito educacional também teve grande destaque.

As políticas que contribuíram para a constituição de um currículo ambiental no Brasil se deram, principalmente, a partir da década de 1990. Desde então, as políticas públicas educacionais voltadas para esse tema começaram a tomar o foco contribuindo, assim, para o grande avanço da temática no âmbito educacional principalmente por meio do currículo (BRASIL, 1988).

Em 1991 o Ministério da Cultura e Educação – MEC, por meio da Portaria nº 678 de 15 de maio, determinou que a educação escolar deveria contemplar a Educação Ambiental, permeando todo o currículo dos diferentes níveis e modalidades de ensino e enfatizando a necessidade de se investir na formação continuada de professores. No ano de 1992, no Workshop sobre Educação Ambiental, o qual fez parte da programação da Conferência Rio-92, foi elaborada a "Carta Brasileira para a Educação Ambiental", com a finalidade de discutir as metodologias e currículo para efetivação da Educação Ambiental tanto no Brasil quanto internacionalmente (DIAS, 2004).

Em 1992, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, conhecida também como ECO 92 ou RIO 92, a pobreza e o conceito de sustentabilidade foram pauta de discussão: "O direito ao desenvolvimento deve ser exercido de modo a permitir que sejam atendidas equitativamente as necessidades ambientais e de desenvolvimento de gerações presentes e futura" (ONU, 1992, p. 154).

A temática ambiental de âmbito educacional recebeu grande enfoque a partir de 1992, em que o Brasil, no rio de Janeiro foi sede da segunda Conferência da ONU, a ECO-92 conhecida também como Rio-92 (DIAS, 2004).

O Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), aprovado em 1994, foi resultado do planejamento do Ministério da Educação - MEC, Ministério do Meio Ambiente - MMA, Ministério da Cultura – MINC e o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) que formularam 199 objetivos para capacitar o sistema de educação formal e não formal, curso do supletivo e profissionalizantes, em seus diversos níveis e modalidades para a Educação Ambiental. Este programa também foi criado com o objetivo de discutir uma Política Nacional de Educação Ambiental no Brasil. Foram definidas sete linhas de ações que visavam o desenvolvimento da Educação Ambiental tanto na escola, como na sociedade e nas universidades (DIAS, 2004).

Em 1997 foi marcado pelo protocolo de Kyoto que definiu metas para a redução das gazes efeitos estufa.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, nº 9694 de 1996, no capítulo II, seção I da Educação Básica, art. 26, incisos 1º, tornou a temática ambiental um componente curricular dos sistemas de ensino. Assim, a lei aponta que "Os currículos a que se refere o *capt* devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil" (BRASIL, 1996, p. 15,). Fica explícito nesta normativa, a inserção dos conhecimentos voltados à temática ambiental nos currículos (BRASIL, 1996).

Essa referência permite também o entendimento que para tal efetivação se faz necessário a formação de profissionais qualificados para exercer tal função, o que configura na capacitação de professores e, portanto, na reconfiguração do currículo de formação destes no ensino superior.

Em 1997, são formulados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) em que a dimensão ambiental é inserida nos currículos do Ensino Fundamental com noções básicas de Meio Ambiente, Sustentabilidade e Diversidade, sendo tratada pelo princípio da interdisciplinaridade como tema transversal por meio do tópico "Convívio Social, Ética e Meio Ambiente". (BRASIL, 1997). Observa-se que a partir desta normativa, a temática ambiental adquire um caráter mais amplo, sendo considerada para além do conhecimento físico e natural do ambiente, ficando explicito a necessidade dos conhecimentos socioambientais ancorado especificamente pela temática da sustentabilidade e diversidade.

Outra política pública educacional que versa sobre inserção da temática ambiental nos currículos educacionais foi a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999,

considerada como um marco importante para a Educação Ambiental no país. (BRASIL, 1999). Esta lei instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) que define em seu Artigo 10° a Educação Ambiental como componente curricular, sendo desenvolvida como "[...] prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades de ensino formal" (BRASIL, 1999, p. 3), o que possibilita o entendimento de que esta educação precisa ser contemplada no âmbito do ensino, pesquisa e extensão, não devendo ser implantada como disciplina específica.

Em 2002, o Brasil vivencia um momento histórico com a criação do Instituto Chico Mendes para a conservação da biodiversidade (ICMBio).

Em 2012 ocorreu a maior conferência das nações unidas sobre o meio ambiente, sediada no Brasil: a famosa Rio +20. Essa conferência teve como agenda principal o desenvolvimento sustentável.

As Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental (DCNEA), instituídas através da Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, também é outro marco legal em que reafirma a obrigatoriedade da inserção da temática ambiental nos currículos do ensino brasileiro. Em seu Artigo 16º, relata de que maneira a inserção dos conhecimentos a respeito da temática ambiental nos currículos da Educação Básica e da Educação Superior devem ser administradas, sendo então, trabalhados temas concernentes ao meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental por meio da transversalidade, como componentes já contidos no currículo e também através do ajuste dos componentes curriculares e a transversalidade. (BRASIL, 2012).

Essa agenda ambiental deveria ser cumprida a risca e principalmente, discutida nas escolas, universidades, bem como por toda sociedade. A este respeito Sorrentino et al. (2005, p. 289) entende que a Educação Ambiental tem que ser reflexiva por meio das interações "físico-biológico com as sociedades e a cultura desenvolvidas pelos seus participantes".

#### 4.2 Conceituação e caraterização da Educação Ambiental

A respeito da definição de Educação Ambiental, há no Brasil vários autores que a têm como objeto de estudo e vêm desenvolvendo pesquisas contribuindo grandemente para a literatura educacional ambiental, possibilitando, deste modo, a consolidação da epistemologia ambiental na educação brasileira.

Há um consenso entre os teóricos ambientalistas do país no sentido de compreender a Educação Ambiental não só como sendo aquela que está limitada apenas aos conhecimentos estruturantes das normativas institucionais, mas sim, conhecimentos que abrangem como um todo a vida cotidiana dos indivíduos. A este respeito, Loureiro (2004, p. 66) define a Educação Ambiental

[...] como elemento de transformação social inspirada no diálogo, no exercício da cidadania, no fortalecimento dos sujeitos, na superação das formas de dominação capitalistas e na compreensão do mundo em sua complexidade e da vida em sua totalidade.

Observa-se no exposto que o autor atribui à definição desta educação a um conhecimento que necessita ser realizado continuamente, no sentido de conscientizar os educandos ou aquele que recebe esta educação, com o objetivo de que esta gere um agente transformador da realidade dos problemas ambientais em que está inserido no presente e que contribuirá também para a realidade futura.

De acordo com Dias (2004, p. 523), a Educação Ambiental pode ser entendida como:

[...] um processo permanente no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação que os tornem aptos a agir e resolver problemas ambientais, presentes e futuros.

A dimensão do relacionamento do ser humano com a educação caracteriza-se, assim, como um processo que se evidencia a cada dia pelos impactos ambientais causados pela ação humana perante a natureza, tais como: a poluição, a degradação ambiental, a contaminação dos rios e consequentemente dos cursos da água, a poluição atmosférica, a devastação das florestas, a caça indiscriminada e a redução ou mesmo destruição dos habitats faunísticos, além de muitas outras formas de agressão ao meio ambiente.

O contexto da educação ambiental envolve as relações com os problemas da natureza, assim, é possível que o processo educacional seja determinante para a elaboração de ações educativas que promovam a participação de todos os professores na Escola e na comunidade.

A Educação Ambiental envolve as dimensões da ética, do conhecimento e da política, e se inserem no âmbito das relações sócio-culturais, e torna-se, pois, um conjunto de ações educativas que devem ser fortalecidas e voltadas para a

compreensão dos efeitos na relação homem-natureza e seu processo efetuado pela evolução histórica que envolve as dinâmicas do conhecimento, da ética e das condições políticas.

Para Isabel de Carvalho (2012), a Educação Ambiental é um processo de mudança que se desenvolve ao longo dos anos um dos instrumentos que venha a ser necessário para o desenvolvimento de atitudes e comportamentos necessários para a realização de atividades que venha a promover a inserção de ações nas práticas educativas escolares.

Sorrentino et al. (2005) tem como categoria de estudo sobre o âmbito educacional ambiental, as Políticas Públicas. Os autores defendem a Educação Ambiental como sendo principalmente uma política pública. Para ele, esta educação deve ser desenvolvida para além do quadro formativo escolar, sendo ampliada para a sociedade como um todo e isto só é possível sendo ela uma política pública:

[...] A educação ambiental trata de uma mudança de paradigma que implica tanto **uma revolução científica quanto política** [...] A educação ambiental, em específico, ao educar para a cidadania, pode construir a possibilidade da **ação política**, no sentido de contribuir para formar uma coletividade que é responsável pelo mundo que habita (SORRENTINO *et al.* 2005, p. 287, grifo nosso).

Na perspectiva dos autores, a Educação Ambiental precisa ser desenvolvida no sentido de gerar uma atitude, qual seja, a ação política naqueles que a ela têm acesso. Além de ser efetivada por meio da parceria do Estado e da sociedade civil, já que as políticas públicas são administradas pelo Estado.

Nesse mesmo sentido, Reigota (2016) define Educação Ambiental como uma educação política quando defende que a mesma deve considerar, preferencialmente nesta educação, as análises do conjunto das relações estruturantes que constituem uma sociedade. Isto é, as relações políticas, econômicas, sociais e culturais, as quais se relacionam intrinsicamente com a humanidade e a natureza, com o objetivo de compreender os mecanismos de controle e de dominação dos seres humanos face a realidade ambiental que o cerca.

Desta forma, uma educação ambiental voltada para a aquisição de ação política no sentindo de contestar a realidade posta, das relações modernas de sociedade-natureza que tem contribuído para aumentar os problemas ambientais.

A Educação Ambiental caracteriza-se como uma forma abrangente da educação e que se propõe a atingir a todos dentro de um processo pedagógico participativo e que envolve a capacidade crítica de captar os problemas ambientais. Nesse aspecto, a Escola deve identificar os problemas mais comuns que afetam a sociedade na relação homem-natureza (CARVALHO, 2012).

A Educação Ambiental deve ser trabalhada no Ensino Fundamental, os estudantes possam aprender a conhecer a natureza relacionando-se e entendendo a pluralidade existente nessa relação. No segundo ciclo do Ensino Fundamental chamase a evolução do raciocínio crítico definido sendo a hora em que o ensino é retornado para as críticas de atitudes relacionadas às atividades socioambientais. Ela passa pelo currículo escolar de maneira inteira de total qualidade visando as etapas da Educação Básica, pois sua explanação em cada ciclo tem que compreender objetivos e as características de cada fase.

O desenvolvimento do conceito crítico, expande o entendimento da Educação Ambiental por meio, de um olhar que compreenda a política, cultural, social e econômica. que se transforma fundamental no crescimento de práticas que colaborem com significados e conhecimentos críticos aos educandos e educadores. Contudo, necessita um envolvimento do educador ao longo do processo de proporcionar um contexto e prática de Educação Ambiental, deste modo, a difusão do assunto por meio de questões simplistas por meio, de entender de cunho ecológico que não favoreça para que não haja senso comum do indivíduo.

Leff (2012, p. 257) considera ser necessário compreender que:

A educação ambiental traz consigo uma nova pedagogia que surge da necessidade de orientar a educação dentro do contexto social e na realidade ecológica e cultural onde se situam os sujeitos e atores do processo educativo. Por um lado, isto implica a formação de consciências, saberes e responsabilidades que vão sendo moldados a partir da experiência concreta com o meio físico e social, e busca a partir dali soluções aos problemas ambientais locais; isto vem questionar a tendência de adotar concepções homogêneas da realidade, imitando a aplicando modelos científicos, tecnológicos e sociais gerados nos países do Norte para a solução de problemas ambientais dos países do Sul

Os saberes ambientais são necessários para a realização de atividades educativas que venham a se considerar necessárias no contexto ecológico e cultural em que os estudantes se encontram. Esta condição é um desafio ao educador

ambiental com respeito as formas de vida e ao desenvolvimento, pois segundo Carvalho (2012, p, 69) "os educadores que passam a cultivar as ideias e sensibilidades ecológicas em suas práticas educativas estão sendo portadores dos ideais do sujeito ecológico".

Essa condição se justifica na construção de pessoas educadas e logo desalinhadas como mostra o exposto antecipadamente, porém, não adianta qualificar pessoas para apropriar-se um *status* de importância na sociedade, precisam estar desvinculados das atividades englobam a vida em comunidade em outros planetas de modo que os saberes ambientais devem ser trabalhados

Guimarães (2013, p. 32) entende que "é preciso vivenciar as contradições existentes na realidade, realizar a potencialidade do ser através das relações políticas sociais". Para materializar uma educação humanizada é preciso uma ação síncrona do aluno/professor num recurso de prática e pensamento na qual todos possam se juntar inteiramente na construção da Educação Ambiental.

As questões relacionadas as práticas de Educação Ambiental precisam ultrapassar a meros planejamentos pontuais que não dispõem a continuidade melhor dizer possível na vida do aluno. As Escolas precisam incluir a realidade do cotidiano escolar, considerando o estudante a um entendimento da interação com a natureza e com os acontecimentos históricos, culturais, sociais e econômicos da sociedade.

A este respeito afirmam Rocha, Rocha, Hammes (2016, p. 273)

Para se efetivar na prática escolar uma educação ambiental transformadora, reflexo da compreensão complexa da problemática apresentada acima, as pesquisas sugerem intensificar a discussão pedagógica da práxis educacional dos educadores, além da capacitação ao aprendizado, referentes aos temas que provocaram as degradações ambientais. Dessa maneira estimulam-se práticas educativas que podem levara ações transformadoras; ações intensas e cotidianas que oportunizem ao educando o discernimento e o comprometimento com a sociedade em que vive e convive (Habitat), refletido o próprio modo de pensar e agir tanto do educador como do educando.

Ao considerar a atividade epistemológica voltada a educação ambiental evidencia a prática educativa voltada a constituição do trabalho educativo:

A educação acontece como parte da ação humana de transformar a natureza em cultura atribuindo – lhe sentidos, trazendo – a para o campo da compreensão e da experiência humana de estar no mundo e participar da vida (CARVALHO, 2012, p.77).

Encaminhando-se na abordagem que se pensa Educação Ambiental pela universalidade traçando na geração a melhor abordagem do tema na esfera escolar acontece por meio de uma prática mediada pela interdisciplinaridade. A este respeito Reigota (2016) entende que a Educação Ambiental está também muito ligada à interdisciplinaridade que, como já vimos, é compreendida das mais diversas formas.

Ao discorrer sobre a prática da Educação Ambiental na escola, percebemos a preferência pela abordagem do meio ambiente como tema transversal, em vez de torná-lo objeto de uma disciplina específica, o que é reforçado nos PCNs. Deste modo, como um objeto científico interdisciplinar, Leff (2001, p. 60) afirma:

Uma das principais causas da problemática ambiental foi atribuída ao processo histórico do qual emerge a ciência moderna e a Revolução Industrial. Este processo deu lugar à distinção das ciências, ao fracionamento do conhecimento e à compartamentalização (sic) da realidade em campos disciplinares confinados, com o propósito de incrementar a eficácia do saber científico e a eficiência da cadeia tecnológica de produção. A partir dessa premissa, iniciou-se a busca por um método capaz de reintegrar esses conhecimentos dispersos num campo unificado do saber. Desta forma, a análise da questão ambiental exigiu uma visão sistêmica e um pensamento holístico para a reconstituição de uma realidade total. Daí propôs um projeto para pensar as condições teóricas e para estabelecer métodos que orientem as práticas da interdisciplinaridade. (grifos nossos)

Leff (2001, p. 70) entende ser a "interdisciplinaridade teórica" como a "construção de um novo objeto científico a partir da colaboração de diversas disciplinas, e não apenas como o tratamento comum de uma temática".

Do mesmo modo, Nicolescu (2000) entende que a interdisciplinaridade diz respeito a transferência de métodos de uma disciplina para outra voltados a Educação Ambiental é um princípio declarado pelas convenções internacionais que analisamos anteriormente.

A "Declaração de Tbilisi", em sua recomendação número 2, afirma ser necessário "ater-se a um enfoque interdisciplinar, aproveitando o conteúdo específico de cada disciplina, para que se adquira uma perspectiva global e equilibrada" (IBAMA, 1997, p. 104). O imperativo do enfoque interdisciplinar é citado em outras recomendações, como as de números 8 (sobre a formação de determinados grupos de profissionais e cientistas) e 12 (importância da participação ativa dos docentes).

Inspirados pela "Declaração de Tblisi", os PCNs são bastante claros ao alinhar o meio ambiente como um tema transversal, ao lado da ética, da pluralidade cultural, da saúde e da orientação sexual. Esclarece o volume que "na prática pedagógica, interdisciplinaridade e transversalidade alimentam-se mutuamente", sendo fatores que aproximam os dois conceitos: a) a "crítica de uma concepção de conhecimento que toma a realidade como um conjunto de dados estáveis, sujeitos a um ato de conhecer isento e distanciado"; b) a "complexidade do real e a necessidade de se considerar a teia de relações entre os seus diferentes e contraditórios aspectos" (BRASIL, 1997b, p. 31).

Em se tratando de Educação Ambiental, é importante considerar que sua integração melhor ocorre nas ciências do meio ambiente. Entretanto, esta integração necessita ser cuidadosamente conduzida, uma vez que a ciência, no mais das vezes, vai além do domínio subjetivo, enquanto à Educação Ambiental, por ser tema transdisciplinar, não deve se limitar a um enfoque científico restrito à dimensão biofísica em prejuízo dos aspectos socais, econômicos, políticos e culturais. (SAUVÉ, 2005).

A importância da interdisciplinaridade na Educação Ambiental revela a construção do saber pela tendência da educação crítica não ocorre sem se localizar no campo de embate, já que, "A produção do conhecimento é ela mesma parte e expressão dessa luta (FRIGOTTO, 1995, p. 36)". Neste cenário, a teoria e o pensamento crítico convertem-se em elementos principais determinantes nas organizações de práticas que desejam exceder o caráter do saber globalizado dominante, exclui e divide legitimamente o interesse do capitalismo.

A Educação Ambiental aparece de modo que a prática interdisciplinar tem para disponibilizar o objetivo envolver muitas disciplinas e áreas de saberes para entender a superação de padrões da sociedade moderna em que as práticas educativas pretendem fortalecer o conhecimento através do envolvimento entre as disciplinas (MORALES, 2012).

Os saberes são caracterizados pelos conhecimentos disciplinares, em que a percepção de grupo se transforma no mínimo restrita desarticulada no ato de ensinar e de aprender, provocando uma dicotomia por áreas trancadas ou mestre nesse ou naquele tema:

Perante o exposto, a modificação dos modos de ordem em que se recebe os saberes da sociedade contemporânea converte-se nos dias de hoje a principal

dificuldade educacional. Durante tempo em que, não quer dizer que os conhecimentos restritos de cada não podem ser desconsiderados, pelo contrário, os mais diversos saberes são usados de forma que supere sua identidade dualista por área de informações e pela divisão entre teoria e prática.

A este respeito Reigota (2016, p. 78) afirma que "[...] com atividades de educação ambiental, esporádica, mas sim quando a perspectiva da educação ambiental é incluída nas práticas pedagógicas cotidianas das mais diversas disciplinas". Assim, a interação entre a teoria e prática pela interdisciplinaridade permite o aumento, e modificação do saber, importando exceder os conhecimentos no isolamento das disciplinas desse jeito, criando vínculos entre elas solicitando uma nova ordem e não a ausência das mesmas.

Partindo dessa premissa, a interdisciplinaridade é o primordial aporte conceitual para a elevação da explicação estritamente ecológica da Educação Ambiental (TOZONI-REIS, 2004). Desta maneira, é necessário ter consciência da expansão da Educação Ambiental não possibilitando a compreensão, por exemplo, perante os problemas pertinentes ao aquecimento global, poluição dos rios, diminuição da água potável entre outros recorrentes no cotidiano da sociedade,

As interações sociais do homem surgem por meio da sua incessante procura de satisfazer suas ambições de natureza biológica, cultural e social, dirigindo desta presunção que se entende que o saber está relacionado a ambições conceitos de verdades situações da classe do sujeito (FRIGOTTO, 1995). Desta forma, a interdisciplinaridade é compreendida pela produção histórica em que se importam as mudanças e não hegemonizar o saber não se pode simplesmente da ligação de disciplinas aplicadas sem benefícios de integridade reflexão sobre o ser. Para Leff (2001), os princípios da prática interdisciplinar foram passados para as questões teóricas sendo metodologia unificadora do saber.

Entende-se que a relação da teoria com a prática se faz importante nas organizações de práticas interdisciplinaridade conforme afirma Reigota (2016, p. 68) afirma "que a educação ambiental está também muito ligada á interdisciplinaridade, que, como já vimos, é compreendida e aplicada das diversas formas".

Sobre esta interação, a teoria e prática é relevante salientar que os dois procedimentos são importantes para a existência do ser indivíduo destacando que durante a prática é elemento para há, saber deixa prontamente teoria. desta maneira,

a construção da ciência é decorrência do processamento cognitivo de refletir a ação do homem no decorrer das suas interações sociais.

Neste caso, é importante destacar que ao final da década 1990, Sorrentino (2006) classifica os fazeres educacionais em quatro correntes da Educação Ambiental, classificadas por ele como: conservadora, educação ao ar livre, gestão ambiental e economia ecológica, conforme apresenta o Quadro 2:

Quadro 2-Tendências da Educação Ambiental

Correntes	Principais adeptos	Ações Relacionadas
Conservadora	Países desenvolvidos.	Impulso na divulgação dos impactos sobre a natureza, causados pelos atuais modelos de desenvolvimento; Criação de unidades de conservação.
Educação ao ar livre	Antigos Naturalistas, escoteiros e participantes de grupos de espeleologia, principalmente dos países no Norte.	
Gestão Ambiental	América Latina	Impulso nos embates contra a poluição e todas as mazelas de um sistema predador do ambiente e do ser humano; Movimentos em busca de liberdades democráticas; Reivindicação pela participação da população na administração dos espaços públicos e nas definições do futuro que estávamos construindo para nós e nossos descendentes.
Economia Ecológica	Países desenvolvidos	Geração e difusão de tecnologias alternativas, através de comunidades rurais, fundamentando do "ecodesenvolvimento".

SORRENTINO et al., 2005.

Sorrentino et al., (2005) considera que a qualificação de "desenvolvimento sustentável" e "sociedade sustentável" são consequências da quarta corrente elaborada no Quadro 2. Neste caso, a Educação Ambiental representa por empresários, governantes e uma parcela das organizações não-governamentais, durante o tempo que a segunda tem como protagonistas os adversários ao exemplo de desenvolvimento da sociedade capitalista e certificam que a primeira corrente se trata de uma apresentação que na realidade máscara a manutenção do *status quo* imposto pelo poder dominante.

É necessário ter claro que cada finalidade, modelo, atividade ou programa desenvolvido, ainda que pareça está embasada diretamente ou indiretamente por uma ou mais correntes apresentadas, integrando na maioria das vezes o conhecimento de meio ambiente como parte e não como conjunto ainda que, aconteça em contextos singulares confirmando as particularidades, singularidades e similaridades das correntes enunciadas por Sorrentino (2005).

Como modelo de sociedade moderna que faz de a Educação Ambiental ser por muitas vezes utilizada para reproduzir ideias hegemônicas por meio da classificação e resumir da realidade. Esse modelo é possível ver em várias correntes mostrada diversidade, no que tange, levando em consideração essa diversidade de sentidos em relação ao assunto, irá ser trabalhadas apenas três correntes que necessário para entender as principais e correspondem às falas dos sujeitos participantes da pesquisa descritiva desta pesquisa, como consequência estas terminam entrelaçando as demais em suas conclusões, as principais são: Educação Ambiental em uma perspectiva conservadora, pragmática e a crítica, ressaltando que esta última legitima nossa concepção a respeito do assunto (SAUVÉ, 2005)

A Educação Ambiental Conservadora foi iniciada como naturalista, basicamente por ser de aparência naturalista. Suas individualidades conservadoras se mostram diante de vários debates sobre os problemas ambientais, tendo influência do capital econômico que impõe suas leis, colocando seus interesses, apresentando a natureza como produto a serviço da expansão capitalista. Ou seja, ela não entende que a população nas suas ilimitadas relações com o meio ambiente, imagino a natureza como algo alheio ao ser humano (MORALES, 2012).

Nesta ordem, as competências e saberes da Educação Ambiental desqualificam a diversidade em que se ampara o assunto e indireta atitudes de proteção ambiental, não mostram a oposição concreta nessa interação homemnatureza. na perspectiva conservacionista.

A Educação Ambiental alerta de que esta deve incorporar os processos de construção de valores sociais, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação, bem como ações que envolvem a qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

Carvalho (2012) entende que a divisão do indivíduo e objeto está ativa a uma herança cultural embasada na tradição ocidental em que, o mundo é coordenado por uma lógica atual à qual a complicação é dedicar em nome de um reducionismo

científico que deleta o caráter do passado da percepção e como resultado auxiliando para a sistematização dos procedimentos de padrão da sociedade, confirmando a hierarquia dos modelos de vida dos países do continente europeu.

Ao estruturar em que se afirmar a comunidade criando com que os sujeitos sejam levados a um segmento de alienação em que aproximadamente nossa cultura é empobrecida em valor do "endeusamento" da erudição norte-americana. Entendese que a dualismo do ensinamento continua a esses modelos fracionados por áreas singulares que perdeu seu espaço em virtude da universalidade causas que essa oposição demonstrou para que os conhecimentos da Física e da Biologia se fixasse na sociedade como portadoras do entendimento lícito do real e que marcam o humano. Em complemento à qualidade de um modelo acertado pela coerência e transparência cientista, os saberes oriundos das áreas das Ciências Humanas transitam a lugar secundarizado na sociedade (CARVALHO, 2012).

A linha conservacionista deixa de ser a mais comum nas práticas relacionadas a indagações ambientais, criando emergir sua versão mais atualizada classificada como pragmática, visto que, busca ajustar -se às novas escassez econômicas, sociais e tecnológicas, ou seja, ocupa -se de uma acomoda a lógica do capital, claramente ambas as correntes se apoiam em ações de cunho comportamentalista e individualistas (LAYRARGUES, 2002).

A Educação Ambiental Pragmática se inclui no que Sorrentino et al. (2006) descreve como Educação Ambiental de Sustentabilidade sob a visão do "desenvolvimento sustentável", assim, lançando -se na concepção de que a sociedade capitalista é ambientalmente insustentável, decidimos em usar o termo Pragmática ao Sustentável. Essa tendência tem potencial para mostrar que está descrita como uma nova regra de âmbito internacional que vem se ampliando pela sociedade como a solução para todos os problemas ambientais. Seu modelo está ancorado no desenvolvimento sustentável econômico, expondo ao "controle da exploração dos recursos naturais em níveis suportáveis em todo mundo, a ideia de desenvolvimento sustentável aí veiculada é de 'crescimento econômico com controle ambiental' em todos os países do mundo" (TOZONI-REIS, 2004, p. 50, grifo do autor).

Na década de 1990, a propagação da ideia de desenvolvimento sustentável ocorreu de forma crescente, sobretudo nas escolas, porém isso tem ocorrido criticamente, pois, comumente essa disseminação não contribui para a desenvolvimento da ótica da política e científica dos indivíduos, mas ao antagônico a

natureza é mais uma vez empregada como aspecto de preservação da estrutura social vigente.

Além da agenda global, foi determinado que cada país deveria elaborar sua própria agenda local. Em 2002 foi publicada a versão brasileira, um trabalho iniciado em 1996 e que envolveu cerca de quarenta mil pessoas. Fazem parte desta versão os documentos denominados "Agenda 21 brasileira: ações prioritárias", que foca na construção da sustentabilidade brasileira e "Agenda 21 brasileira: resultado da consulta nacional", produto das discussões travadas em todo o Brasil.

Ao ir além da preservação do meio ambiente e atingir o desenvolvimento sustentável (a equilibrar crescimento econômico, equidade social e preservação ambiental) são dois traços marcantes no principal desafio da "Agenda 21 brasileira":

A primeira grande inovação da Agenda 21 é que o objetivo comum a ser atingido não está restrito à preservação do meio ambiente, mas ao desenvolvimento sustentável ampliado e progressivo que introduz, na discussão, a busca do equilíbrio entre crescimento econômico, eqüidade social e preservação ambiental. Trata-se, portanto, da procura por uma nova racionalidade que garanta a solidariedade e a cooperação, tanto quanto a continuidade do desenvolvimento e da própria vida para as gerações futuras, ameaçadas pelo consumismo perdulário e pela exploração predatória dos recursos naturais (MMA, 2002, p. 4-5).

O relatório "Agenda 21 global" alerta sobre a possibilidade de a agenda evoluir por força de necessidades e circunstâncias. De fato, após a conferência Rio 92, outros encontros internacionais aprofundaram as discussões e avaliaram os resultados. Assim aconteceu nas conferências Rio + 5 (1997, em Nova Iorque), Rio + 10 (2002, em Johanesburgo) e Rio + 20 (2012, novamente no Rio de Janeiro). A este respeito, pode-se considerar que:

A Agenda 21 é um plano de ação para ser adotado global, nacional e localmente por organizações do sistema das Nações Unidas, governos e pela sociedade civil, em todas as áreas em que a ação humana impacta o meio ambiente. Constitui-se na mais abrangente tentativa já realizada de orientar para um novo padrão de desenvolvimento para o século XXI, cujo alicerce é a sinergia da sustentabilidade ambiental, social e econômica, perpassando em todas as suas ações propostas (AGENDA, 21).

Guimarães (2013) entende que existe uma sociedade designada pela razão de mercado, e para atingir é necessário criar maneiras que sejam, na criação de novos padrões sociais, articulando a realidade de um novo paradigma de sociedade alicerçado por conceitos críticos de sustentabilidade, melhor dizendo não desenvolver novas aspectos para os velhos temas conservadoristas. É necessária uma transformação nos métodos de fabricação da sociedade contemporânea que é fundamentado pela dialética mercantil. Para comprovar a utilidade de um exemplo crítico face a essa ordenação social

A chegada de tecnologias mais sustentável faz-se delimitada por preservar a disposição organizacional intocada, isto é, as interrogações políticas, sociais e econômicas ficam paralisados a uma regra dominante que condiciona seu trajeto para a construção cada vez maior de resto, em complemento total que produz mais se amplia as diferenças sociais no mundo. A expressão do progresso sustentável esconde e recusa a crise atual como sequela de um modelo histórico grifado pelo arsenal de capital e pela investigação do homem e da natureza. No mesmo sentido Tozoni-Reis (2004, p.55) afirma

A sociedade capitalista atual, chamada também de sociedade pósmoderna na tentativa de reverti -se de um caráter de superação das contradições próprias da sociedade industrial moderna, não resolveu suas contradições básicas. A desigualdade social é ainda a sua mais perversa face.

Entretanto, partilhamos de uma concepção que visa a instituição de uma sociedade sustentável, porém, levando em consideração que essa realidade permanece na utopia, pois, esta caracteriza-se como uma objeção ao discurso do desenvolvimento sustentável, opondo-se ao capital de tal maneira que permita a ampliação da Educação Ambiental em direção da ecologia conjunta e distraída às demais interrogações políticas:

Por teoria crítica se compreende o modo de pensar e fazer educação de modo a problematizar as pedagogias tradicionais, ao admitir que o conhecimento não é neutro, o que implica que entende aos vários fins em cada sociedade, reproduzindo e produzindo relações sociais (MORALES, 2012, p.55).

É possível destacar que a teoria educacional ao se apropriar em seu interior a "crítica" (LOUREIRO, 2006). Desta maneira a educação ambiental crítica é pautada

para que o sujeito se insira no contexto da natureza" (REIGOTA, 2016, p.44), é necessário ensinar ecologia para que os alunos possam proteger o meio ambiente"

Reigota (2016, p.13) entende que "a educação Ambiental como educação política está comprometida com a ampliação da cidadania, liberdade, da autonomia e da intervenção direta dos cidadãos e das cidadãs na busca de soluções e alternativas que permitam a convivência digna e voltada para o bem comum".

É nesse contexto que a Educação Ambiental Crítica surge como uma oportunidade real para a sobre elevação da diferença homem-natureza, contribuindo para um envolvimento entre educação e integralidade é necessário que seja por completa quando aparecer questões de educação ambiental abra horizontes para debater qual seria a dificuldade de trabalhar uma educação visando a criticidade do indivíduo.

A esse respeito Reigota (2016, p 17) afirma que "[..] a educação ambiental crítica está, dessa forma, impregnada da utopia de mudança radicalmente as relações que conhecemos hoje, seja elas entre a humanidade, sejam elas entre a humanidade e a natureza".

A Educação Ambiental Crítica tem que proporcionar ao sujeito um entendimento acerca da interação da atividade entre a sociedade e a natureza. A este respeito, Leroy e Pacheco (2006, p. 69) afirmam que:

A verdadeira educação ambiental deve ter como preocupação proteger não só as águas, o ar, as florestas, a flora e a fauna, mas também, os homens e as mulheres que, muitas vezes exatamente por reunirem todas as características que os tornam mais suscetíveis à injustiça ambiental – miséria, pobreza, situação de risco em todos os sentidos, principalmente falta de (in)formação e ignorância - tornamse, ao mesmo tempo, vítimas e algozes de seu entorno.

Por esse entendimento existe a relevância dessa geração crítica da Educação Ambiental logo, deve ser avançada por entre, de questões planejadas que fortaleça os vínculos entre os seres humanos no seu modo de se captar no mundo praticando um papel ágil e decisivo na edificação de uma sociedade sustentável, em que a pluralidade seja prestigiada e respeitada e a contraste seja superada.

Desse modo, chama atenção a importância do educador voltado para a criticidade de maneira pluridisciplinar em que suas ações são atravessando pela união da teoria e da prática.

A introdução da Educação Ambiental Crítica ocorre através da interdisciplinaridade, a partir da superfície do saber e para isso é necessário que dentro da luta de classes aconteça uma emancipação do sujeito desde que tenha mecanismos para entender a junção política e econômica e assim, vindo a interferir na atualidade para que favoreça com uma mudança social, Educação Ambiental é ecológica porém, importante histórica, política, cultural, econômica e social, para tanto tem que considerar a vivência do cotidiano educacional.

Nesta mesma linha teórica, Tozzoni-Reis (2004) compreende que a Educação Ambiental crítica é uma prática social e a define como uma dimensão da educação que exerce atividades intencionais. A autora entende que, cada vez mais, é necessário forjar a adjetivação desta educação como crítica e transformadora produzido em parceria, pois:

[...] problematizando formação humana, educação, educação escolar, currículo escolar e formação de professores, podemos concluir que a inserção da educação ambiental que queremos e precisamos passa pela reformulação da formação dos professores na perspectiva de superação da racionalidade prática, definindo-a como formação do professor culto (intelectual crítico), investindo no seu protagonismo na construção e realização de um currículo escolar que garanta o tratamento dos temas ambientais como atividades nucleares nas escolas, compreendidas como um espaço social institucional que tem como papel contribuir na formação plena, omnilateral, dos sujeitos educandos pela apropriação crítica da cultura elaborada histórica e socialmente, para instrumentalizá-los na realização de uma prática social crítica e transformadora. (TOZONI-REIS; CAMPOS, 2014, p. 159, grifo nosso).

Para tanto, a Educação Ambiental só se efetivará na consolidação de um currículo escolar diante do currículo formativo de professores pautado nessas e em outras características fundamentais que possibilitam a compreensão da realidade histórica, cultural, social, econômica e política que o educando está inserido, buscando sempre contestar a realidade socioambiental presente e futura no sentido de transformá-la.

Para inserir uma Educação Ambiental crítica na escola, é importante que os educadores sejam "[...] capazes não somente de identificar e interpretar os múltiplos conflitos e dimensões da sociedade, mas de fazer com que os estudantes também desenvolvam essa habilidade" (GUIMARÃES, 2012, p. 110). Por conseguinte, provocará a construção de cidadãos pensantes e com aprendizagens significativas

que conseguiram fluir em práticas transformadoras mediando expressamente na sua própria realidade, admite-se que esse é o trajeto para a superação entre a teoria e a prática na Educação Ambiental.

Luzzi, (2012, p. 14) afirma que:

Enquanto na teoria focamos a construção de uma aproximação entre relações entre sociedade e ambiente, e seus múltiplos conflitos relacionados à cultura e aos valores envolvidos na cotidianidade, na prática perpetuam-se as oficinas de papel reciclado, aulas sobre o aquecimento global, estímulo à separação e reciclagem de lixo, organização de hortas orgânicas, trilhas de interpretação ambiental, entre outros.

As práticas elaboradas nas escolas são desconexas da vivência social e cultural do indivíduo que a desenvolve, se diminuindo a práticas sem contextualização teórica, essas práticas praticadas desta forma "[...] suponha a busca de soluções alternativas para a convivência humana no ambiente, essa ideia "pode ser uma ideia romântica" (TOZONI-REIS, 2004, p. 32-33, grifo do autor). Isto mostra que Educação Ambiental é executada somente com temas de geradores sobre lixo, poluição, desmatamento e reciclagem.

As práticas em Educação Ambiental efetuadas exclusivamente por ações sem demonstração na teoria criam na realidade um ativismo sem significados, em contrapeso, o comando da teoria sem a harmonia com a prática cria equilíbrio do tema, melhor dizendo, não há existe de construir uma prática que mude sem a junção entre prática e teoria (GUIMARÃES, 2013).

É necessária uma mudança da prática educativa, dedicando-se com início histórico e crítico dos problemas ambientais e que ultrapasse os muros das escolas, ofertando situações para que o sujeito tenha oportunidades hábeis para ir atrás da investigação das suas próprias realidades voltando-se preparado para ajudar na existência de uma sociedade mais justa, solidária, democrática e sustentável ambientalmente.

A Educação Ambiental formada por uma teoria crítica tem que ser concretizada por meio de uma ligação entre teoria e prática. No entanto, é necessário conceituar que a materialização dessa interação é um dos objetivos provocações da educação diante da sociedade em que vivemos. Comumente os métodos são práticas no cotidiano escolar são efetuadas de modo certo e individual não tem espaço de diálogo

entre os diversos conhecimentos em que se compreende os saberes (CARVALHO, 2012).

Deste modo, é necessário compreender que o trabalho educativo reforça a ampliação dos saberes de modo significativo entendo ser esta prática voltada a relação entre sociedade e natureza.

## 5 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS RURAIS RIBEIRINHAS NO MUNICIPIO DE PORTO VELHO

Esta seção está dividida em duas partes: a primeira parte apresenta o histórico de cada escola e uma breve análise sobre o que cada PPP descreve sobre Educação Ambiental para sua escola. Na Segunda parte apresenta-se a análise dos resultados e está descrita em forma de resumos e/ou trechos das exposições dos professores que foram coletadas durante as entrevistas. A partir dos temas abordados organizouse um quadro para cada categoria temática e as respostas condensadas em cada quadro estão agrupadas por abordagens semelhantes.

#### 5.1 Escolas pesquisadas e os registros sobre Educação Ambiental no PPP

# 5.1.1 Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Antônio Augusto Vasconcelos

A Escola Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental Antônio Augusto Vasconcelos. Endereço situado na Vila Nova de Teotônio – Rua: 06, Lote: 38 - Porto Velho/Rondônia tem acesso pela BR 364, Km 18, Sentido Acre. A Escola iniciou suas atividades através do Decreto nº 364 em 12 de outubro de 1961, e era situada na localidade de Água Azul, era uma Escola de madeira com duas salas, onde funcionava o ensino de 1ª a 4ª séries. Passou atender turmas até o 9º. ano amparada pelo Decreto nº 7.930 de 20 de dezembro de 2000.

Em 01 de Abril de 2011, a Prefeitura recebeu a nova Escola Antônio Augusto Vasconcelos, da Empresa Santo Antônio Energia, como forma de compensação social, período em que toda comunidade foi remanejada em função da construção da hidrelétrica que alagou toda comunidade e regiões próximas.

Em seu Contexto socioeconômico e cultural, a Escola possui 81 Alunos oriundos de seis Comunidades: Riacho Azul, Ramal Morrinhos, Ramal Caiari, Comunidade Paulo Leal (25), Vila Princesa e da própria Comunidade da Vila Nova de Teotônio. O transporte escolar desta Unidade de Ensino é feito por 01 voadeira e 02 ônibus escolares. Possui como modalidade de Ensino Educação Infantil (Pré I e II) Ensino Fundamental (1º ao 9º ano). Todas essas informações estão contidas no seu PPP (2021, p. .9)

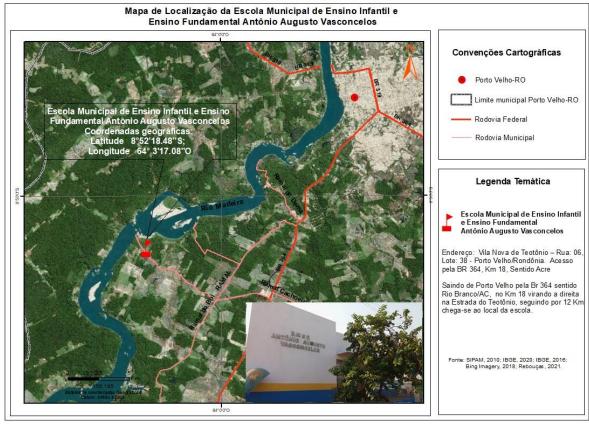


Figura 2 - Localização da Escola Municipal Antônio Augusto Vasconcelos

Fonte: IBGE 2021

#### A Educação ambiental é descrita no PPP da seguinte forma:

Por estar situada na Vila Nova Teotônio, tem-se a oportunidade de pensar e analisar várias questões ambientais, inclusive a crise que perpassa a comunidade dessa escola, onde aconteceu a retirada dos ribeirinhos devido à construção da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio. Portanto atualmente se apresenta como um local para reflexão das questões ambientais (ESCOLA ANTÔNIO AUGUSTO VASCONCELOS, PPP, 2021, p. .9).

Estudos de outros pesquisadores nesta mesma comunidade indicam que o rio madeira é um componente importante para os estudos dos alunos. Os professores relataram que costumam fazer passeios próximos ao rio. Contudo, observa-se que o cenário que afeta a comunidade da Vila Nova de Teotônio se estabeleceu pela dinâmica que se estabeleceu no percurso da construção das Usinas, desde a instalação dos canteiros de obras até a sua implantação de fato cujos impactos foram surgindo com a construção e a formação do reservatório às margens do rio Madeira, então "Jirau e a de Santo Antônio" cujas "áreas dos reservatórios de 271,3 km² e 258 km², respectivamente, com tecnologia a fio d'água, duas casas de força, vertedouros

e 44 turbinas tipo bulbo" (MORET, COSTA E SILVA, 2010, p. 17-18). Sendo assim, os apontamentos do PPP sugerem que os conteúdos de Educação Ambiental podem ser trabalhados a partir da reflexão do próprio ambiente e pode-se considerar que, esta abordagem está expressa em documento da escola, facilita a organização curricular para uma educação ambiental que inclui a realidade vivenciada pela própria comunidade escolar.

#### 5.1.2 Escola Municipal Ensino Fundamental Ermelindo Monteiro Brasil

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Ermelindo Monteiro Brasil foi criada pelo Decreto nº 3.945/1990 e denominada pelo Decreto nº 7.096/1999. Sua denominação é uma homenagem ao então seringalista Ermelindo Monteiro Brasil, pioneiro do Município de Porto Velho, que muito contribuiu no desenvolvimento da região. Quando a Escola foi criada em 1990, era localizada na BR 319, km 1, Porto da Balsa, atendia 311 alunos do Ensino Fundamental.

Mapa de Localização da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Ermelindo Monteiro Brasil Convenções Cartográficas Porto Velho-RO Limite municipal Porto Velho-RO Rodovia Federal Rodovia Municipal Legenda Temática Es cola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Ermelindo Monteiro Brasil Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Endereço: BR 319, km 1,5-Rua 05 S/N°, CEP 76.801-000, no Conjunto DNIT. Ermelindo Monteiro Brasil Coordenadas geográficas: Latitude 8°44'8.69"S; Saindo de Porto Velho pela Br 319 sentido Humaitá/AM, na margem esquerda do Rio Madeira seguindo por 1,5 km, virando a direita na Avenida Principal por 350 m, e a esquerda na Rua 05, em 300 m chega-se 63°56'10.12"O ao local da escola. Fonte: SIPAM, 2010; IBGE, 2020; IBGE, 2016; Google Earth, 2018; Rebouças, 2021.

**Figura 3** – Mapa de Localização da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino fundamental Ermelindo Monteiro Brasil

Fonte: IBGE, 2021

A antiga escola precisou ser desativada justamente em 2014 época em que ocorreu uma das maiores cheias do Rio Madeira. Como solução do problema foi celebrado um acordo de "Compensação Social", entre a Prefeitura do Município de Porto Velho e o DNIT, visando a Construção de uma nova escola, a qual, deveria ser edificada em terreno mais alto, para atender a demanda da comunidade estudantil, em abril de 2015. O novo prédio apresenta uma ótima estrutura física; é composto por 12 salas de aulas, laboratório de informática, uma sala de vídeo, uma biblioteca, um refeitório integrado com pátio recreativo, cozinha, quadra poliesportiva coberta, com vestiários e banheiros masculino e feminino; extensa área recreativa ao ar livre, um poço artesiano com um reservatório para 40 mil litros de água, uma subestação de tratamento de água (PPP, 2019, p.06).

O PPP dessa escola não é menciona a Educação Ambiental, mas quando os educadores foram questionados se existia a Educação Ambiental no PPP, todos disseram que sim. Ressaltaram também que trabalham a Educação Ambiental em datas comemorativas. Inclusive um dos educadores (E15) exemplifica que a escola é bastante ativa com as ações deste tema nas datas comemorativas.

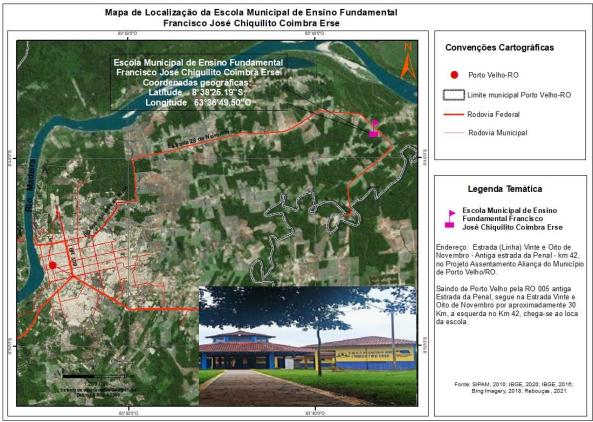
Embora se perceba aqui um descompasso entre o que dizem os educadores e o PPP, verifica-se que Educação Ambiental é trabalhado na escola, cumprindo assim sua responsabilidade, mesmo que de forma pontual e, necessitando fazer esse registro de forma mais organizada no PPP de forma que a ação configure-se numa ação continuada nas práticas pedagógicas.

## 5.1.3 Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco José Chiquito Coimbra Erse

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco José Chiquilito Coimbra Erse foi criada e denominada pela Lei 15/06 no dia 15/04/2003, com a tipologia C. Foi Autorizada com o parecer: N°08/CPNA/CME-09 de 07/07/2009 e reconhecida com o parecer N° 05/CME12 de 02/12/2012 e Resolução N°05/CME-12 de 19/12/2012.

A instituição está situada na Estrada (Linha) Vinte e Oito de Novembro antiga estrada da Penal – km 42, no Projeto Assentamento Aliança do Município de Porto Velho, capital do estado de Rondônia.

**Figura 4** – Mapa de Localização de Escola Municipal de Ensino fundamental Francisco José Chiquilito Erse



Fonte: IBGE, 2021

O PPP dessa Escola também não menciona a Educação Ambiental. No entanto, durante as entrevistas os Educadores afirmam que a Educação Ambiental está dentro do PPP e que a escola executa alguns projetos, por exemplo a semana do meio ambiente, dia da água, da árvore e outros. Outros Educadores também enfatizam não tem conhecimento se existe um projeto específico de Educação Ambiental dentro do PPP (2021), mas que abordam o tema na escola. Isso demostra que os educadores não têm o real conhecimento da Educação Ambiental dentro dos documentos formais da escola, como mostra Veiga (1998, p. 1)

A escola é o lugar de concepção, realização e avaliação de seu projeto educativo, uma vez que necessita organizar seu trabalho pedagógico com base em seus alunos. Nessa perspectiva, é fundamental que ela assume suas responsabilidades, sem esperar que as esferas administrativas superiores tomem essa iniciativa, mas que lhe deem as condições necessárias para levá-la adiante. Para tanto, é importante que se fortaleçam as relações entre escola e sistema de ensino.

A Escola poderia levar em consideração a vivência de seus estudantes e formular um trabalho educativo ambiental mais dialogado com base no contexto escolar e não precisa esperar por órgão que que seja superior a escola.

#### 5.1.4 A Escola Municipal de Ensino Fundamental Flor do Cupuaçu

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Flor do Cupuaçu foi fundada e criada através da Lei complementar Nº 421 de 12 de junho de 2011. Está instalada num prédio próprio situado na Br 364 Km 54 – local onde a comunidade foi deslocada em função da construção da hidrelétrica de Santo Antônio no reassentamento Santa Rita. Ela tem tipologia C, entorno encontram-se: chácaras, Igrejas, Associação de Moradores e Posto de Saúde. Os estudantes residem em casas de alvenaria ou de madeira.

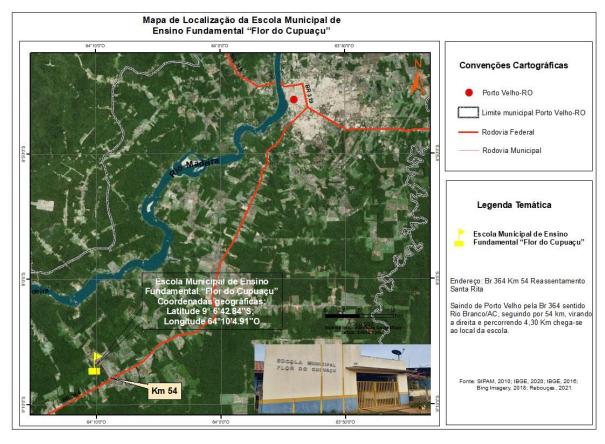


Figura 5 - Mapa de Localização da Escola Municipal Flor do Cupuaçu

Fonte: IBGE, 2021

No seu Projeto Político Pedagógico PPP, relaciona-se a Educação Ambiental com outros projetos de relevância que são desenvolvidos na escola paralela às ações

pedagógicas curriculares, principalmente junto ao Projeto das datas comemorativas. Esse projeto é desenvolvido com atividades em sala de aula onde cada professor prepara aula, palestra, atividades lúdicas, filmes entre outras. O projeto contempla também algumas exposições no pátio em forma de cartaz e poesias. (SEMED, EME FLOR DO CUPUAÇU, PPP, 2019, p.25).

Nesta escola todos os educadores relatam que a instituição não desenvolve projeto específico de educação ambiental, afirmação que é visível na fala do Educador E7 quando menciona que trabalha esse conteúdo em datas comemorativas.

Essa prática e abordagem dada a Educação Ambiental é consequência de uma visão predominante naturalista conservacionista é a redução do meio ambiente a apenas uma de suas dimensões, desprezando a riqueza da permanente interação entre natureza e a cultura humana (CARVALHO, 2012, p.37). Uma escola não pode ficar num ensino que não leva o estudante a pensar e tomar suas decisões sobre os acontecimentos planetários.

Para ampliar essa prática e contextualizá-la de forma crítica seria indicado que o corpo docente da escola explorasse mais este assunto com toda gestão da instituição e chamando atenção dos estudantes para ter um olhar crítico dos impactos ambientais e mostrando que a sustentabilidade é indispensável no sentido de conscientizar a sociedade a não consumismo como o capitalismo deseja.

Vasconcellos (2015, p.143), a respeito do Projeto Político-Pedagógico afirma

Construído participar ativamente, é uma tentativa, no âmbito da educação, de resgatar o sentido humano, científico e libertador do planejamento. (...) Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teóricometodológico para a transformação da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição nesse processo de transformação.

Sendo assim seria possível potencializar a participação da comunidade numa maneira de motivar a educação na direção de efetivar um estudo sistematizado e mudar a realidade do sujeito. Ou seja, se a Escola trabalha a Educação Ambiental apenas em datas comemorativas, necessita agregar ainda mais formação ao corpo docente bem como buscar outros conhecimentos e experiências que possam

contribuir para ampliar o leque de atividades que leve a uma prática pedagógica melhor organizada e crítica.

# 5.1.5 A Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Riacho Azul

A Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Riacho Azul, foi criada no ano de 2011, com 60 alunos, onde a Escola recebeu os alunos da Escola Marinha Rocha e José Rodrigues, está situada na Estrada do Jatuarana, km18, Ramal São Domingos e Assentamento. Esta escola também acompanhou o histórico de comunidades deslocadas em função do desenvolvimento econômico provocado pela construção da hidrelétrica de Santo Antônio.

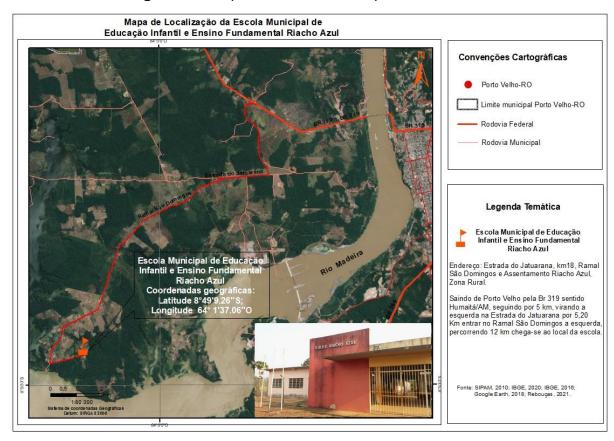


Figura 6 – Mapa da Escola Municipal Riacho Azul

Fonte: IBGE, 2021

O nome Riacho Azul, deu – se em virtude de ter um Rio no local, também chamado Riacho Azul. Os alunos do 1º ao 5º Ano da Escola Riacho Azul dependem totalmente do ônibus escolar e os professores usam transportes próprios.

A Escola Riacho Azul, teve o Decreto de Denominação alterado, pela Lei Complementar de nº 14.744 de 01/09/2017. A Escola tem um projeto que aborda a questão da educação ambiental. "Projeto O Meio Ambiente com o objetivo geral Promover atividades lúdicas que busquem conscientizar a preservação e a valorização do Meio Ambiente (SEMED, EME RIACHO AZUL, PPP, 2018, p. 15).

No PPP, da escola é possível encontrar registros de educação ambiental, fica claro que a escola tem uma certa preocupação com o meio ambiente. A escola tem o dever de mostrar para os estudantes que a natureza e o meio ambiente têm que ser preservada para outras gerações.

No objetivo específico do PPP destaca alguns pontos importantes para o educador trabalhar de forma crítica dentro de sala de aula como: "Estimular para que percebam a importância do homem na transformação do meio em que vive e o que as interferências negativas têm causado à natureza (PPP, p.48)". Também fica claro que o educador pode trabalhar conscientizando o estudante no sentido que toda ação por menor que seja na natureza o homem está destruindo algo que levou anos para estar naquele ecossistema.

#### 5.2 A educação ambiental nos relatos e percepção dos Educadores

### 5.2.1 O processo formativo dos Professores e o conhecimento em Educação Ambiental

Para esta categoria temática foi perguntado aos professores se os mesmos possuíram formação em Educação ambiental em suas graduações e pós-graduações. A partir das respostas dos Educadores, aqui identificados com como "E" obteve-se as seguintes respostas, considerações e comentários

As respostas desta questão apontam que 12 (doze) educadores não receberam nenhuma formação, na graduação e especialização enquanto alguns educadores receberam alguns conteúdos relacionados a educação ambiental na sua graduação.

Quadro 3 - A Educação Ambiental na formação de Graduação e Especialização

Ord.	Educadores	Respostas
1	E1	Não
2	E2	Não
3	E3	Não
4	E5	Não
5	E6	Não
6	E8	Não
7	E9	Não
8	E11	Não
9	E13	Não
10	E14	Não
11	E17	Não.
12	E18	Não
1	E4	Ciências, relação do indivíduo com a natureza. Cuidar da na-
		tureza e para futuras gerações
2	E16	Disciplina de Ciências, na graduação
1	E10	Poderíamos dizer que foi pra cumprir tabela. A faculdade,
		está preocupada em ensinar teorias, e a educação ambiental
		é vista como algo desnecessário nesse momento.
2	E15	Uma pequena introdução de EA
		,
1	E7	Penso que esse tema deveria entrar como disciplina obriga-
		tória. Para ser trabalhando c/ mais ênfase pouca prática
		dentro de sala
1	E12	Sim

Fonte: Coleta de Dados, 2021

As respostas mostram que 02 (dois), 02 educadores (E4 e E16) disseram que teve o tema abordado na disciplina de Ciências, 02 educadores (E10 e E15) disseram que receberam uma pequena orientação na graduação, o E7 considerou que foi pouco e deveria ser uma disciplina obrigatória do currículo, e apenas 01 um educador (E12) disse que "sim", que recebeu formação de EA em sua graduação:

Diante da fala dos educadores fica claro que eles receberam pouca formação nos cursos de Licenciatura que realizaram.

Para o educador E4, diz que teve um esse assunto na disciplina de Ciências, e acrescenta que a educação ambiental precisa ser trabalhada mais com a sociedade "Cuidar da natureza e para futuras gerações" ainda que esse educador não tenha recebido uma formação a respeito da educação ambiental, aponta uma possível

compreensão do meio ambiente e a relação homem e natureza, e a importância de preservar a natureza para as gerações futuras.

Durante a graduação para E16, apenas teve educação ambiental na disciplina de Ciências, mas nada aprofundado que pudesse lhe proporcionar um olhar mais crítico referente ao assunto.

A fala do E10, é uma crítica em relação a Universidade onde fez sua graduação "A faculdade, está preocupada em ensinar teorias, e a educação ambiental é vista como algo desnecessário nesse momento" diante da fala, desse educador é visível que as políticas educacionais ainda são redigidas pela classe hegemônica.

Para o educador E15, apenas teve uma introdução sobre a educação "Uma pequena introdução de EA "ambiental isso mostra que o curso de graduação que esse educador participou não tem a sensibilidade de trabalhar um assunto que o mundo está com olhares voltados para a preservação do meio ambiente.

A fala do E7, é algo que vem sendo debatida entre os defensores da educação ambiental no Brasil, e com a Lei 9795/99 redigi sobre a Política Nacional de Educação Ambiental e aborda as diretrizes que apontam à melhoria e o controle sobre o ambiente de trabalho, "Penso que esse tema deveria entrar como disciplina obrigatória". Para ser trabalhando com mais ênfase, pouca prática dentro de sala" se a educação ambiental fosse trabalhada com mais ardor e entrelaçadas com outras disciplinas seria interessante para o desenvolvimento do estudante.

A Educação ambiental no processo de formação pode estar relacionado ao saber ambiental, conforme afirma Leff (1997, p. 210) "As universidades devem realizar esforços para ir configurando os eixos temáticos que orientem o desenvolvimento do conhecimento para gerar um novo saber ambiental, capaz de ser transformado aos paradigmas e disciplinas tradicionais".

Nesse sentido, entende-se que o currículo possui um papel fundamental na Universidade no processo formativo tendo que precisam se unir para poder proporcionar o conhecimento, conforme afirma Sousa Santos e Almeida Filho (1995, p. 178)

A universidade foi criticada, quer por raramente ter cuidado de mobilizar os conhecimentos acumulados a favor de soluções dos problemas sociais, quer por não ter sabido ou querido pôr a sua autonomia institucional e a sua tradição de espírito crítico e de discussão livre e desinteressada ao serviço dos grupos sociais dominados e seus interesses.

Observa-se, contudo, que a maioria dos Educadores a Educação Ambiental, ainda é um tema pouco trabalhado nas Universidades e dentro de escolas e pela sociedade.

Neste aspecto, é necessário que os currículos estejam voltados para as questões ambientais no sentido de relacionar o ensino com a pesquisa e a extensão, além de desenvolver um compromisso ético e ambiental no contexto amazônico.

De acordo com Guimarães (2012, p. 158) a formação crítica do educador "não se dá apenas em um momento, mas de forma permanente poderá provocar a ruptura da armadilha paradigmática por parte desses educadores". A formação continuada do profissional da educação é importante para auxiliar em sua prática pedagógica na Escola para abordar qualquer temática no seu contexto de sala de aula.

# 5.2.2 A Visão dos Professores a respeito do Projeto pedagógico da Escola e da legislação em relação a Educação Ambiental

Para relacionar o PPP com a Educação Ambiental, indagou-se a seguinte questão: "Você tem conhecimento se a Educação Ambiental está inserida no PPP da escola onde trabalha? Você pode comentar sobre o ele?" Os Educadores (E) se posicionaram livremente expondo suas considerações, comentários e descrições sobre o tema e, inclusive justificando a forma como a escola vem discutindo esse tema:

Quadro 4 - Conhecimento da inserção da Educação Ambiental no PPP da Escola

Ord.	Educadores	Respostas
1	E 1	Não
2	E 2	Não
3	E 4	Não
4	E 5	Não
5	E13	Não
6	E 16	Não tem conhecimento. O PPP ainda não foi finalizado
7	E17	Não
8	E3	Não
1	E6	Sim, no PPP tem alguns projetos que visam essa temática, como por exemplo a semana do meio ambiente, dia da água, da árvore e outros.
2	E8	Sim. É inserido e ele é colocado apresentado nas reuniões nas palestras
3	E11	Sim

4	E12	Sim. Incluso
5	D14	Tem sim. O PPP não foi aprovado. Se encontra na secretária de Edu-
		cação.
6	E18	SIM.
7	D7	Nas áreas especificadas. Datas comemorativas.
1	E9	Tinha o projeto da água, teve palestra e mural para os alunos, por
		causa da pandemia não teve.
2	E10	No momento, não poderia responder com certeza. Mas é provável
		que sim, pois desde sempre, trabalhamos a educação ambiental na
		escola.
3	D15	Está em reformulação.

Fonte: Coleta de Dados, 2021

Para oito (08), educadores dentro do PPP, não existe a temática da educação ambiental, diante dessa resposta é possível perceber que os estudantes não têm acesso a um conteúdo pautado na sua vivência, porque a escola está inserida num contexto de escola rural e esse universo é bastante rico em conteúdo, o educador pode trabalhar os impactos da Hidrelétrica de Santo Antônio.

Já, para sete (07) educadores as respostas foram afirmativas, mas é trabalhada em datas especificas, como destaca o E6: "Sim, no PPP, tem alguns projetos que visam essa temática, como por exemplo a semana do meio ambiente, dia da água, da árvore e outros". Muito embora no PPP da escola do E6 não é mencionado nenhum Projeto direcionado para a educação ambiental e também não há registros de que é entrelaçado com outras disciplinas, consideramos que os Educadores trabalham as atividades de Educação Ambiental, "imaginando" que elas possam estar descritas no PPP.

Na fala do educador E9 denota que a gestão da escola não se demostra com interesse para implantar a educação ambiental dentro de um projeto, mas abordar sendo um conteúdo isolado, e afirma: "Tinha o projeto da água, teve palestra e mural para os alunos, por causa da pandemia não teve".

A resposta dos educadores E10 e E15, vão de encontro a resposta do E9, todos dizem a mesma coisa apenas com palavras diferentes: "no momento não poderia responder com certeza, mas é provável que sim, pois desde sempre, trabalhamos a educação ambiental na escola"; "está em reformulação". Em nenhum momento não é mencionado que a educação ambiental é abordada de forma crítica e que faça parte do cotidiano da Escola.

É possível observar que há ações um pouco pontuais nas Escolas, o que de fato deve-se analisar o que os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), a Educação

Ambiental (EA) deve ser trabalhada como tema transversal para a transformação da consciência da população quanto à problemática da questão ambiental. Sendo assim, é importante a integração das diversas áreas do conhecimento dentro de um contexto histórico e social.

Nesse sentido, entende-se o currículo como a ligação entre a cultura, a sociedade e a educação, vê-se assim, diante de tantas transformações da natureza, a necessidade de que haja uma melhor compreensão da interação entre homem e meio ambiente. Entretanto, isso não ocorre de forma rápida, sendo necessária a tomada de consciência da população, na qual, sem dúvida, a escola tem um papel fundamental.

Os currículos precisam ser trabalhados de modo que é necessário pensar ainda enquanto uma realidade dos cursos de licenciatura, pois de acordo com os PCNS (1997), a Educação Ambiental apresenta-se como um contexto da realidade escolar envolvendo temas que possam contemplar o currículo de modo que possa integrar o homem e meio ambiente, a sociedade com a educação de modo eu nos projetos pedagógicos das Licenciaturas deve ser trabalhada a Educação Ambiental de modo interdisciplinar e transdisciplinar.

Esta compreensão pode ser observada na afirmativa dos PCNs (1997, p. 3)

Tratar a questão ambiental, portanto, abrange toda a complexidade da ação humana: se quanto às disciplinas do conhecimento ela é um tema transversal, interdisciplinar, nos setores de atuação da esfera pública ela só se consolida numa atuação do sistema como um todo, sendo afetada e afetando todos os setores: educação, saúde, saneamento, transportes, obras, alimentação, agricultura, etc.

As questões que se apresentam na Educação ambiental evidenciam-se como tema transversal para a transformação da consciência da população quanto à problemática da questão ambiental. Neste caso, a integração das diversas áreas do conhecimento deve ser compreendida como um processo curricular manifestado como um processo curricular no contexto histórico e social. Neste aspecto, o currículo é uma dimensão da práxis considerando que neste processo, a educação deve ser socializadora de modo que nela possa ser cumprida um projeto cultural voltado a socialização nas práticas educativas que norteiam a realidade que nos cerca.

# 5.2.3 Conhecimento das diretrizes para Educação Ambiental apresentadas no RCRO e pela SEMED

Em outra pergunta semelhante a anterior, foi indagado aos Educadores: "Você tem conhecimento das diretrizes de Educação ambiental da SEMED Porto Velho, e do governo do estado de Rondônia?". Esta questão surpreendeu vários educadores que, de uma certa forma, fizeram uma crítica geral de que estes referenciais e diretrizes ficam sempre soltos e são poucos consultados de forma sistemática pelas coordenações pedagógica das escolas. O quadro 5 demonstra as respostas do Educadores:

**Quadro 5-** Conhecimento das diretrizes de educação ambiental da Secretaria Municipal de Educação de Porto Velho, e do Governo do Estado de Rondônia

0 ۳ ما	T4	Não
Ord.	E1	Não
1	E2	Não
2	D3	Sim
3	E8	Não
4	E11	Não tem conhecimento aprofundado
5	E13	Não
6	D14	Não
7	E17	Não
1	E4	Sim. Sempre atualizando
2	E5	Sim.
3	E6	Sim, eu já tive acesso ao RCRO.
4	E18	Todas não. sei da ênfase da EA
5	E7	Sei que existe mais não uso nas aulas
1	E10	Nos professores devemos ter noções, pra estar planejando, buscando parcerias e orientando os alunos como proceder para prolongar a vida do planeta. Por se tratar de um tema essencial para o crescimento do aluno como cidadão, que deverá crescer com responsabilidade diante do meio em que vive. Respeitando a natureza como um ser vivo que precisamos para nossa sobrevivência. O tema deve ser abordado em todas as disciplinas e em todos os seguimentos
2	E9	DA BNCC, para RCRO, ele é abrangente
3	E12	Bem por cima, nada aprofundado. Os projetos da semas é pouco
4	E15	Teve mais informações com a pandemia e tentar colocar no currículo
5	E16	Tenho através, do planejamento. Que mandaram para os professores e se-
		guimos o roteiro. A realidade do aluno e do meio deles, eles moram aqui no
		rural e a realidade é as queimadas, quando o professor trabalha as quei-
		mas, neste momento aborda a EA.
	ı	Fonto: Colota do Dados 2021

Fonte: Coleta de Dados, 2021

Quando perguntado para os educadores se o Referencial Curricular de Rondônia conhecia as diretrizes RCRO, oito (08), responderam que não tem conhecimento a cerca desse documento. Para cinco (05), educadores responderam que sim, conforme enfatiza o E7: "Sei que existe mais não uso nas aulas" – ou seja, mesmo sabendo que existe conteúdo sobre educação ambiental dentro do RCRO, não usa para auxiliar sua prática dentro de sala de aula.

O E10 faz uma defesa bem contundente "[...] nos professores devemos ter noções, pra estar planejando, buscando parcerias e orientando os alunos como proceder para prolongar a vida do planeta. Por se tratar de um tema essencial para o crescimento do aluno como cidadão, que deverá crescer com responsabilidade diante do meio em que vive. respeitando a natureza". Com essa fala do E10 fica claro que mesmo não usando o RCRO, tem uma consciência acerca da educação ambiental, mas ainda é um entendimento sem profundidade do tema.

E9 cita que Base Nacional Comum Curricular em relação ao RCRO, é abrangente, demostra a falta de conhecimento sobre este documento que serve de base para formular melhor a prática sobre a educação ambiental.

O E12, diz que conhece, mas não conhece o documento como deveria, o E15, teve acesso ao RCRO, durante a pandemia e está tentando inserir no currículo e executar dentro de sala de aula.

O E16, diz conhece o documento através do planejamento que existe entre os professores, e que a realidade do aluno onde está inserido é um contexto rural, e quando o professor trabalha as queimas está abordando a educação ambiental.

As respostas apontam que é necessário existir um maior empenho para o desenvolvimento e o conhecimento dos documentos relacionados a legislação ambiental curricular. O Referencial Curricular de Rondônia (RCRO, 2021, p. 94) traz a questão a preservação do meio ambiente, e vem descrevendo como seria uma prática de Educação Ambiental para a formação de sujeitos críticos como tema contemporâneo

[...] compromisso com a formação e o desenvolvimento humano nas suas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral, econômica, cultural, política e simbólica se integrar ao currículo com um papel importante de assegurar as aprendizagens essenciais definidas nas unidades temáticas, objetos de conhecimentos e habilidades para cada etapa e componentes curriculares da Educação Básica.

O RCRO destaca bem como a Educação Ambiental é importante ser trabalhada e respeito a particularidade de cada indivíduo sua cultura, enfim o corpo docente da escola tem que se apropriar melhor do documento que possa auxiliar melhor a prática pedagógica do educador dentro de sala de aula. A Educação Ambiental deve ser compreendida como uma dimensão da educação básica, e neste aspecto podemos compreender que a prática exige um processo voltado a reflexão crítica de modo que os conteúdos trabalhados devem ser organizados e pragmáticos.

# 5.2.4 Entendimento dos Educadores a respeito da Educação Ambiental

Na questão referente a respeito de "Qual seu entendimento sobre educação ambiental":

Quadro 6 - Entendimento dos Professores a respeito da Educação Ambiental

	•		
E 1	Conscientizar a criança sobre o meio ambiente		
E 2	Conscientizar os alunos.		
E 4	Conscientização do meio ambiente.		
13	Valorizar o meio ambiente, conscientizar da importância para todos e não poluir, toda ação do homem volta.		
E15	Conscientizar junto dos discente e comunidade escolar- pais e comunidades.		
E16	Conscientizar as pessoas para proteger o meio ambiente de várias formas.		
E18	Penso que seja importante para conscientizar a sociedade das queimadas e desmatamento.		
E 6	Entendo que é uma educação voltada para a conscientização e preservação do meio ambiente		
E14	É importante conservar a natureza, a escola também está inserida no rural. As crianças tem mais noção de Educação Ambiental que os adultos.		
E10	() alunos e pessoas em geral vão compreender a importância de preservar. Preservar os recursos naturais, nossos rios, solo e florestas		
E 8	É um tema bem complexo, Educação Ambiental, abrange tanta coisa, () passando conteúdos através de palestras e vídeos e apoio da SEMAS.		
E 9	Acredito que seja as aulas de Ciências, que está atrelado a esse assunto, a gente fala muito. Levantar temas as queimadas		
E 7	Penso que esse tema deveria entrar como disciplina obrigatória. Para ser trabalhando c/ mais ênfase pouca prática dentro de sala		
E12	Será uma disciplina obrigatória para que as crianças entendessem o processo do contexto da Educação Ambiental. Se a sociedade tem uma educação um futuro de pessoas consciente		
E11	fez um projeto de Educação Ambiental, valorizando a reciclagem		
E17	Penso que Educação Ambiental é a extensão da nossa casa, (), de que adianta separar o lixo, se na hora que o lixo é recolhido vai tudo para um único local, não tem trabalho neste sentido.		

E5	uma educação voltada para a conservação do meio ambiente e uso sustentável da
	natureza.
E3	Seria uma educação para preservar a natureza e os animais

Fonte: Coleta de Dados, 2021

As respostas apontam que 8 educadores responderam "conscientizar para o meio-ambiente", 02 "preservar"; 02 disseram que o tema "é amplo, complexo e envolve muita coisa"; 02 responderam que "deveria existir uma disciplina exclusiva"; 02 "enfatizaram a reciclagem do lixo" e 01 mencionou "uso sustentável da natureza" para exemplificar suas compreensões de Educação Ambiental.

A este respeito Guimarães (1995, p.31) entende que "no trabalho de conscientização é preciso estar claro que conscientizar não é simplesmente transmitir valores "verdes" do educador para o educando essa é uma lógica da educação "tradicional" [...]. Assim, o educador precisa mostrar caminho/ possibilidades para que o estudante possa ter um olhar crítico e que possa refletir que ação que o homem pode praticar para destruir a natureza.

A Educação Ambiental envolve diretamente, além dos conceitos de preservação e análise a respeito da sustentabilidade, considerando que apenas 01 (um) professor destacou o conhecimento como fator fundamental evidenciando os professores a respeito do conhecimento dos professores a respeito da Educação Ambiental, pois anda é insuficiente para uma boa atuação dentro da área.

O educador E5, ao afirmar que compreende Educação Ambiental como "uma educação voltada para a conservação do meio ambiente e uso sustentável da natureza" e se mostrou preocupado com a sustentabilidade diante do consumismo da sociedade capitalista. Para Martha Tristão (2004, p. 24-25), "[...] um processo educativo comprometido com a sustentabilidade pode formar cidadãos e cidadã capazes de entender e conduzir bem essa transição.

A Educação ambiental é uma práxis social, porque tem finalidade e construção de valores e entendimentos que prepare o indivíduo para uma atuação com responsabilidade visando uma relação de coletividade ou individual, mas respeitando a natureza (LOUREIRO, 2004).

Para o educador E7: "Penso que esse tema deveria entrar como disciplina obrigatória. Para ser trabalhando com mais ênfase... pouca prática dentro de sala". Essa defesa é um modo de amenizar a falta da Educação Ambiental e na visão desse

Educador, colocar uma disciplina obrigatória dentro do currículo potencializaria as práticas desta temática no cotidiano escolar.

Saito (2002) na década de 90, começa o debate acerca da disciplinarização da Educação Ambiental, ganha um desfecho final com os Parâmetros Curriculares Nacionais PCNs, de 1987. Não coloca como uma disciplina obrigatória, mas como temas transversais a própria lei de 9.795/99 afirma que "a educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino" (BRASIL, 1999, p. 1).

A fala do E17 é importante no sentido de que ele aponta para a relevância da Educação Ambiental enquanto uma extensão da Escola para as casas, representando os valores intrínsecos que representam a dimensão ética e estética no trabalho educativo: "Penso que Educação Ambiental é a extensão da nossa casa, (...), de que adianta separar o lixo, se na hora que o lixo é recolhido vai tudo para um único local, não tem trabalho neste sentido".

À exceção de algumas respostas, como a do E17, percebe-se que a Educação Ambiental é entendida como um processo pedagógico para que o educador utilize para que suas práticas possam atingir mais pessoas. Diante dessas respostas percebemos que os professores têm uma compreensão da Educação Ambiental de forma mais conservadora e naturalista.

Loureiro (2003, p. 44) compreende como Educação Ambiental

Logo, uma Educação Ambiental Transformadora não é aquela que visa interpretar, informar e conhecer a realidade, mas busca compreender e teorizar na atividade humana, ampliar a consciência e revolucionar a totalidade que constituímos e pela qual somos constituídos.

Neste caso, não basta só ações informativas que perpassam o ambiente escolar, é necessário que as ações educativas se transformem em práticas sustentáveis no cotidiano da comunidade.

## 5.2.5 Contribuição dos professores das para com a Educação Ambiental

Para essa categoria temática organizou-se a pergunta "Como o professor pode ajudar o estudante a ter um olhar mais crítico em relação a Educação Ambiental?" Os

Educadores fizeram vários relatos de suas percepções e experiências diversas. O quadro 7 mostra uma vontade otimista de cada Educador em empenhar-se cada vez mais para contribuir e fazer da Educação Ambiental uma prática importante.

**Quadro 7 -** Contribuição pedagógica do professor aos estudantes a ter um olhar mais crítico em relação a Educação Ambiental

Ord.	Educadores	Respostas
1	E5	O professor pode despertar EA com projetos que visem, situações do cotidiano, as vivencias de cada um. Mal uso dos recursos naturais e meio ambiente a gente ver bem essa diferença com alunos da cidade e do rural. Práticas pedagógicas.
2	E14	Trabalhar na conscientização alunos/ pais e desenvolvendo projetos de EA
3	E16	Através de projetos, conscientizando os alunos, tem várias formas. Agora não sei falar de modo crítico.
4	E 3.	através de conscientização a importância da natureza e animal. Nosso pulmão, preservação da natureza.
5	E13	Conscientizando-os, que eles têm um território farto, retirar sua alimentação, de tudo se aproveita da terra e valorizando o meio ambiente.
1	E7	Aproveitar vivência do estudante inserida no meio rural e preservação.
2	E8	Mostrar o que acontece hoje no mundo e brasil, queimadas e destruição. As crianças dizem na aula que eles não são responsáveis pela destruição e sim os donos de fazendas.
3	E9	As aulas de ciências englobam até as queimadas relação do indivíduo com a natureza. Cuidar da natureza e para futuras gerações.
4	E10	se vejo alguma oportunidade não deixo passar batido preservar as margens dos igarapés e beira de rio. A não derrubar árvores evitar as queimadas, trabalhar o cotidiano.
5	E11	Diversas formas principalmente no dia a dia, começando na sala de aula.
6	E12	Tem que estigar o olhar a vivência e o meio ambiente, palestras.
7		<u> </u>
8	E15	Conhecer a realidade de cada aluno, sua vivência na família.
9	E17	Chamando a atenção para questões da região que estão latentes, queimadas.
10	E18	Atividades práticas, fazer o aluno ter consciência da realidade.
1	E 2.	Desenho, cartazes e vídeos.
2	E 6	Desenvolvendo práticas pedagógicas reciclagem transformar em jogos pedagógicos, como a garrafa pet, que podemos fazer um brinquedo como o vai – e -vem, bolichedentre outros

Fonte: Coleta de Dados, 2021

Conforme aponta o quadro 7, 05 (cinco) educadores apontam que os projetos são formas de despertar a consciência crítica; 10 (dez) Educadores enfatizam que ao

trabalhar com as situações locais e atividades práticas são as melhores formas de despertar a criticidade; apenas 02 (dois) Educadores consideram que a criticidade pode ser trazida com atividades pedagógicas. Podemos considerar que a grande maioria dos Educadores consideram que projetos e realidades cotidianas vivenciadas pelos alunos podem despertar uma visão crítica das questões ambientais. Ao trabalhar a conscientização dos pais e estudantes é importante que mesmo não tendo uma formação especifica em Educação Ambiental, os professores podem ter uma prática pedagógica crítica na sala de aula.

A este respeito Guimarães (2013) considera que a Educação Ambiental o educador possa trabalhar intensamente a interação entre ser humano e natureza e ambiente de modo mais efetivo.

Loureiro e Cossio (2007) entendem que a Educação Ambiental no Brasil segundo as diretrizes do MEC, é desenvolvida por meio de três modalidades básicas:1) projetos, 2) disciplinas especiais; e 3) inserção da temática ambiental nas disciplinas. Sendo assim, a resposta dos Educadores que citam os projetos como caminhos para Educação Ambiental, estão de acordo com as diretrizes do MEC.

Para que exista uma sociedade que pense no meio ambiente é necessário que há uma educação que seja pautada numa perspectiva crítica onde o sujeito possa entender a sua participação para não destruir a natureza (GUIMARÃES, 2004).

Para os quatro educadores trabalhar a "consciência" e projetos de Educação Ambiental, que possa possibilitar uma formação crítica acerca do assunto diante desta fala fica em evidencia que o educador tem consciência da sua participação na formação do sujeito diante dos acontecimentos planetário.

Conforme Carvalho (2012, p.65) "a tomada de consciência do problema ambiental tem que ver também com a crescente visibilidade e legitimidade dos movimentos ecologistas [...]". Ter uma consciência dos impactos ambientais é importante para um olhar mais crítico no que tange a Educação Ambiental. Deste modo, no contexto das práticas educativas de sala de aula possa contribuir na formação do estudante.

Contudo, para os quatro educadores trabalhar a Educação Ambiental é necessário ter projetos relacionados a esta temática que vise abordar o cotidiano dos alunos e destacar o mal uso dos recursos naturais. Por meio de ações educativas deve-se fazer o estudante a pensar e refletir sobre as políticas públicas de meio ambiente e formar cidadão que possa transformar o lugar onde está inserido, e

argumentar com clareza o motivo de preservar a natureza. Os quatro educadores se apresentam preocupados com a conscientização do sujeito, é um passo importante para que as furas gerações possam usufruir de um ar limpo.

Na fala do educador E4 – se percebe que para ensinara Educação Ambiental para o estudante é importante as práticas e alguns teóricos para auxiliar na sua abordagem para debater o meio ambiente. E ensinando o estudante com objetos concretos por exemplo: qual tipo de solo é ideal para certo tipo de plantio "coisas concretas, que tipo de solo serve para plantar e construir casas".

Reflete-se, aqui a definição da UNESCO (1977, p. 1):

A Educação Ambiental é um processo permanente no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, habilidades, experiências, valores e a determinação que os tornam capazes de agir, individual ou coletivamente, na busca de soluções para os problemas ambientais, presentes e futuros.

A Educação Ambiental é um processo contínuo e que visa forma cidadãos que entenda seu papel na sociedade capitalista, para que possam agir na sociedade de maneira crítica no grupo de pessoas ou individual.

A educação surge como parte da ação humana para transformar a natureza em cultura e dando novos sentidos para um espaço da compreensão e experiencia humana e planetária e interagindo com a vida, conforme afirma Carvalho (2012, p. 77) "o educador é por "natureza" um intérprete, não apenas porque todos os humanos são, mas também por ofício, uma vez que o educador é ser mediador, tradutor de mundos

O educador tem o deve de proporcionar aulas que contribua nas suas aulas e ao mesmo tempo proporcionando ao estudante momentos ricos em conhecimentos. O educador E7 pontua a vivência do estudante como um ponto de partida para sua prática de Educação Ambiental, o que conforme Freire, (1981) usar as palavras geradora para alfabetizar estudantes e dessa forma uma educação emancipatória. Por sua vez, o E14, a Educação Ambiental deve "Trabalhar na conscientização de alunos e pais desenvolvendo projetos de Educação Ambiental" mostra que é importante ter um projeto no PPP e nas práticas cotidianas da escola.

Loureiro, Layargues e Castro (2006) consideram a conscientização como um processo de uma formação crítica que tenha uma reflexão permanente do assunto e

desta maneira assimilar vários saberes juntos. Dessa maneira torna indispensável para se desenvolver uma sociedade sustentável, diante dos desafios da contemporaneidade e garantido uma qualidade de vida para as futuras gerações, com a finalidade de conservar o meio ambiente.

Diante do exposto, pelos doze educadores fica visível que as escolas ainda não têm um olhar crítico e sustentável para englobar a Educação Ambiental, nas atividades continuadas da escola.

Loureiro, (2004) destaca que a dificuldade para entender a relação entre o social e a questão ambiental é uma ponte de entendimento desde a sua inserção com a Educação Ambiental. Destaca-se, aqui, que o grande desafio está em compreender o objetivo "ambiental" como sinônimo de "educação ecológica e que deste modo se mostrou com um significado comum da Educação Ambiental porque passa do aprendizado e abrange a estrutura do funcionamento dos sistemas sociais.

# 5.2.6 Projetos de Educação Ambiental nas Escolas Rurais Ribeirinhas

Para obter os dados sobre desenvolvimento de projetos de Educação Ambiental nas escolas pesquisadas, perguntou-se: "A Escola desenvolve algum Projeto de Educação Ambiental?

Quadro 8 – Desenvolvimento de algum projeto de Educação ambiental na Escola

1	E1	Não.
2	E2	Não.
3	E3	Não.
4	E4	Não, só datas comemorativas cuidados com os animais
5	E7	Não. Só teve uma culminância, o corpo de bombeiro veio e combate a as queimadas, focos de calor
6	E12	Não. Ações pequenas, datas comemorativas
7	E13	Projeto não. A festa da mandioca que é valorizando,
8	E14	Não. mas tem semana do meio ambiente, perto da escola tem o riacho azul, a escola fez o colhimento do lixo. Tem fotos
9	E15	Não. Ações que aborda Educação Ambiental
10	E16	Não tem. Mas tem ações de Educação Ambiental, dia da água, meio ambiente.
11	E17	Não tem projetos definidos, mas tem ações de Educação Ambiental, exemplo dia da água, meio ambiente, datas comemorativas.

12	E18	Não. ao longo do ano dia água, arvore, queimadas.
1	E5	Acredito que sim. Datas comemorativa
2	E6	SIM, inclusive teve um projeto em parceria com a EMATER, que foi desenvolvido com a participação da comunidade.
3	E8	Desenvolve com parceria com a semas.
4	E9	Sim. Queimadas e o corpo de bombeiro veio na escola para conscientizar os alunos.
5	E10	Aqui, sempre trabalhamos projetos do meio ambiente, escola limpaetc. Houve época em que limpávamos o entorno da escola, (na antiga sede), plantamos árvores, já fizemos passeatas, já trouxemos especialistas para dar palestras para alunos e funcionários etc.
6	E11	Nas escolas sim, palestras com o corpo de bombeiro, palestra na quadra, tema das queimadas. Ganhamos plantas para plantar na escola. Os alunos rurais trabalham com os pais na roça

Fonte: Coleta de Dados, 2021

Essa questão mostrou a dificuldade que os Educadores têm em compreender o que é o um Projeto sólido e crítico abraçado pela equipe pedagógica e direção, pois na compreensão deles devem existir pequenas ações de conteúdos o que já significa desenvolver um projeto.

Conforme demostra o quadro 8, 12 (doze) Educadores afirmam que não há projetos sendo desenvolvido nas escolas, enquanto 6 (seis) trazem respostas positivas e confirmando a existência de projetos. No entanto, pelas descrições podese perceber que ainda são ações bem pontuais e que contribuem pouco para uma ação crítica ou contínua.

Isso demonstra uma fragilidade das ações em Educação Ambiental, bem como a confirmação de que as ações sobre o tema são isoladas e parte de um planejamento bastante individual do professor ou, quando envolve espaços para além da sala de aula, mantem-se no padrão conservador, como é o caso de atividades em datas comemorativas.

A elaboração de projetos educativos como uma alternativa à mera transmissão de conhecimentos, como uma possibilidade de transformação da escola, já foi apontada em diferentes momentos da história, mas apesar do termo "projetos" ser o mesmo, é preciso que se compreenda que realidades e momentos históricos diferentes tornam estas abordagens únicas, características de seu tempo e de seu contexto escolar.

A escola trabalha amplamente em circuito fechado e interessa-se muito mais pelo sucesso nos exames ou pela admissão no ciclo de estudos seguinte do que pelo uso dos conhecimentos escolares na vida. Um professor pode seguir sua carreira sem jamais sentir-se obrigado, nem sequer convidado, a perguntar-se qual a relação entre o programa (currículo) e a vida.

Martha Tristão (2004, p. 25) pontua as tensões que englobam a relação entre sujeito, sociedade e o meio ambiente:

A Educação Ambiental, na sua complexidade configura-se como a possibilidade de religar a natureza e a cultura, a sociedade e a natureza, o sujeito e o objeto, enfim. Entretanto baseada na relação do ser humano com o meio ambiente, da sociedade com a natureza, das sociedades, entre si, encontra-se em construção em debate

As respostas positivas em relação ao desenvolvimento dos projetos também não são animadoras, pois pelo pouco que os professores expõem, são bastante pontuais como: plantio de árvores, e, também datas comemorativas.

No entanto, pode-se considerar que já é um passo significativo, uma vez que as ações apresentam situações temáticas de vivência cotidiana da comunidade escolar, tais como queimadas, organização de passeatas como citado pelo Educador E11. Essas ações dialogam com a Educação Ambiental crítica, pois estabelecem um envolvimento com a toda a comunidade escolar bem como envolvem órgãos ambientais responsáveis também pela Educação Ambiental.

Conforme Barba, Lima e Nobre (2020), a escolas rurais e ribeirinhas ainda não encontraram um caminho metodológico consistente, embora se perceba que as ações dos educadores são importantes, necessitando apenas ampliá-las, principalmente com materiais específicos que levem a uma Educação Ambiental crítica. Neste contexto, afirma um educador: "Partindo da realidade local uma de assentamento, famílias que vieram da beira do rio. Sinto tristeza como no geral em PVH não tem preocupação em preservar o meio ambiente e patrimônio cultural"

### 5.2.7 A importância da Educação Ambiental na sala de aula

As considerações a respeito da questão: Você considera a questão do meio ambiente fundamental para ser trabalhado em sala de aula? Trouxeram uma

percepção muito positiva e o quadro 9 comprova que os professores concordam que a Educação Ambiental é muito importante.

Quadro 9 - Importância do meio ambiente para ser trabalhado na sala de aula

Го	Cim. Dava nyananyan a maja ambianta
E2	Sim. Para preservar o meio ambiente
E9	Sim muito importante. <b>Preservação</b> cuidado com a natureza.
E6	SIM, pois é através da educação de hoje que formamos os cidadãos do amanhã
	e conscientizar nossos alunos que a preservação do meio ambiente e o uso
	adequado dos recursos naturais é importante, nos ajuda a formar cidadãos mais
	compromissados e responsáveis
E5	Sim, trabalhar a conscientização, formar cidadão <b>consciente e preservar</b> os rios,
	usar de forma correta os recursos naturais e desenvolver projetos
E3	Muito importante através dessa conscientização que cada aluno é um
<del></del>	instrumento de divulgação.
E11	Com certeza, nós temos que desenvolver a <b>consciência</b> do meio ambiente. Tem
	uma diferença do aluno da cidade e rural, o aluno da cidade não gosta de cuidar
	do ambiente, como o aluno da escola rural, trabalhar ciências e textos com a
	temática de Educação Ambiental.
E14	Sim importante conscientização dentro de sala de aula, quando as crianças
	aprendem Educação Ambiental, elas levam para dentro de casa e quer que os
	pais cuidem da natureza.
E8	Sim. Com certeza, pelo fato de trabalhar em zona rural, os alunos trabalham a
	Educação Ambiental do dia a dia de cada um, por morar nesses lugares porque
	o docente tem uma troca de vivência com o professor. Falando de Educação
	Ambiental, a gente fala de <b>lixo</b> no lugar certo.
E10	Sim. A Educação Ambiental deveria <b>ser uma disciplina</b> separada pra ter mais
	relevância dentro das escolas e fazer a diferença no mundo estudantil e
	consequentemente na sociedade em geral. Se o ser humano voltasse no tempo
	uns 30 anos para ver o ar que tínhamos e o que temos, os alimentos de antes e
	os de agora, veríamos que <b>estamos perdendo nossa saúde</b> por
	inconsequências próprias.
E17	Sim. Ainda tem que quebrar com alguns costumes que antes era norma. E a
	escola precisa ensinar novos hábitos de Educação Ambiental.
E18	Sim. Pequenos projetos, algum conteúdo índice de desmatamento, a
	importância das arvores, montar uma maquete. Dependendo do tema será a
	metodologia, sempre lúdico.
E7	Sim. Importante nos podemos fazer em teoria e práticas. A escola tem o objetivo
	de fazer uma horta na Escola, se destruir o solo não tem comida.
E4	Sim com certeza, se a gente não trabalhar com o meio ambiente. E da <b>natureza</b>
	que a gente tira o remédio, o lazer e todo professor precisa colocar a Educação
	Ambiental nas suas aulas.
E13	Sim importante, <b>pois é disso que eles vivem</b> , por isso que eles estão no rural
E1	Considero que sim. Se a gente não trabalhar nas series iniciais, vamos trabalhar
	onde? As crianças aprendem mais que os adultos.
E12	Com certeza.
E15	Sim. Porque de forma geral é uma questão de Brasil e mundo.
E16	Importante porque, a idade não influencia, e a forma que eles vão assimilar,
	vamos descobrir qual metodologia usar com eles. "de um tema surge várias
	conversas" gosto de trabalhar com pintura, atras os desenhos meus alunos
	ainda não sabem produzir textos.

Fonte: Coleta de Dados, 2021

Os educadores justificam sempre com um vocabulário que também permeia suas práticas e, para 08 (oito) Educadores, preservação, conscientização, lixo, desmatamento, horta, remédios, espaço de lazer, entre outras. Já as outras 10 (dez) exposições sobre a importância da Educação Ambiental é bem diversificada mostrando que cada um tem uma visão que, muito embora dita de forma diferente umas das outras são bem positivas e mostra a vontade e disposição que cada Educador tem para com a Educação Ambiental.

Algumas justificativas chamam atenção, pois se percebe um maior nível de compreensão da importância da Educação Ambiental, como por exemplo, para o Educador E10 que propõe ser uma disciplina. Sabe-se que embora a Educação Ambiental esteja pautada na inter e transdisciplinaridade, porém, na prática ela não fica na responsabilidade de ninguém e ao invés de ser potencializada nas várias disciplinas, na verdade, perde-se entre as diversas atividades da escola.

Carvalho (2012), enfatiza que a Educação Ambiental deve ter uma influência da militância política indo na contracultura do capitalismo destruidor. Diante das falas, não percebemos nenhuma relação das mesmas com esse engajamento mais específico, pois nenhum educador ou educadora menciona a mudança de uma ideologia política de estado, nem tão pouco mencionam se a escola deveria fazer o papel de incentivar organizações sociais comunitárias que pensassem seu espaço e as formas de produção menos agressivas ao ambiente, como consideram Barba, Lima e Nobre (2020, p. 229) "os educadores precisam estar mais preparados para abordarem o assunto nas escolas"

Apenas o Educador E17 menciona "mudança de hábitos" – uma proposição mais complexa que pode estar relacionada às mudanças em relação ao consumismo, plantios sem queimadas, cultivos sem derrubar a floresta, entre outros. Mudar os hábitos talvez seja o passo mais difícil e complexo para o homem alcançar o equilíbrio ambiental. No entanto, sabe-se que essa mudança não será sofrível por parte de uma comunidade escolar rural ribeirinha que já está acostumada aos bons hábitos de convivência harmônica com a natureza. O passo mais difícil está no explorador maior, que como vivenciam essas comunidades escolares pesquisadas, seriam os donos das hidrelétricas construídas sobre o Rio Madeira.

Outra justificativa chama atenção é do Educador 13 "é disso que eles vivem" – ou seja, a comunidade escolar rural ribeirinha necessita do ambiente para seu sustento. Essas pessoas sabem mais do que ninguém o que significa a falta de água ou um terreno fértil para o plantio. No entanto, não percebemos nas falas dos educadores nenhuma reflexão mais aprofundada onde a escola pudesse preparar os alunos e sua comunidade escolar para um enfrentamento de defesa para uma "não construção de hidrelétrica". Nesse caso, entende-se que existe um foco nas ações educativas de modo autônomo e crítico (GUIMARÃES, 2004).

#### 5.2.8 O trabalho Educativo Ambiental dentro da sala de aula

Na questão "Como você trabalha a Educação Ambiental com seus alunos em sala de aula? exemplifique as práticas que você desenvolve. Qual metodologia didática você utiliza para trabalhar os conteúdos de Educação Ambiental?", obteve-se as seguintes respostas conforme aponta o quadro 10:

Quadro 10 - Trabalho Educativo Ambiental com seus alunos em sala de aula

E1	A gente trabalha o que vem nos livros didáticos e a vivência do dia a dia.
	Queimadas.
D3	Creio que seria através de vídeos, cartazes, feira de ciências
D7	Da ênfase com vídeos, catarses, palestras, passeios
E8	A gente trabalha em parceria com outros professores, montar uma metodologia de
	como a gente vai trabalhar com os alunos. Quando a gente vai trabalhar Educação
	Ambiental é uma semana direto e os outros conteúdo fica de lado.
E11	Lá na escola a gente tem oportunidade de ter Data show, de vídeo, fazemos a junção
	do1° e2° ano para fazer desenho mostrando o meio ambiente. O aluno trás de casa
	como é o cuidado com a terra.
E12	Como não tem projeto específico. Oral, leitura um filme.
E13	Geralmente livros traz a e Educação Ambiental da região, faz cartazes no cotidiano,
	música, desenhos e pinturas.
E15	Passagem de vídeo, cartazes, mostruário e passeios.
E16	através de desenhos eles gostam de desenhar.
E18	Desenho, pinturas e passeios.
E4	Geralmente trabalho de duas maneiras, 1 teórico acumular todo conteúdo e na
	perspectiva o que a água é importante a quantidade da água doce/ salgada.
	Prática é conscientização como usar água sem poluir, como lavar as mãos
E10	Como a minha praia sempre foram as turmas do primeiro, segundo ou terceiros
	anos. Nosso trabalho e parecido com o da formiguinha, ou seja, pelo exemplo em
	sala de aula e no pátio. Mais também por projetos, teatros, pesquisa e leituras,
	vídeos, etc. Geralmente aquela aula gostosa e prazerosa, que o aluno recorta, cola,
	desenha, pinta, representa, etc. Bem, acho que bateu uma saudade da sala de aula.

E2	Usando o meio rural como forma de material para dar aulas práticas.
E9	Fizemos uma visita no parque natural, escola é rural e tem limitações. Atividades
	mais ilustrativas e pergunta se respostas.
E5	Quando a escola faz projeto de Educação Ambiental por exemplo: a coleta de lixo
	seletiva, feira cultural, semana da água, mostra vídeos e os alunos trazem de casa
E6	Gosto de trabalhar com reciclagem, através de oficinas para construção de materiais
	que serão utilizados nas aulas, geralmente com garrafa pet, jornal, dentre outros
E14	Os professores trabalham com garra descartável e fazem brinquedos e reciclagem
E17	A questão do lixo orgânico no 5°, compostagem. para levar para suas famílias.

Fonte: Coleta de Dados, 2021

A grande maioria, ou seja 12 (doze) dos Educadores expõem que trabalham com materiais didáticos bem diversificados em sala de aula, já 6 (seis) tiveram experiências com atividades de reciclagem e contatos externos (caminhada, parque).

Apesar de perceber que uns estão mais presos à sala de aula, o grupo expõe a proposta de trabalhar com práticas de coleta seletiva de lixo e reciclagens, apesar de serem atividades mais específicas, não diferem muito das atividades em sala por serem pontuais, porém, a prática com materiais recicláveis envolve mais os alunos das séries iniciais por serem atividades de vivências.

Chama a atenção, no entanto, duas exposições bem contraditórias: uma que cita o ambiente rural como propício para Educação Ambiental e outra que expõe o meio rural como limitação. Entende-se que o Educador 2 tem uma proposta que se aproxima mais da Educação Ambiental crítica, pois consegue ver no próprio espaço da comunidade escolar, enquanto outro sente o espaço rural como certa dificuldade.

A este respeito entende-se que Adorno (1985) chamou de educação emancipatória, o que deveria estar presente nos discursos dos professores se os mesmos tivessem uma formação de uma Educação Ambiental crítica.

Em relação a pergunta "Quais dificuldades e possibilidades você encontra para abordar a questão da Educação Ambiental?", obteve-se as seguintes exposições apontadas no quadro 11:

**Quadro 11** - Dificuldades e possibilidades para abordar a questão da Educação Ambiental

E3	Não vejo dificuldade. Principalmente a gente que tem o convívio direto com a natureza.
E6	Gosto de trabalhar com reciclagem, através de oficinas para construção de materiais que serão utilizados nas aulas, geralmente com garrafa pet, jornal, dentre outros.
E8	Não tem dificuldade, a escola sempre dá um suporte para os professores

E10	Já foi mais difícil! Porém, de uns anos pra cá, a escola mudou de lugar, adquiriu espaço, TV, computador e às vezes até internet, o que traz o mundo para dentro da sala de aula. tem um ambiente acolhedor. Mais ainda temos dificuldades de encontrar pessoas disponíveis que possa dá (literalmente) uma palestra sobre Educação Ambiental, as desculpas são várias, como até a distância se torna um empecilho.
E12	Não tem muita, eles vivem na zona rural, eles trazem vivências de casa. Dificuldade é pandemia.
E4	Dificuldade é os recursos por exemplo: solo cuidado com o solo, a gente não tem equipamentos para fazer uma aula pratica.
E1	A dificuldades definir direito o que quer passar para os alunos. Transporte escolar é um dos fatores de maiores dificuldades. Não
E2	Recursos didáticos
E5	Tem a questão de não atingir só os alunos, mas a família é mais difícil, algumas não tem essa consciência. O que é feito dentro da escola, não chega nas famílias dos alunos. Reciclagem, separação do lixo correta.
E7	A maior dificuldade é o brasileiro destruir o solo. Não tem cuidado em colocar o lixo no lugar certo, falta de conscientização muitos lixos nos rios.
E9	Tecnologia, uma escola rural e para atender essa demanda é muito difícil com as atividades que estão sendo proposta ela tá tendo uma certa dificuldade com ensino muito baixo e sem retorno. Mas a escola procura de todas as formas aliançar essa temática
E11	Bom a gente esperava mais que a gente tivesse mais livros didáticos para todos. Não tem material de Educação Ambiental para todas as crianças.
E13	Dificuldade é conscientizar os pais sobre a Educação Ambiental, a direção tenta ter um contato direto com os pais
E14	A dificuldade é porque ela não faz parte do currículo obrigatório, o professor tem que ter um conhecimento mínimo para passar. ela é disciplina que deveria ser obrigatória.
E15	Dificuldade é conscientizar os pais sobre a Educação Ambiental, a direção tenta ter um contato direto com os pais
E1 6	A dificuldade é porque ela não faz parte do currículo obrigatório, o professor tem que ter um conhecimento mínimo para passar. ela é disciplina que deveria ser obrigatória
E17	É os alunos não entenderem, porque para eles a" água é apenas água" 1º e 2º juntos (sala multisseriada).
E18	As queimadas dos lixos inadequadas, para as famílias é normal, diz que o resto do lixo queimado faz bem para o solo. Aqui passa mensalmente para recolher o lixo. Na verdade, a gente fica desassistido. Da um destino certo para o lixo

Fonte: Coleta de Dados, 2021

Conforme pode-se constatar no quadro 11 acima, 5 (cinco) Educadores expõem que não tem dificuldades, já 13 (treze) - a maioria, relata algum tipo de dificuldade, como por exemplo, convencer as pessoas algumas atitudes em relação às queimadas, por exemplo.

As respostas apontam para algumas questões relacionadas as dificuldades que envolvem o trabalho educativo voltado a conscientização de trabalhar a Educação

Ambiental de modo crítico, sobretudo quando a Escola não possui apoio da Secretaria Municipal em desenvolver ações de Educação Ambiental.

Observa-se que a ideia de trabalhar a Educação Ambiental de modo que venha a contribuir para com a diminuição das queimadas, assim como em produção de uma horta, reflete o significado de estabelecer um elemento de vivencia na própria realidade escolar, e que representa que a Escola deve ter cuidadores para lidar com a questão voltada ao trabalho educativo escolar.

Essa organização e aplicação de forma pontual, em parte ainda conservadora e inicial, traz uma conclusão de que as práticas de EA ainda precisam serem sistematizadas de uma forma mais clara, didática e com materiais acessíveis aos Educadores e comunidade escolar pela Secretaria Municipal de Educação. A organização curricular necessita ser mais explícita e a formação continuada de professores requer algum apoios mais específicos, como por exemplo, da Universidade local.

# **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Retomando aos aspectos formais da pesquisa, o problema de pesquisa é como é desenvolvida a Educação Ambiental em escolas rurais nos anos inicias do Ensino Fundamental I em Porto Velho - RO?

Os objetivos foram o de descrever a Educação Ambiental nos anos iniciais do ensino fundamental I em escolas rurais no município de Porto Velho RO; identificar como a Educação Ambiental é trabalhada pelas professoras (e), dos anos iniciais do ensino fundamental das escolas rurais; Descrever como a Educação Ambiental é desenvolvida nas escolas rurais; Verificar como a Educação Ambiental está inserida no projeto político pedagógico das escolas pesquisadas.

Os anos iniciais são uma etapa que o educador precisa ter um olhar pautado na aprendizagem do aluno, nessa fase a criança assimila melhor o conteúdo. Em relação as práticas dos educadores são possíveis perceber que a Educação Ambiental é desenvolvida de forma pouco efetiva, porque as escolas não tem um projeto para trabalhar no cotidiano durante o ano inteiro, pois trabalham em datas comemorativas e algumas aulas pontuais, mas essas datas é pouco para trabalhar um assunto que deveria estar inserido no currículo da escola e não de forma solta.

A Educação Ambiental, é pouco integrada com as disciplinas e as vezes até tem uma função protocolar para os eventos comemorativos. Os educadores trabalham com os materiais que estão na escola, sem destacar a bagagem de conhecimento de cada estudante, por fim, o professor precisa ter um planejamento adequado para trabalhar de maneira que permita o sujeito a pensar e criar seus próprios pensamentos.

A direção das Escolas não desempenha papel diferenciado, muitas vezes solicita que o docente aborde a Educação Ambiental, nos períodos comemorativos e desta maneira a Educação Ambiental é desenvolvida com os estudantes dos anos iniciais das escolas do campo pesquisadas.

No que tange ao apoio Institucional, a secretarias de Educação (SEMED) envia pessoas para as escolas indivíduos que trabalham em algum órgão (ex: corpo de bombeiro) do governo para falar do meio ambiente, destacando a distância que há com a contextualização da Educação Ambiental, com os conteúdos das Disciplinas e/ou com o processo formativo.

Um ponto importante a ser destacado, todas as escolas pesquisadas estão inseridas no contexto rural e ribeirinho, e por isso tem a natureza a favor do docente de pesquisa e de aprendizado, portanto este fator de privilégio não é aproveitando pelos Docentes, pela Escola e tampouco pela Instituição (SEMED)

A Educação Ambiental é desenvolvida com muitas dificuldades em relação a todos os aspectos na realidade escolar. Neste caso, é importante ressaltar que a Educação Ambiental não faz parte do currículo escolar, e às vezes é trabalhado como tema transversal.

Contudo, percebeu-se que existe a falta de material concreto para abordagem mais crítica. Os educadores têm interesse em aprender a trabalhar a Educação Ambiental com seus estudantes das Escolas, contudo ainda necessitam de formação continuada, pois todos eles se mostraram interessados sobre este tema que na contemporaneidade é algo debatido em escala planetária.

Os educadores de forma geral pontuaram a queimada na região norte que poderia ser um tema importante a ser debatido com os estudantes e abordando a realidade da região norte, pontuando em qual época do ano tem maior incidência de calor e porque não tem coleta de lixo seletiva, esses foram alguns pontos que de modo geral foi pontuado pelos sujeitos das pesquisas. Os participantes da pesquisa relatam durante os cursos de formação continuadas gostariam de aprender a respeito da Educação Ambiental. Por ser um assunto que afeta a sociedade de modo geral e como trabalham na educação infantil dizem que essa etapa onde as crianças aprendem tudo e podem chegar em casa e conscientizar os pais é importante.

Todas as escolas pesquisadas relatam que a dificuldade que enfrentam é que trabalham a Educação Ambiental isolada de outras disciplinas pontuam que apenas nas datas comemorativas. Neste caso, os professores precisam desenvolver a criticidade na Educação Ambiental, e os professores das Escolas investigadas ainda não desempenham um trabalho voltado a criticidade do estudante o local onde as escolas estão inseridas é uma maneira de contextualizar com os estudantes dos impactos que a Hidrelétrica de Santo Antônio, causou aos ribeirinhos que viviam da pesca e hortaliças.

A Educação Ambiental nas escolas rurais no município de Porto Velho RO, ainda não desempenham um trabalho voltado a criticidade do estudante o local onde as escolas estão inseridas é uma maneira de contextualizar com os estudantes dos

impactos que a Hidrelétrica de Santo Antônio, causou aos ribeirinhos que viviam da pesca e hortaliças.

Portanto, por meio deste trabalho considera-se que os objetivos foram alcançados no sentido de entender e compreender a realidade dos professores rurais no contexto da Educação Ambiental. Dessa forma, considera-se que esse trabalho descreveu uma realidade percebida pela fala dos professores que há necessidade de programas e formação e aplicação de ações coordenadas de forma contínua ensinar a ensinar.

Para tanto, indica-se que seguir as orientações dos PCNs e RCRO são caminhos para uma boa prática da Educação Ambiental nas escolas rurais e ribeirinhas de Porto Velho. Neste caso, recomenda-se o desenvolvimento dos Projetos através da Secretaria Municipal de Educação juntamente com a Universidade Federal de Rondônia.

# **REFERÊNCIAS**

ALVES-MAZZOTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método das ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004

ANTUNES, Irandé. **Língua, texto e ensino**: outra escola possível. São Paulo: Parábola Editorial, 2009

BARBA, Clarides.Henrich de.; LIMA, Matheus Sampaio da Silva Lima; NOBRE, Renata da Silva. Práticas de Educação Ambiental em escolas ribeirinhas de Porto Velho, RO. **Revista Ambiente & Educação**, v. 25, n. 2, 2020, p. 207-232. Disponível em: <a href="https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/11548">https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/11548</a>. Acessado em 01/09/2021.

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Resolução Nº 510, de 07 de abril de 2016. Disponível em <reso510.pdf. saúde.gov.br>

BRASIL **Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394 promulgada em 20/12/1996. Brasília: Editora do Brasil. 1996.

BRASIL **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1° e 2º graus, e dá outras providências.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional. Nº 4. 024, de 27 de outubro de 1961. Disponível em 27 de outubro de 1961.

BRASIL, **Protocolo de Quioto**. Traduzido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. Brasília: 1997.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **LDB**: lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 13 ed. Brasília: Senado Federal, 1996

BRASIL, Ministério do Meio ambiente. Documentos norteadores do meio ambiente.2019.

BRASILEIRO, Tania Suely Azevedo; VELANGA, Carmen Tereza; COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa. Currículo e Políticas Públicas: reflexões pertinentes aos processos contemporâneos de formação e prática docente no contexto da interdisciplinaridade. **Espaço do Currículo**, v. 3, n. 1, p. 324-336, março-setembro 2010.

BOGDAN. Roberto. C. BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Tradução: Maria João Sara dos Santos. Portugal: Porto Editora LDA, 1994.

CALAZANS, Maria Julieta Costa. Para compreender a educação do Estado no meio rural. In: TERRIEN, J.; DAMASCENO, M. N. **Educação e Escola no Campo**. Campinas: Papirus, 1993. p. 285-398. Disponível em: http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2001/cms/cmstxt1.htm. Acesso em: 09 de mai. 2018.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa.** 2. ed. Tradução: Raul de Polillo. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação Ambiental**: a formação do sujeito ecológico. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CORREA, Sergio Roberto Moraes, RAGE, Salomão Antônio Mufarrej. Amazônia: A urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais. **Revista NERA** Presidente Prudente, ano 14, nº. 18 p. 79-105 Janjun./2011.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. 6 ed. São Paulo: Gaia, 2004.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. In: JANTSCH, Ari Paulo. BIANCHETTI, Lucídio (Orgs.). Interdicisplinaridade: para além da filosofia do sujeito. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995, p. 25-49.

GOMES, P. A. **A Educação Escolar no Território Federal do Guaporé**: (1943-1956). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2007.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991. Coleção Biblioteca básica.

GUIMARÃES, Mauro. Abordagem relacional como forma de ação. In: GUIMARÃES, Mauro (Org.). **Caminhos da Educação Ambiental**: da forma à ação. Campinas: Papirus, 2012. Cap. 1. p. 9-16.

GUIMARÃES, Mauro. **A dimensão ambiental na educação.** 11 ed. Campinas, SP: Papirus, 2013.

GUIMARÃES, Mauro Educação Ambiental Crítica. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier. (Coord.). **Identidades da Educação Ambiental brasileira.** Brasília: MMA, 2004, p. 25-24.

IBGE. DGC. **Malhas territoriais - Malhas\_municipais** 1:250.000 – Disponível em:< https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html>. Rio de Janeiro, 2020.

IBGE. DGC. Base Cartográfica Contínua do Brasil 1:1.000.000 – BCIM – versão 2016. Rio de Janeiro, 2016.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

LEFF, Enrique. Ambiente, interdisciplinariedad y currículum universitário: la educación superior en la perspectiva del desarrolho sustentable. In: ALBA, A. (org.) El curriculum universitário: de cara al nuevo milênio. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1997, p. 205-211.

LEFF, Enrique. Aventuras da epistemologia ambiental: da articulação das ciências ao diálogo de saberes. São Paulo: Cortez, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2012

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; COSSIO, Mauricio F. Blanco. Um olhar sobre a educação ambiental nas escolas: considerações iniciais sobre os resultados do projeto "O que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental". In: MELLO, Soraia Silva; TRAJBER, Rachel (org.) **Vamos cuidar do Brasil**: conceitos e práticas em educação ambiental na escola Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007, p. 57- 64.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Premissas teóricas para uma educação ambiental transformadora Ambiente e Educação, Rio Grande, 8: 37-54, 2003.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Trajetórias e fundamentos da educação ambiental.** São Paulo: Cortez, 2004.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo, LAYRARGUES, Philippe Pomier, CASTRO, Ronaldo Souza de (orgs.). **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental.** São Paulo: Cotez, 2006.

LUDKE, Menga, ANDRÉ Marli Eliza Dalmazo Afonso. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** 2. ed. Rio de Janeiro, 2020

LUZZI, Daniel. **Educação e meio ambiente**: uma relação intrínseca. Barueri, SP, Manole. 2012.

MINAYO, Maria Célia de Souza. (Org.). O desafio da pesquisa social. In: **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2009.

MORALES, Angélica Góis. A formação do profissional educador ambiental: reflexões, possibilidades e constatações. 2 ed. Ponta Grossa, PR: UEPG, 2012.

NICOLESCU, Baserab. Um novo tipo de conhecimento: transdisciplinaridade. In: **Educação e transdisciplinaridade**. Brasília, DF: UNESCO, 2000.

NOSSO Futuro Comum. **Relatório de Brundtland**. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

ONU. A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima. Versão editada e traduzida pelo Ministério da Ciência e Tecnologia com o apoio do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil. Rio de Janeiro, 1992.

OLIVEIRA, Ovídio. A. **História, Desenvolvimento e Colonização do Estado de Rondônia.** 5. ed. Porto Velho: Dinâmica, 2004.

PONCE, Aníbal, Educação e Luta de Classes. 18 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

PORTO VELHO. Secretaria Municipal de Educação. E.M.E.I.E.F. Antônio Augusto Vasconcelos **Projeto político pedagógico**. Porto Velho Rondônia, 2021

PORTO VELHO. Secretaria Municipal de Educação. Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco José Chiquilito Coimbra Erse. **Projeto político pedagógico**. Porto Velho Rondônia, 2021

PORTO VELHO. Secretaria Municipal de Educação. Escola Municipal de Ensino Fundamental Flor do Cupuaçu. **Projeto político pedagógico**. Porto Velho Rondônia, 2019

PORTO VELHO. Secretaria Municipal de Educação. Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Riacho Azul. **Projeto político pedagógico**. Porto Velho Rondônia, 2018

PORTO VELHO. Secretaria Municipal de Educação. Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Ermelindo Monteiro Brasil **Projeto político pedagógico**. Porto Velho Rondônia, 2018

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental** 29 ed. São Paulo: Brasiliense, 2016.

ROCHA, Nilson Duarte; ROCHA, Jefferson Marçal; HAMMES, Lúcio Jorge. Educação Ambiental transformadora: epistemologia e prática educativa. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient**. v. 33, n.2, p. 268-285, maio/ago., 2016.

ROQUETTI, Daniel Rondinelli. **Mudam as pessoas, mudam os lugares:** transformações ambientais e nos modos de vida de populações deslocadas por barragens. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) — Programa de Pós- Graduação em Ciência Ambiental — Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo — USP. São Paulo, 2018.

ROMANELLI, Otaíza. **História da educação no Brasil**. 18. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1996.

RONDÔNIA, **Referencial Curricular de Rondônia Ensino Médio**. Porto Velho: SEDUC, 2021.

SÁ, N. P. **Políticas Públicas Educacionais e Populismo no Brasil**. São Paulo: Cortez e Moraes. 1979.

SAUVÉ, Lucie. Educação Ambiental: possibilidades e limitações. **Educação e Pesquisa,** São Paulo, v. 31, n. 2, p. 317-322, maio/ago. 2005.

SAVIANI, Dermeval. **A pedagogia no Brasil: história e teoria**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção Memória da Educação.

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 6. ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2019.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia Histórico-Crítica**: Primeiras aproximações. 9a. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

SAITO, Carlos Hiroo. Política Nacional de Educação Ambiental e Construção da cidadania: desafios contemporâneos. In: RUSCHEINSKY, Aloísio (Org.). **Educação Ambiental**: Abordagens Múltiplas. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 47-60.

SILVA, Jeferson Cardoso da. **A educação escolar em assentamentos de UHE em Rondônia: expectativa versus realidade.** 2021. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho – RO, 2021.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SORRENTINO, Marcos. De Tbilisi a Thessaloniki: a educação ambiental no Brasil. In: QUINTAS, José Silva (Org.). **Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente**. 3 ed. Brasília: Ibama, 2006, p. 107- 118.

SORRENTINO, Marcos *et al.* Educação Ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa,** São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago. 2005

SANTOS Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO Naomar de. A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova. Coimbra, 2008.

SOUZA, Valdir Aparecido de. **Rondônia, uma memória em disputa**.192 f. Tese (Doutorado). – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2011

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Educação ambiental: natureza, razão e história.** Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

TOZONI-REIS; Marília Freitas de Campos; CAMPOS, Luciana Maria Lunardi. Educação Ambiental Escolar, formação humana e formação de professores: articulações necessárias. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 3/2014, p. 145-162. Editora UFPR 2014

TRISTÃO, Martha. A educação ambiental na formação de professores: redes de saberes. São Paulo/Vitória: Annablume/ Facitec, 2004.

UNESCO. **Declaração da Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental**. Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental Tbilisi, Geórgia, ex-URSS, de 14 a 26 de outubro de 1977. Disponível em: Acesso em 20 setembro 2021.

VASCONCELOS, Celso. dos S. **Planejamento:** plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo – elementos metodológicos para elaboração e realização. São Paulo: Libertad, 2015.

VEIGA, Ilma Passos da. **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1998. p.11-35.

VILLALTA, Luiz. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura, in: MELLO E SOUZA, Laura de (org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Vol.1.

# **APÊNDICES**

### **Apêndice I- ROTEIRO DE ENTREVISTA**

Fundação Universidade Federal de Rondônia Núcleo de UNIR Ciências Humanas Departamento de Ciências da Educação Programa de Pós - Graduação Strito Censo em Educação Mestrado Acadêmico em Educação

Entrevista com os professores: das escolas Municipais de Ensino Infantil e Fundamental "Riacho Azul", "Flor do Cupuaçu", 'Chiquilito Erse", Antônio Augusto Vasconcelos, "Ermelindo Monteiro Brasil", todas localizadas em Porto Velho – RO. Esta entrevista é componente obrigatório da pesquisa de mestrado em titulada: "EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESCOLAS RURAIS RIBEIRINHAS DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, RONDÔNIA", da mestranda Suelen de Queiroz Rebouças, orientada pelo professor Clarides Hench de Barba.

#### Roteiro de entrevista

Você poderia falar a sua trajetória na educação: Quantos anos que trabalha na educação básica? Sua formação.

- 1- Qual seu entendimento de Educação Ambiental?
- 2- Durante seu curso de graduação e também na especialização, você recebeu formação em Educação Ambiental,? E em quais disciplinas?
- 3- Como o professor pode ajudar o estudante a ter um olhar mais crítico em relação a Educação Ambiental,?
- 4- Você tem conhecimento das diretrizes de educação ambiental da secretária Municipal de Educação de Porto Velho, e do governo do estado de RO?
- 5- Você tem conhecimento se a EA está inserida no PPP da escola onde trabalha? Você pode comentar sobre o ele?
- 6- A escola desenvolve algum projeto de Educação Ambiental,?
- 7- Você considera a questão do meio ambiente importante para ser trabalhado dentro de sala de aula? Justifique sua resposta.
- 8- Como você trabalha a Educação Ambiental com seus alunos em sala de aula? exemplifique as práticas que você desenvolve. Qual metodologia didática você utiliza para trabalhar os conteúdos de Educação Ambiental?
- 9- Quais dificuldades e possibilidades você encontra para abordar a questão da Educação Ambiental,?
- 10- Teria algum documento de registro das atividades que a escola já desenvolveu
- "Muito obrigada por fazer parte desta pesquisa a sua participação é relevante para que juntos possamos ter uma educação pautada na criticidade e emancipatória"

# Apêndice - 02 TCLE - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



# UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA NÚCLEO DE CIÊNCIAS HUMANAS DEPARTAMENTODE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO



Prezado Professor (a),

O senhor (a) está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa que se caracteriza como descritiva e qualitativa, intitulada:"

O motivo que nos leva a pesquisar tal assunto se justifica pela intenção de contribuir com o debate a respeito da Educação Ambiental nas relações homem e natureza, principalmente no âmbito da Educação Ambiental anos inicias do ensino fundamental I, compreendendo ser esse um conhecimento necessário para enfrentar a crise ambiental que as sociedades contemporâneas tem vivenciado. Ciente que as escolas como instituições sociais e cultural são responsáveis pela produção de conhecimentos e capacitação pessoal, tendo esta, o papel fundamental na sustentação do processo de incorporação da Educação Ambiental nos demais níveis de ensino, por meio de formação inicial e continuada, esta pesquisa se faz importante por possibilitar à compreensão de qual tem sido o papel da escola.

Nesta pesquisa a coleta de dados acontecerá por meio da análise documental Projeto Político Pedagógico (PPP) de cinco (05) escolas pesquisadas Francisco José Chiquilito Coimbra Erse EMEF - Escola Municipal de Ensino Fundamental, Flor Do Cupuaçu, Escola Municipal Ensino Fundamental Riacho Azul e Escola Municipal Rural Ermelindo Monteiro Brasil Antônio Augusto Vasconcelos. E aplicação de entrevista com cada professor (a).

A análise dos dados da pesquisa descritiva qualitativa deve ser referenciada no confronto entre os pressupostos ou hipóteses com os dados obtidos, a partir desta concepção é possível fazer as análises. Para tanto, a análise deve seguir os passos: observar, interrogar, coletar, analisar, registrar e interpretar.

Os pressupostos balizadores da implantação da Educação Ambiental são:

- É um conteúdo obrigatório para todas as escolas porque a lei nº 9.795, de abril de1999 exige. O conteúdo precisa estar no PPP; 2-O conteúdo deve estar no currículo da Escola.
- A prática implantada na Escola deve ser interdisciplinar envolvendo todas as disciplinas e não disciplinar;
- A Escola precisa apoiar e fomentar as práticas de educação ambiental em sala de aula. Destacamos que para a escolha destes sujeitos participantes será feito sorteios entre os professores que aceitarem o convite de participação da pesquisa e assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Deste modo, partindo dos dados documentais coletados (pesquisa documental e questionário) realizaremos a análise desses dados utilizando-se da "Análise dos autores da Educação Ambiental e as legislações e posteriormente os autores da Educação do campo/rural.
- Esta pesquisa apresenta "RISCO MÍNIMO", de que o S.r. (a) não se sinta à vontade de responder a alguma das questões, tal risco será eliminado, visto que os participantes da pesquisa estão livres para não participar, ou não responder as questões se assim o desejarem, suas identidades não serão reveladas, visto que, os questionários não terão identificação, garantindo assim o sigilo de suas respostas. No que diz respeito aos "BENEFÍCIOS DA PESQUISA", espera -se que esse estudo traga indícios importantes no sentido de disponibilizar às Instituições de Ensino desse nível da educação e aos pesquisadores em Educação dados sobre a realidade do desenvolvimento da Educação Ambiental, nas escolas de ensino fundamental do primeiro ciclo. Além de trazer suporte teórico a respeito da temática ambiental bem como da Educação do Campo para se pensar a Educação. Portanto, a Educação Ambiental, bem como poderá servir de apontamento para futuras pesquisas acerca dessa temática no município, no estado de Rondônia e em âmbito nacional e/ou internacional. Ao final desta pesquisa, será produzida uma Dissertação de Mestrado, artigos científicos sobre as contribuições e apontamentos percebidos a partir da investigação realizada.

Para participar deste estudo o Sr.º. (a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso seja identificado e comprovado danos provenientes desta pesquisa, o Sr.º. (a) tem assegurado o direito a indenização. Terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu

consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pela pesquisadora, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. O Sr.º. (a) não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pela pesquisadora responsável e a outra será fornecida ao senhor (a). Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resoluções Nº 466/12 e nº 510/ 2016 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos. Este roteiro de entrevista e o questionário foram aplicados usando a tecnologia (online), para coletar os dados. Como destaca a (Resoluções Nº 466/12 e nº 510/ 2016 do Conselho Nacional de Saúde), o participante não é necessário a assinar o documento no ato da coleta, mas com sua permissão usando como papel, áudio, filmagem, mídia eletrônica e digital

XXII - registro do consentimento ou do assentimento: documento em qualquer meio, formato ou mídia, como papel, áudio, filmagem, mídia eletrônica e digital, que registra a concessão de consentimento ou de assentimento livre e esclarecido, sendo a forma de registro escolhida a partir das características individuais, sociais, linguísticas, econômicas e culturais do participante da pesquisa e em razão das abordagens metodológicas aplicadas [...] BRASIL, 2016, P.04).

Caso tenha dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos pode entrar em contato pelo telefone: (69) 9 9367-5120 ou e-mail: <a href="mailto:suelenreboucas.23@gmail.com">suelenreboucas.23@gmail.com</a>, telefone: (69)99265-1371, ou procurar o CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - CEP, localizado na Sala 216 C, bloco C, 2º Andar, Fundação Universidade Federal de Rondônia, Campus José Ribeiro Filho, BR 364, Km 9,5 (Sentido Rio Branco/AC), CEP 76801-059, Porto Velho-RO, telefone: (69) 21822116, e-mail: cep@unir.br.

Portanto, como forma de oficializar seu aceite em participar como convidado desta pesquisa solicito que o S.r.(a) preencha a declaração abaixo:

Eu,	, portador	(a) do	documento	de Identidade
	_fui informado (a)	dos objet	ivos da prese	ente pesquisa de
maneira clara e detalhada	a e esclareci minha	as dúvidas	. Sei que a qu	alquer momento
poderei solicitar novas info	ormações e modifi	car minha	decisão de pa	articipar se assim
o desejar. Declaro que c	concordo em partid	cipar. Rec	ebi uma cópia	a deste termo de
consentimento livre e esc	clarecido e me foi	dada à op	ortunidade de	e ler e esclarecer
as minhas dúvidas.				
	Porto Velho, _	de	e	de 2021.
Assinatura				
Professor (a)				
Suelen de Queiroz Rebouç Assinatura	ças			
Pesquisadora				

# APÊNDICE III- Folha de Rosto Para Pesquisa Envolvendo Seres Humanos

8. Nacionalidade: BRASILEIRO  9. Telefone: (69) 3227-4219  Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para Aceito as responsabilidades pela condução científica do pr por todos os responsáveis e fará parte integrante da docur  Data: 30 / 9 / 20  INSTITUIÇÃO PROPONENTE  12. Nome: Universidade Federal de Rondônia - UNIR  15. Telefone: (69) 1182-2111  Termo de Compromisso (do responsável pela instituição ) Complementares e como esta instituição tem condições p	ntamento e assentamento rural e	em Rondônia
Area do Conhecimento: Grande Área 7. Ciências Humanas  PESQUISADOR RESPONSÁVEL  5. Nome: Suelen de Queriroz Rebouças 6. CPF: 843.822.012-68 8. Nacionalidade: BRASILEIRO  Fermo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para Aceito as responsáveis e fará parte integrante da docur  Data: 30 / 9 / 20  INSTITUIÇÃO PROPONENTE  12. Nome: Universidade Federal de Rondônia - UNIR  15. Telefone: (69) 1182-2111  Termo de Compromisso (do responsável pela instituição ) Complementares e como esta instituição tem condições p		
Area do Conhecimento: Grande Área 7. Ciências Humanas  PESQUISADOR RESPONSÁVEL  5. Nome: Guelen de Queriroz Rebouças G. CPF: G. Nacionalidade: G. Outro Telefone: G. Nacionalidade: G. Nacionali		
PESQUISADOR RESPONSÁVEL  5. Nome: Suelen de Queriroz Rebouças  6. CPF: B43.822.012-68  7. Endereço (Ru Rua: ANGICO, \$\frac{3}{2}\$  8. Nacionalidade: BRASILEIRO  Fermo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para Aceito as responsabilidades pela condução científica do proor todos os responsáveis e fará parte integrante da docur  Data: 30 / 9 / 20  INSTITUIÇÃO PROPONENTE  12. Nome: Universidade Federal de Rondônia - UNIR  15. Telefone: (69) 1182-2111  Termo de Compromisso (do responsável pela instituição ) Complementares e como esta instituição tem condições p		
S. Nome: Suelen de Queriroz Rebouças  3. CPF: 343.822.012-68 3. Nacionalidade: BRASILEIRO  Fermo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para Aceito as responsabilidades pela condução científica do pror todos os responsáveis e fará parte integrante da docur  Data: 30 / 9 / 20  INSTITUIÇÃO PROPONENTE  12. Nome: Universidade Federal de Rondônia - UNIR  15. Telefone: (69) 1182-2111  Termo de Compromisso (do responsável pela instituição ) Complementares e como esta instituição tem condições p		
Suelen de Queriroz Rebouças  3. CPF: 343.822.012-68 3. Nacionalidade: 3. RASILEIRO  7. Endereço (Ru Rua: ANGICO, 3 3. Nacionalidade: 3. Na		
Rua: ANGICO, 3  3. Nacionalidade: BRASILEIRO  Fermo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para Aceito as responsabilidades pela condução científica do pror todos os responsáveis e fará parte integrante da docur  Data: 30 / 9 / 20  INSTITUIÇÃO PROPONENTE  12. Nome: Universidade Federal de Rondônia - UNIR  15. Telefone: (69) 1182-2111  Termo de Compromisso (do responsável pela instituição ) Complementares e como esta instituição tem condições p		
B. Nacionalidade: BRASILEIRO  9. Telefone: (69) 3227-4219  Fermo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para laceito as responsabilidades pela condução científica do pr or todos os responsáveis e fará parte integrante da docur  Data: 30 / 9 / 20  INSTITUIÇÃO PROPONENTE  12. Nome: Universidade Federal de Rondônia - UNIR 15. Telefone: (69) 1182-2111  Termo de Compromisso (do responsável pela instituição ) Complementares e como esta instituição tem condições p	ia, n.º): 3081 ELETRONORTE PORTO V	VELHO RONDONIA 76808526
Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para Aceito as responsabilidades pela condução científica do proor todos os responsáveis e fará parte integrante da docur Data: 30 / 9 / 20  INSTITUIÇÃO PROPONENTE  12. Nome: Universidade Federal de Rondônia - UNIR  15. Telefone: (69) 1182-2111  Termo de Compromisso (do responsável pela instituição ) Complementares e como esta instituição tem condições p	10. Outro Telefone:	11. Email: suelenreboucas.23@gmail.com
Universidade Federal de Rondônia - UNIR  15. Telefone: (69) 1182-2111  Termo de Compromisso (do responsável pela instituição ) Complementares e como esta instituição tem condições p		
(69) 1182-2111  Termo de Compromisso (do responsável pela instituição ) Complementares e como esta instituição tem condições p  Responsável:  Ah Niguel Teixes	PJ: .943/0001-90	14. Unidade/Órgão:
Complementares e como esta instituição tem condições p  Responsável: Ahi Niguel Teixei	one:	
Data: 30 / 9 / 20	i: Declaro que conheço e cumprir para o desenvolvimento deste pro	J30 306 235 - 20  Assinatura  Assinatura  Assinatura  Assinatura
PATROCINADOR PRINCIPAL		Prof. Dr. Art Miguer I van de Rondônia Fundação Universidade Federal de Rondônia Reitor

#### ANEXO I - PARECER do CEP DE UNIR

## UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR



Continuação do Parecer: 4.426.639

pesquisa deve ter um planejamento e estrutura

definidos, visando retratar fielmente o objeto que se quer analisar.

Objetos de estudo

As escolas pesquisadas representam uma amostra não estatística, em porto velho são 5,2% do total (57 escolas rurais) e em nova união são 100%

das escolas rurais. Destaca-se que não há discriminação entre escolas rurais e escolas de assentamento. A importância de estudar escolas desta

modalidade de escola se refere ao Território1 que estão inseridos. Os assentamentos de hidrelétricas se referem a espaços construidos pela

empresa construtora do empreendimento, entretanto não há nenhuma interferência no processo de ensino nas escolas

Os assentamentos da reforma agrária são espaços construidos e são o resultados de movimentos reivindicatórios e alguns destes processos são

conflituosos. A escola tem um papel relevante no processo de formação do território, entretanto há frequentes conflitos de interesse entre os

movimentos e as instituições responsáveis pela Educação, normalmente as secretarias de Educação municipais.

As escolas do município de Nova União:

- Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental polo Paulo Freire localizada gleba 04, agrovila boa união, área social, assentamento
- Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental polo Antônio Carlos, localizada rodovia 470
   km 35 gleba 05 lote 18 assentamento

#### Margarida Alves.

As escolas do Município de Porto Velho:

- Escola municipal ensino fundamental flor do cupuaçu, está localizada na Br-364, km 54, reassentamento.
   Santa Rita:
- Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco José Chiquilto Coimbra Erse, localizada linha 28 de novembro, km 42 p.a. Aliança;
- Escola Municipal de Ensino Fundamental Riacho Azul, localizada ramal são domingos, assentamento Riacho Azul.

#### Amostra de pesquisa

A quantidade de sujeitos de pesquisa, professores, do 1º ao 5º ensino fundamental, das escolas

Endereço: Campus José Ribeiro Filho - BR 364, Km 9,5, sentido Acre, Bioco de departamentos, sala 216-20

Bairro: Zona Rural CEP: 76.801-059

UF: RO Municipie: PORTO VELHO

Telefone: (69)2182-2116 E-mail: cep@unit.br

Page 27 de 08

# UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR



Continuação do Parecer: 4.426.639

desenvolvem sala de aula:

Descrever como a Educação Ambiental está sendo desenvolvida nas escolas de assentamento e reassentamento nas escolas pesquisadas

Verificar como a Educação Ambiental está inserida Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas pesquisadas

(As informações elencadas aqui foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa e/ou do Projeto Detalhado)

#### Avaliação dos Riscos e Beneficios:

A) Os riscos de execução do projeto estão claros e bem avaliados pelo pesquisador(a), sendo assim apresentados:

Neste sentido, afirmamos que esta pesquisa não oferecerá riscos físicos, psicológicos, legais e/ou à dignidade dos voluntários/pesquisados, porém pode haver desconforto no momento do responder o questionário, uma vez que este, estará saindo de sua rotina diária e ciente de que suas contribuições farão parte de um processo de análise. Para tanto, no objetivo de minimizar tais desconfortos será informado aos sujeitos participantes (caso dos Professores) que os mesmos poderão escolher o local e o horário que melhor os agradar para a realização da aplicação dos questionários, bem como, a privacidade da identidade dos mesmos bem como a garantia da utilização das informações cedidas apenas para conhecimentos científicos.

Esta pesquisa apresenta "RISCO MÍNIMO", em função de que os possíveis participantes estão livres para não aderir a pesquisa, o voluntário antes de aceitar participar será instruido sobre todos os passos do trabalho, de modo a eliminar e dirimir todas as questões referentes a pesquisa. Desta forma, tal risco será eliminado. Aceitando participar do estudo, os respondentes não terão suas identidades reveladas, visto que, os questionários não terão identificação, garantindo assim o sigilo de suas respostas. Se algum dos respondentes em qualquer momento da pesquisa, desejar não

mais participar, basta solicitar o seu desligamento não ensejando em qualquer ônus ou constrangimento para o respondente.

Se até o momento da realização da pesquisa a pandemia de coronavírus permanecer, todos os cuidados propostos pela Organização Mundial de Saúde,(OMS) serão obedecidos: distanciamento social, uso de máscaras e uso de álcool gel para higienização.

B) os beneficios criundos da execução do projeto justificam os riscos corridos, sendo assim-

Endereço: Campus José Ribeiro Filho - BR 364, Km 9,5, sentido Acre, Bloco de departamentos, sala 216-20

Bairro: Zona Rurai CEP: 76.801-059

UF: RO Municipie: PORTO VELHO

Telefone: (69)2182-2116 E-mail: cap@unit.br

Page 94 de 95

Telefone: (60)2162-2116 E-mail: cap@unit.br

# UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR



Continuação do Parecer: 4.426.639

#### apresentados:

Espera-se que esse estudo traga indicios importantes no sentido de disponibilizar às Instituições de Ensino desse nível da educação e aos pesquisadores em Educação dados sobre a realidade do desenvolvimento da EA nas escolas de ensino fundamental do primeiro ciclo. Além de trazer suporte teórico a respeito da temática ambiental e da Educação do Campo/assentamento para se pensar a Educação e portanto, a EA bem como poderá servir de apontamento para futuras pesquisas acerca dessa temática no meio acadêmico e para informar a sociedade civil organizada

(As informações elencadas aqui foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa e/ou do Projeto Detalhado).

#### Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Estruturação do projeto em relação aos aspectos éticos:

- (x) Permite análise adequada das questões éticas
- ( ) Procedimentos estão ciaros e bem definidos, não havendo necessidade de esclarecimentos.
- ( ) Requer major esclarecimento sobre:
- $\mathbf{a}$
- b)

4)

Outras observações - (As informações elencadas aqui foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa e/ou do Projeto Detalhado):

CRONOGRAMA: Apresenta cronograma ajustado às condições atuais relativas a pandemia COVID-19.

ORÇAMENTO: Apresenta orçamento prório.

TAMANHO DA AMOSTRA: Trabalhará com 25 professores, mas não apresentou calculo amostral nem vinculou a tratamento estatístico previo ou posterior, quanto a coleta ou tratamento dos dados.

Enderego: Campus José Ribeiro Filho - BR 364, Km 9,5, sentido Acre, Bloco de departamentos, sala 216-20

Bairro: Zona Rurai CEP: 76.801-059

UF: RO Municipie: PORTO VELHO

Telefone: (69)2182-2116 E-mail: cep@unit.br

# UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR



Continuação do Parecer: 4.426.639

#### Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- a. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) SIM
- b. Termo de Assentimento Esclarecido (TAE) NSA
- c. Termo de Compromisso para Utilização de Dados e Prontuários (TCUD) NSA
- d. Termo de Anuência Institucional (TAI) SIM
- e. Folha de rosto SIM
- f. Projeto de pesquisa completo e detalhado SIM
- g. Outro (especificar) -

CARTA DE ANUENCIA DA DIREÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL FRANCISCO JOSÉ CHIQUILITO COMBRA ERSE, PA Alianga.

CARTA DE ANUENCIA DA DIREÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL ANTONIO CARLOS, Assentamento Margarida Alves.

CARTA DE ANUENCIA DA DIREÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL POLO PAULO FREIRE, Assentamento Palmares.

CARTA DE ANUENCIA DA DIREÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL FLOR DO CUPUAÇO, Reassentamento Aliança.

CARTA DE ANUENCIA DA VICE-DIREÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL RIACHO AZUL, Reassentamento Aliança.

TERMO DE COMPROMISSO DO ORIENTADOR.

TERMO DE COMPROMISSO DA PESQUISADORA

#### Recomendações:

Note Educative:

 a.É oportuno revisar de forma cautelosa o conteúdo final da redação a ser encaminhada ao CEP. Há partes importantes duplicadas e frases incompletas dentro dos materiais apresentados.

b

6.

#### Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Recomendação de aprovação do projeto.

Endereço: Campus José Ribeiro Filho - BR 364, Km 9,5, sentido Acre, Bloco de departamentos, sala 216-20

Bairro: Zona Rurai CEP: 76.801-059

UF: RO Municipio: PORTO VELHO

Telefone: (69)2182-2116 E-mail: cep@unit.br

# UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR



Continuação do Parecer: 4.436.639

#### Considerações Finais a critério do CEP:

OBSERVAÇÃO: Todos os projetos submetidos ao CEP/NUSAU/UNIR são avaliados com base na Resolução 466/12, Resolução 510/16 (quando pertinente) e nas Normas Operacionais emanadas da CONEP.

#### PROTOCOLO APROVADO

- 1.De acordo com o item X.1.3.b, da Resolução CNS n. 466/12, o pesquisador deverá apresentar relatórios semestrais a contar da data de aprovação do protocolo que permitam ao CEP acompanhar o desenvolvimento do projeto. Esses relatórios devem conter as informações detalhadas naqueles itens aplicáveis nos moldes do relatório final contido no Ofício Circular n. 062/2011: conselho.saude.gov.br/web\_comissoes/conep/index.htm, bem como deve haver menção ao período a que se referem. Para cada relatório, deve haver uma notificação separada. As informações contidas no relatório devem ater-se ao período correspondente e não a todo o período da pesquisa até aquele momento. MODELO NO SITE DO CEP/UNIR: http://www.cep.unir.br/
- 2. Eventuais emendas (modificações) ao protocolo devem ser apresentadas de forma clara e sucinta, identificando-se, por cor, negrito ou sublinhado, a parte do documento a ser modificada, isto é, além de apresentar o resumo das alterações, juntamente com a justificativa, é necessário destacá-las no decorrer do texto (item 2.2.H.1, da Norma Operacional CNS nº 001 de 2013).
- Esta pesquisa não poderá ser descontinuada pelo pesquisador responsável, sem justificativa previamente aceita pelo CEP, sob pena de ser considerada antiética, conforme estabelece a Resolução CNS Nº466/2012, X.3- 4

#### Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas	PB INFORMAÇÕES BÁSICAS DO P	27/10/2020		Aceito
do Projeto	ROJETO 1624454.pdf	01:44:28		
Projeto Detalhado /	projeto27out.pdf	27/10/2020	Suelen de Queriroz	Aceito
Brochura		01:28:30	Rebouças	
Investigador			•	
Cronograma	cronograma.pdf	27/10/2020	Suelen de Queriroz	Aceito
_		01:27:04	Reboucas	
TCLE / Termos de	TCLE27deoutubro.pdf	27/10/2020	Suelen de Queriroz	Aceito

Endereço: Campus José Ribeiro Filho - BR 364, Km 9,5, sentido Acre, Bloco de departamentos, sala 216-20

Bairro: Zona Rural CEP: 76.801-059

UF: RO Municipie: PORTO VELHO

Telefone: (69)2182-2116 E-mail: cap@unir.br

# UNIVERSIDADE FEDERAL DE CONDÔNIA - LINIR RONDÔNIA - UNIR



Continuação do Parecer: 4.426.639

Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE27deoutubro.pdf	01:24:05	Rebouças	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tclece29OUTUBRO.pdf	27/10/2020 01:21:08	Suelen de Queriroz Rebouças	Aceito
Orçamento	orcamento27outubro.pdf	27/10/2020 01:18:37	Suelen de Queriroz Rebouças	Aceito
Outros	evanilsondiretor.pdf	19/10/2020 23:47:05	Suelen de Queriroz Rebouças	Aceito
Outros	marciadiretora.pdf	19/10/2020 23:46:40	Suelen de Quentoz Rebouças	Aceito
Outros	elizabetediretora.pdf	19/10/2020 23:36:45	Suelen de Queriroz Rebouças	Aceito
Outros	helenadiretora.pdf	19/10/2020 23:36:15	Suelen de Queriroz Reboucas	Aceito
Outres	fernandadiretora.pdf	19/10/2020 23:34:51	Suelen de Quentoz Rebouças	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	30/09/2020 02:56:40	Suelen de Queriroz Rebouças	Aceito
Declaração de concordância	termoorientador.pdf	30/09/2020 01:40:33	Suelen de Queriroz Rebouças	Aceito
Solicitação Assinada pelo Pesquisador Responsável	pesquisadoratermopdf.pdf	30/09/2020 01:37:58	Suelen de Queriroz Rebouças	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PORTO VELHO, 27 de Novembro de 2020

Assinado por: Elen Petean Parmejiani (Coordenador(a))

Endereço: Campus José Ribeiro Filho - BR 364, Km 9,5, sentido Acre, Bloco de departamentos, sala 216-20

Bairro: Zona Rurai CEP: 76.801-059

UF: RO Municipio: PORTO VELHO

Telefone: (69)2182-2116 E-mail: cap@unit.br